



Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp)
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI)
Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe
(TerritoriAL)

MARIA ALIENE DE JESUS PEREIRA

AS AMARRAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O IMPACTO DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA/ES

SÃO PAULO
2017

MARIA ALIENE DE JESUS PEREIRA

AS AMARRAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O IMPACTO DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), para obtenção do Título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano.

SÃO PAULO
2017

Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais – Biblioteca
Graziela Helena Jackyman de Oliveira – CRB 8/8635

Pereira, Maria Aliene de Jesus.

P436 As amarras das políticas públicas : o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos no Assentamento Nova Conquista/ES / Maria Aliene de Jesus Pereira. – São Paulo, 2017.

117 f. : il. ; 30 cm.

Orientador: Paulo Roberto Raposo Alentejano.

Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI), Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), 2017.

1. Geografia rural. 2. Brasil – Desenvolvimento rural. 3. Programa de Aquisição de Alimentos. 4. Assentamento Nova Conquista (Pinheiros, ES). 5. Comunidades agrícolas – Espírito Santo (Estado). I. Título.

CDD 301.350981322

MARIA ALIENE DE JESUS PEREIRA

AS AMARRAS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS: O IMPACTO DO PROGRAMA DE
AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS NO ASSENTAMENTO NOVA CONQUISTA/ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL), do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI) da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (Unesp), para obtenção do Título de Mestre em Geografia, na área de concentração “Desenvolvimento Territorial”, na linha de pesquisa “Campesinato, Capitalismo e Tecnologia”.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano,

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano – Universidade Rural do Rio de Janeiro – UERJ

Prof. Dr. Adelar João Pizetta – Universidade Federal do Espírito Santo – UFES

Prof. Dr. Silvia Beatriz Adoue – Universidade Estadual Paulista – UNESP

São Paulo, 19 de maio de 2017.

Dedico este estudo à minha família pela compreensão e incentivo e a todas as famílias camponesas que contribuem para alimentar aqueles que não produzem seu próprio alimento, em especial as famílias do Assentamento Nova Conquista, do município de Pinheiros/ES, onde busquei toda inspiração para este estudo.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por tudo, principalmente por me dar forças para superar e enfrentar as dificuldades que surgiram no decorrer deste mestrado.

À Escola Nacional Florestan Fernandes, pela parceria com a UNESP, pela hospedagem e pela busca incessante de elevar a formação da classe trabalhadora.

Ao meu orientador, Professor Dr. Paulo Roberto Raposo Alentejano, o Paulinho, por ter compartilhando suas preciosas contribuições. Sua ajuda foi imprescindível para a condução da conclusão deste estudo.

Aos professores do curso: Rafael Litvin Villas Bôas, Nashieli Cecilia Rangel Loera, Bernardo Mançano Fernandes, Pedro Ivan Christoffoli, Janaína Francisca de Souza Campos Vinha, Silvia Beatriz Adoue, Rafael, Clifford Andrew Welch, Paulo Roberto Raposo Alentejano, Ronaldo Celso Messias Correia e, também, aos colaboradores nos seminários, palestras e oficinas, que muito contribuíram durante os estudos.

À professora Silvia Adoue, membro da banca de defesa, e ao professor Adelar João Pizetta por terem aceitado o convite para participar da banca, cujas contribuições foram imprescindíveis para melhor elaboração da versão final desta dissertação.

À amiga Ana Maria Justo pelo longo histórico de contribuição e incentivo para minha formação acadêmica e política; jamais esquecerei, a ela meu muito obrigada.

A todas as famílias do Assentamento Nova Conquista que contribuíram para a realização da pesquisa de campo, em especial, a todos os entrevistados.

Agradeço aos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Pinheiros/ES, por possibilitarem a participação nas reuniões e nos debates das questões voltadas ao PAA e às políticas públicas para o campo.

Aos amigos, companheiros de todas as horas: Adelson Rocha Lima e Aloísio Souza, que me apoiaram e contribuíram para o meu percurso neste mestrado, além de em outros momentos da minha vida.

Aos companheiros e companheiras da turma Manuela Saénz, pela amizade, ajuda mútua, cumplicidade. Foram momentos inesquecíveis. Por tudo que passamos juntos.

Aos meus pais, José Valdo e Zulmira, que me apoiaram, por terem me oferecido educação, princípios, exemplos e muito amor, além de paciência, compreensão, amizade etc.

Agradecida aos meus filhos: Gerles, Aline e Fabíola, pela compreensão ao longo de minha vida acadêmica, pelas vezes em que estive ausente. Por eles, enfrentaria tudo novamente como uma forma de incentivo aos seus estudos.

Ao meu esposo, Marcos Horácio, pela compreensão e paciência durante o tempo em que estive fora de casa para cumprir as etapas do mestrado. Muito agradecida.

RESUMO

Este estudo faz uma relação entre os acontecimentos históricos, passando pelo processo migratório das famílias sem-terra capixabas, os projetos de modernização da agricultura no território norte do Espírito Santo e o estudo das políticas públicas, com o foco no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Para delimitação da pesquisa foram escolhidas as famílias do Assentamento Nova Conquista, no município de Pinheiros, no Espírito Santo. O trabalho teve como objetivo caracterizar as políticas públicas para o campo, avaliando os impactos do PAA, a partir do ponto de vista social e econômico, identificando os avanços, as amarras e as possibilidades de superação no processo de resistência, bem como a continuidade do programa dentro da conjuntura atual. Como metodologia, foram utilizadas algumas obras para subsidiar as fundamentações teóricas da elaboração, pesquisa documental e participante, utilizando entrevistas semiestruturadas, dados estatísticos, assim como, a coleta de dados e estudo de campo. Também, se somaram a este trabalho a elaboração de tabelas, planilhas e gráficos para melhor visualização e sistematização na análise da pesquisa.

Palavras-chave: Políticas públicas. Território. Agricultura camponesa. PAA. Assentamento Nova Conquista.

ABSTRACT

This research makes a relation among the historical events happening through the migratory process of the landless “capixaba” families, as well as the agricultural modernization projects in the north of Espírito Santo and the public policies study focused on the PAA (Food Acquisition Program). The families from Nova Conquista settlement, in the municipality of Pinheiros, state of Espírito Santo, were chosen as a delimitation for this research. The objective of this study was to characterize the public policies for the field, evaluating the impacts of the PAA, from the social and economic point of view, identifying the advances, the moorings and the possibilities of overcoming in the resistance process, as well as the continuity of the within the current context. The methodology used some works to support the theoretical basis, documentary and participatory research according to semi-structured interviews, statistical data, data collect and field study. This work also adds tables, spreadsheets and graphics for analyzing and organizing information to this research.

Keywords: Public Policies. Territory. Agriculture Peasant. PAA. Settlement Nova Conquista.

LISTA DE FIGURAS

Figura 2 – Movimento Migratório no Brasil	40
Figura 3 – Mapa do Espírito Santo – Famílias assentadas 1984- 2010	47
Figura 4 – Área do assentamento Rio Preto e Rio Ituanas – Conceição da Barra	61
Figura 5 – Fotografia de estudantes em situação de sala improvisada.....	64
Figura 6 – Localização do assentamento Nova Conquista.....	68
Figura 7 – Organização dos lotes no assentamento Nova Conquista.....	69
Figura 8 – Famílias recebendo alimentos do PAA pela Atranc	78
Figuras 9A e 9B – Desvio da precipitação (A), Índice de precipitação normalizado (B), no verão de 2016, para o estado do Espírito Santo.....	101
Figura 10A e 10B– Desvio da precipitação (A), Índice de precipitação normalizado (B), no outono de 2016, para o estado do Espírito Santo	102
Figura 11 – PAANET proposta e relação de produtos	104
Figura 12 – Produtos conforme as famílias entregavam no PAA	105
Figura 13 – Entidade recebedora acompanhando o peso dos produtos.....	107

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1– Brasil - Números de Assentamentos Rurais - Assentamentos Criados - 1985-2014	43
Gráfico 2 – Brasil - Número de Famílias Assentadas - Assentamentos Criados - 1985-2014	43
Gráfico 3 – Famílias de Nova Conquista que possuíram terra antes do assentamento	54
Gráfico 4 – Período em que as famílias de Nova Conquista vieram morar no ES	55
Gráfico 5 – Ocupação das pessoas de Nova Conquista	71
Gráfico 6 – Pessoas que trabalham e não trabalham no lote de produção	71
Gráfico 7 – Comparativos da Agricultura familiar e do Agronegócio no Brasil.....	96
Gráfico 8 – Evolução do Pronaf no Plano Safra da Agricultura Familiar	98
Gráfico 9 – Famílias que entregam verduras folhosas no PAA.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Comparação entre agronegócio e campesinato	33
Quadro 2 – Regional Quilombo dos Palmares	48
Quadro 3 – Regional Francisco Domingos Ramos	49
Quadro 4 – Regional Saturnino Ribeiro dos Santos.....	49
Quadro 5 – Regional Índio Galdino	50
Quadro 6 – Regional José Marcos Araújo.....	50
Quadro 7 – Regional Irmã Dorothy Stang	50
Quadro 8 – Regional Vadício Barbosa dos Santos	51
Quadro 9 – Projetos acessados 2012 a 2015 no assentamento Nova Conquista.....	90
Quadro 10 – Produtos que as famílias mais comercializaram no PAA em 2015	90

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Número de Assentamentos por Movimento Social no ES.....	48
Tabela 2 – Origem dos titulares Assentados em Nova Conquista – Homem e mulher.....	53
Tabela 3 – Evolução da população rural e urbana de Conceição da Barra, no período de 1950 a 2010	57
Tabela 4 – População do Assentamento Nova Conquista por idade e sexo	68
Tabela 5 – Brasil: Assentados Participantes do PAA 2009 a 2014.....	81
Tabela 6 – Evolução de acesso ao PAA de 2011 a 2016 pela – Atranc.....	83
Tabela 7 – Levantamento do que foi produzido e vendido – Renda em 2015.....	87
Tabela 8 – Renda familiar anual do assentamento Nova Conquista. Variação: 2012-2015....	88
Tabela 9 – Comparação de duas rendas com a renda total – em reais	89
Tabela 10 – Produção da agricultura familiar e não familiar no Brasil – 2006	95

LISTA DE SIGLAS

ATRANC	Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Conquista
CAE	Conselhos de Alimentação Escolar
CEASA	Centrais de Abastecimento S/A
CEBs	Comunidades Eclesiais de Base
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CMDRS	Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento
CONDRAF	Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável
CONSEA	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
COOPTRAES	Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária do Espírito Santo
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CRAS	Conselho Municipal de Assistência Social
DAU	Dívida Ativa da União
ENFF	Escola Nacional Florestan Fernandes
EFAs	Escolas Famílias Agrícolas
FETAES	Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo
FNDE	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IECLB	Igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
MASTER	Movimento dos Agricultores Sem Terra
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério de Desenvolvimento Social
MEC	Ministério da Educação
MF	Ministério da Fazenda
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra
UFES	Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	A QUESTÃO AGRÁRIA, TERRITORIALIDADES E O PROCESSO MIGRATÓRIO DO CAMPESINATO: UM RECORTE SOBRE O NORTE CAPIXABA E O ADVENTO DO MST	30
2.1	A questão agrária e o campesinato, eis os paradigmas	32
2.2	O processo migratório no território norte capixaba	35
2.3	Os limites do norte capixaba em questão	36
2.4	A territorialização do camponês sem-terra	41
2.4.1	O camponês sem-terra no Espírito Santo	44
3	A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS FAMÍLIAS DE NOVA CONQUISTA	53
3.1	A luta dos trabalhadores no norte do Espírito Santo	56
3.2	A luta e a conquista da terra em Conceição da Barra	59
3.3	A nova conquista no município de Pinheiros	63
3.4	Origem histórica e atualidade de Nova Conquista	67
3.4.1	O trabalho e a infraestrutura	70
3.4.2	Atividades culturais	72
3.4.3	As questões ambientais	73
3.4.4	O endividamento e a ilusão do crédito fácil	74
3.4.5	A comunidade religiosa	75
4	ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: AVANÇOS, AMARRAS E DESAFIOS	76
4.1	Elementos históricos de criação do PAA e implicações burocráticas	76
4.2	Análise do PAA no assentamento Nova Conquista	82
4.2.1	A produção, comercialização e venda antes e depois do PAA	83
4.3	As amarras do PAA e os desafios a serem superados	95
4.3.1	Exigência burocrática	99
4.3.2	Conformidade entre o calendário do programa e a produção na região	99
4.3.3	Sazonalidade da produção e o período de estiagem	100
4.3.4	Assistência técnica para orientação, planejamento e acompanhamento na produção	103
4.3.5	Unidade de medidas e os preços dos produtos	103

4.3.6	Comercialização, beneficiamento e regularização sanitária: grande amarra na agricultura camponesa	108
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	110
	REFERÊNCIAS	113

1 INTRODUÇÃO

Nos momentos de crise, o olhar costuma baixar para os labirintos que nos amarram, impedindo-nos de ver mais além dos seus círculos viciosos. Mas de um labirinto só se sai por cima, conseguindo olhar os horizontes maiores que nos cercam e rompendo com a rotina cinzenta do dia a dia burocrático e institucional.

(Emir Sader, *Carta Maior*).

A presente dissertação embrenha-se na análise das amarras e avanços da política pública¹ no que diz respeito ao fortalecimento da agricultura familiar “camponesa”, fazendo um recorte para o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), no assentamento Nova Conquista, município de Pinheiros/ES. Busca-se, para além do conteúdo do programa, compreender a trajetória da realidade histórica, complexa e dinâmica que envolve os agricultores camponeses desse assentamento em suas formas de resistência e de reprodução social.

Embora o objeto central desta dissertação seja a análise do PAA no âmbito das políticas públicas, procedeu-se a um levantamento histórico de formação desse assentamento, quanto à origem das famílias, sujeitos do estudo. Não se trata de duas pesquisas, mas da necessidade de resgatar a história da trajetória das famílias, que se encontrava registrada, em grande medida, apenas de forma imaterial, tendo a pesquisadora de assumir, com o assentamento, a materialização dessa história, que irá contribuir nos estudos da geração futura.

A trajetória da educanda

A trajetória de vida desta pesquisadora se confunde com muitas outras histórias de militantes e quadros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que se constituiu como maior patrimônio vivo, fruto dos seus 33 anos de lutas e conquistas.

Retomando a origem familiar, os avós paternos e maternos eram naturais de Minas Gerais. As duas famílias de camponeses deixaram suas terras, não pacificamente, mas forçadas a entregá-las por valores insignificantes e vieram, com os filhos pequenos, tentar melhorar de vida no Espírito Santo.

Neste estado, foram trabalhar em fazendas na produção de cachaça, fumo de rolo,

¹ São considerados pais das análises sobre políticas públicas: H. Laswell, H. Simon, C. Lindblom e D. Easton. No entanto, foi Laswell quem introduziu a expressão “policy analysis (análise de política pública)”, ainda nos anos 1930, como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com a produção empírica dos governos e também como forma de estabelecer o diálogo entre cientistas sociais, grupos de interesse e governo” (SOUZA, 2006, p. 23).

corte de madeira ou roçado de pastagens. Em pouco tempo, o pai aprende a lidar com motosserra e sai pelo norte do estado, derrubando matas para os fazendeiros fazerem roças, produzirem carvão ou pastagens, contribuindo de forma predatória e ignorante para a devastação das terras capixabas.

Por volta de 1960, os casais se conhecem no município de Montanha, passando a constituir família, que, sem-terra e sem casa, passam a viver de um lado para o outro em busca de trabalho.

Neste período, o pai inicia uma vida de empregado CLT, morando na periferia do centro urbano, em casa alugada e trabalhando em empresa de eucalipto; a mãe cortando cana, ambos enfrentando uma miséria total, ganhando somente o suficiente para as despesas básicas.

Os quatro filhos foram matriculados na escola, mas devido à situação precária não conseguiam comprar cadernos, uniformes e sapatos, enfrentando humilhação por parte dos colegas, que tinham melhores condições de vida. Então, todos os filhos foram saindo da escola, um a um, sem mesmo terminar o Ensino Fundamental.

No ano de 1986, teve início um período que vai mudar definitivamente a vida dessa família, através do envolvimento com a Pastoral Operária da Igreja Católica e com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Linhares na luta pela terra, que realizavam o trabalho de organização das famílias para as primeiras ocupações do MST.

Este novo contexto foi o principal elemento que começou a trazer as reais mudanças para toda a família, a partir da introdução de um processo de formação política e organizativa no MST.

Desde o período do acampamento até a passagem para o assentamento, no ano de 1988, ocorre uma importante trajetória de aprendizado para a pesquisadora. Em 1988, com 19 anos de idade, assume como a primeira educadora do Assentamento Castro Alves, na falta de alguém mais qualificado, tendo apenas o quinto ano do Ensino Fundamental. Neste período, já estava claro no MST, que a educação é elemento prioritário, desde o momento que se inicia a implantação de um assentamento.

Os desafios começaram a se acumular, pois para dar conta da tarefa de educadora, foi preciso retomar os estudos. A oportunidade de estudar surge como um sonho, através do ingresso na coordenação do Setor de Educação do MST/ES.

A partir deste processo organizativo, conquista-se junto à Secretaria de Educação do Estado o modelo de Provão do Supletivo; nessas condições, muitos militantes conseguem concluir o Ensino Fundamental. Logo depois, tem início a I turma de Magistério do MST/ES

e, em seguida, a I turma de Pedagogia da Terra do Espírito Santo, além de outros cursos não formais, sempre a partir de muita luta.

Nesta trajetória, a pesquisadora atuou em sala de aula como educadora e, paralelamente, como militante, nos setores de Educação, Formação, Saúde, Juventude, Cultura, Gênero, dentre outros.

A partir de 2003, afasta-se da sala de aula para ingressar em outras frentes do MST, tais como: coordenação da I Turma de Ensino Médio Técnico em Agropecuária, Plano de Recuperação e Desenvolvimento de Assentamentos, Programa Minha Casa Minha Vida Rural, Programa de Aquisição de Alimento e Programa Nacional de Alimentação Escolar, que foram contribuindo para a sua qualificação nesta trajetória até o momento da opção pelo tema desta pesquisa.

Atualmente, atua no Setor de Produção do MST, na frente de comercialização e programas institucionais.

Como militante, afirmo que tudo o que sou hoje, tanto na formação acadêmica, política, quanto como ser humano, é fruto da atuação permanente nas lutas coletivas e nas conquistas do MST, movimento que leva uma vida mais digna ao povo do campo e àqueles que virão ou que estão iniciando agora essa trajetória de luta.

O relato de vida, apresentado anteriormente, mostra a dificuldade do acesso às políticas sociais em toda sua trajetória e como superou e ainda vem superando os novos desafios. De acordo com Lowi, “*as políticas públicas determinam a política*. Elas estruturam o sistema político, definem espaços e atores e, delimitam os desafios que os governos e as sociedades enfrentam” (apud RODRIGUES, 2011, p. 46 – grifo da autora).

A autora ainda acrescenta que

[...] a eficácia das políticas públicas depende do grau de eficiência da gestão – o que, por sua vez, implica não apenas a qualidade dos gestores para exercer seu ofício público, mas também um ambiente de atuação que favoreça a governança democrática e a responsabilização política. (RODRIGUES, 2011, p. 24).

Em outras palavras pode-se dizer que precisa mesmo é vontade política e gestão democrática, pois acontece que esses direitos só são consolidados através de muitas lutas individuais e coletivas dos atores envolvidos que buscam assegurar esses direitos através da participação social.

A Lei Complementar n. 131 (Lei da Transparência), de 27 de maio de 2009, deixa clara a determinação da participação social:

I – incentivo à participação popular e realização de audiências públicas, durante os processos

de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos;

II – liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios eletrônicos de acesso público.

De acordo com essa Lei, em todos os níveis da administração pública, segue assegurada a participação popular, deixando de ser apenas uma adesão política, mas uma obrigação do Estado e um direito garantido da população. Mesmo assim, a luta por políticas públicas permeia o campo e a cidade, sob “gritos” de natureza política, econômica, social e cultural; pouco se fez no Brasil senão por lutas populares.

Essa falta de políticas públicas e a sedução pela “modernização urbana” levaram, ao longo da história, boa parte dos países da América Latina e, em especial o Brasil, a um esvaziamento da população do campo. Muitas pessoas foram morar nas periferias das grandes cidades, forçadamente ou em busca de melhores condições de vida. Aqueles que permaneceram, tiveram que sobreviver às crises do campo, enfrentando problemas diversos como o empobrecimento, tentações das grandes empresas para a expansão latifundiária e mais tarde, o aparecimento do agronegócio. Tiveram que se sujeitar a ficar “ilhados” por monoculturas. Sem políticas sociais específicas, enfrentaram problemas da migração rural, problemas ambientais e, inclusive, a falta de alimentos em alguns casos. Com isso, a pobreza foi se alastrando, tanto nas cidades quanto no campo, como afirma Escobar (1996),

[...] mais de três quartos da população dos países do Terceiro Mundo viviam em áreas rurais. Em muitos países latino-americanos a proporção está reduzida em menos de 30%, resulta de uma característica notável em si mesma, como se o alívio do sofrimento, a desnutrição e a fome dos camponeses teria requerido o não melhoramento dos níveis de vida no campo, como proclamava a maioria dos programas, senão a eliminação dos agricultores como um grupo de produção social e cultural. (ESCOBAR, 1996, p. 184, tradução nossa).

Os trabalhadores camponeses são permanentemente atingidos pelas demandas do capital de diversas maneiras. São notórios no Brasil e em outros países da América Latina os vestígios dessas marcas deixadas pelo tão falado processo de modernização que foi, e ainda é conservador, chegando o “progresso” para uns e a marginalidade e exclusão para outros. Cristóbal Kay (2007), tratando da pobreza rural na América Latina retrata que estudos da pobreza e marginalidade floresceram durante os anos 1960 e 1970 em formas sistemáticas de análise realizadas por cientista sociais. Esses estudos apresentavam uma relevância particular na reflexão teórica da marginalização da pobreza, reduzida para determinados atributos de indivíduos ou grupo.

A marginalização significava o acesso precário e limitado ou nenhum acesso das pessoas à educação, aos serviços de saúde e ao emprego formalizado as instituições sociais e políticas e assim sucessivamente. As pessoas marginalizadas não possuíam requisitos sociais e psicológicos apropriados, assim como, valores e normas para participar no processo de modernização. De certa forma, elas eram vistas como responsáveis pelos seus próprios problemas e incapazes de remontar sua situação de marginalização. (KAY, 2007, p. 6, tradução nossa).

Nesse rumo, os governos, buscando para os “pobres incapazes” uma integração no processo de modernização, concebem programas sociais como uma forma de equilíbrio e até de certa compensação social, para poder expandir-se no processo de produção capitalista. Assim, mantendo certo equilíbrio social, Pereira (2013) afirma que o Banco Mundial tem um papel ideológico e intelectual com os países periféricos, quando afirma que:

O Banco Mundial age, desde as suas origens, ainda que de diferentes formas, como um ator político, intelectual e financeiro. O faz devido à sua condição singular de emprestador, formulador de políticas, ator social e veiculador de ideias – produzidas pelo *mainstream* anglo-saxônico e disseminadas por ele ou produzidas por ele, em sintonia com o *mainstream* – sobre o que fazer como fazer, quem deve fazer e para quem, em matéria de desenvolvimento capitalista. (PEREIRA, 2013, p. 1).

Esse processo brutal de modernização no Brasil inicia-se a partir da década de 1960, quando políticas voltadas para o campo buscam esse “desenvolvimento”. Essa política que ficou conhecida como modernização conservadora promoveu o crescimento econômico da agricultura, ao mesmo tempo que concentrou ainda mais a propriedade da terra, expropriando e expulsando mais de 30 milhões de pessoas que migraram para as cidades e para outras regiões brasileiras (FERNANDES, 1999, p. 39).

Nota-se que a concentração de terra e a expropriação e expulsão de camponeses, ribeirinhos, indígenas e quilombolas de suas terras são marcadas por vários conflitos com uma dimensão histórica de América Latina, cabendo aos camponeses a luta e a reinvenção dos seus territórios enquanto sujeitos da história. “Os camponeses não desapareceram com o desenvolvimento do capitalismo, como previam economistas marxistas e burgueses” (ESCOBAR, 1996, p. 184, tradução nossa).

Ainda hoje, prevalece uma parte da população no território camponês, que luta pela sobrevivência, mas que enfrenta grandes dificuldades, devido à convivência tão próxima e tentadora do agronegócio. No entanto, o agricultor não tem estrutura econômica para competir nesse mercado. Quando busca certo crescimento econômico mais próximo à lógica empresarial, esta está basicamente voltada para produção de matéria-prima para as empresas do agronegócio.

Enquanto a agricultura capitalista se realiza a partir da exploração do trabalho

assalariado e do controle político do mercado, a agricultura camponesa ou familiar é intensamente explorada por meio da renda capitalizada da terra, ficando somente com uma pequena parte da riqueza que produz; a maior parte é apropriada pelas empresas que atuam no mercado (FERNANDES, 2005, p. 3). Empresas estas que estão vinculadas a todo processo de produção, que força o agricultor à dependência de sementes, insumos, máquinas e *commodities*. Dessa concorrência mercadológica supramencionada é que vem a discussão da diferenciação entre ser agricultor familiar e ser agricultor camponês. Nessa situação, a agricultura camponesa sofre uma grande agressão técnica e ideológica dentro desse processo transitório.

A agricultura camponesa

De acordo com Fernandes, “o fato de grande parte dos trabalhos acadêmicos recentes utilizarem o conceito de agricultor familiar não significa que o conceito de camponês perdeu seu *status* teórico” (FERNANDES, 2001, p. 3). O camponês não perdeu seu *status* teórico e nem a sua prática camponesa. Nessa defesa conceitual da agricultura camponesa, podemos citar Carvalho, Oliveira e Fernandes, dentre outros teóricos que têm tratado essa questão paradigmática com um olhar mais crítico da realidade que atravessa a agricultura brasileira. No entanto, ainda nas últimas duas décadas, muitos outros estudos² têm sido feitos sobre a agricultura familiar e agricultura camponesa, também buscando uma definição conceitual para os termos.

Para entender esse pensamento de mudanças conceituais, recorreremos a Hespanhol (2000), que observa que há uma contestação do conceito de camponês, quando afirma:

[...] que a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar, deve ser aprendida como um reflexo das alterações recentes ocorridas na agricultura brasileira e que, em última análise, levaram à valorização do segmento familiar. Nesse sentido, as categorias de análise até então utilizadas para caracterizarem essas unidades de produção, como campesinato, pequena produção, agricultura de subsistência, produção de baixa renda, entre outras, perderam seu poder explicativo, favorecendo a emergência de novas concepções teóricas consubstanciadas na categoria agricultura familiar. (HESPANHOL, 2000, p. 2).

O que temos observado no cotidiano é que os conceitos são tratados como sinônimos ou até são utilizados sem um maior aprofundamento. Discutindo a agricultura familiar, Fernandes (2001) retrata que teóricos dessa agricultura têm defendido que:

² Podemos citar (VEIGA, 1991), (ABRAMOVAY, 1992), (MARTINS 2001), (HESPANHOL, 2000).

O produtor familiar que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar. Desse modo, pode-se afirmar que **a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês**. Criou-se assim um termo supérfluo, mas de reconhecida força teórico-política. E como eufemismo de agricultura capitalista, foi criada a expressão agricultura patronal (FERNANDES, 2001, p. 29-30, grifos nossos).

Então, podemos entender o camponês como o contrário desta afirmação? Nesta colocação, vemos que existe nos termos uma tamanha força política ideológica. Chamar um camponês de agricultor familiar é diferente de chamar um agricultor familiar de camponês. Não se trata de aplicar um conceito, mas da condição de trabalhador e da sua organização de trabalho familiar, que por muitos anos se referia a esse trabalhador do campo como camponês, lavrador, pequeno agricultor e pequeno produtor, e ele não deixava de ser um camponês. O problema é que, hoje, teóricos da agricultura familiar e o Estado, através de aplicação das políticas públicas, principalmente a partir do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), foram se apropriando desses termos como “equivalente à agricultura familiar [...]”. É necessário demarcar bem esse território teórico”, afirma Fernandes (2001, p. 5), pois é preciso saber de que tipo de agricultura se refere em cada situação e entender as transformações que nelas ocorrem.

Aqui, o objetivo é tratar especificamente da agricultura camponesa e entender o processo “transitório” que acontece a partir das influências capitalistas. Falaremos de políticas públicas no campo, sem a pretensão de grandes definições de um conceito puro, mas é preciso ter clareza e saber diferenciá-las, mesmo quando os desenhos de reivindicações de melhores condições de vida no campo sejam os mesmos.

Fernandes (2001) aponta referência nas obras de Lenin e Kautsky que até hoje possibilita o entendimento da agricultura no capitalismo:

Lenin, 1985 e Kautsky, 1986 são obras seminais dos estudos da questão agrária. De modo que suas pesquisas são até hoje fundamentais para se compreender o desenvolvimento da agricultura no capitalismo. Esses trabalhos são essenciais para entender, entre outras questões, a destruição do campesinato no processo de diferenciação, e, por essa razão, estão também entre as principais referências para compreender que o espaço da luta e da resistência – para que os camponeses continuem sendo produtores familiares – não está na integração ao mercado, mas sim na luta política contra o capital. O mercado capitalista é muito mais o espaço da destruição do que da recriação do campesinato, e, em diferentes escalas, os diversos tipos de camponeses: posseiros, rendeiros, assentados, pequenos proprietários estão inseridos do mercado. (FERNANDES, 2001, p. 4).

As organizações sociais têm defendido que, para permanecer enquanto camponês, é preciso fortalecer a resistência ao capital e não a sua integração. Entendemos que a agricultura camponesa não se faz apenas com o crédito, mas, principalmente, com a luta pela terra e com a capacidade organizativa dos camponeses, através da cooperação. Reforçando essa questão, Fernandes ainda afirma que:

No Brasil, nos últimos vinte anos, não foi o mercado que possibilitou a recriação do campesinato, mas sim a luta política desenvolvida por meio das ocupações de terra, que se tornou a principal forma de acesso à terra. Mas, os teóricos da agricultura familiar não têm referencial para compreender esse processo. Assim, ignoraram a parte essencial da formação dos camponeses brasileiros hoje: a luta pela terra. (FERNANDES, 2001, p. 4).

Nesse processo de luta pela terra, buscam reafirmar as transformações, avanços e entender as dificuldades enfrentadas no campo pelos trabalhadores sem-terra, ribeirinhos, quilombolas, pequenos agricultores familiares/camponeses, que convivem diariamente com a exclusão social nas dimensões política, econômica e cultural, bem como estão superando as contradições e tentações do mercado capitalista.

Alguns até profetizam o fim do campesinato, mas sabe-se que essa modalidade de agricultura camponesa surgiu ao longo da história, a partir da resistência à dominação e imposição do sistema feudal de produção; tendo como marco inicial na história a luta pela terra, pelo trabalho livre da exploração capitalista. Com certeza, o campesinato reafirmando enquanto classe social, também saberá resistir, como sugere Carvalho (2011, p. 2) “[...] é minha sugestão que o campesinato, ainda que permeado por diversas contradições internas, ao se afirmar como camponês nega o capitalismo, mesmo que imerso nele”. Daí a sua “autonomia relativa”.

Carvalho (2011) pontua a diversidade biológica e social que contempla os camponeses dizendo que:

Enquanto as empresas capitalistas impõem a homogeneização nos processos, os camponeses praticam uma ampla diversidade biológica e social que contempla:

- os saberes e as experiências de produção vivenciadas pelas famílias camponesas são referenciais importantes para a reprodução de novos ciclos produtivos;
- as práticas tradicionais, o intercâmbio de informações entre vizinhos, parentes e compadres, o senso comum, assim como a incorporação gradativa e crítica de informações sobre as inovações tecnológicas que se apresentam nos mercados, constituem um amálgama que contribui para as decisões familiares sobre o que fazer;
- o uso da terra pode ocorrer de maneira direta pela família, em parceria com outras famílias vizinhas ou parentes, em coletivos mais amplos ou com partes do lote arrendados a terceiros;
- a diversificação de cultivos e criações, a alternatividade de utilização dos produtos obtidos, seja para uso direto da família seja para usufruir de oportunidades dos mercados, e a presença de diversas combinações entre produção-coleta-extrativismo;
- a produção de artesanatos e o beneficiamento primário de produtos e subprodutos;

a garantia de fontes diversas de rendimentos monetários da família, desde a venda da produção até a de dias de serviços de membros da família;
 – a solidariedade comunitária (troca de dias de serviços, festividades, celebrações), as crenças e os valores religiosos por vezes impregnando as práticas da produção;
 – a presença de elementos da cultura patriarcal;
 – enfim, mas não finalmente, as relações afetivas e simbólicas com as plantas, com os animais, com as águas, com os sítios de infância, com a paisagem e com os tempos. (CARVALHO 2011, p. 2-3).

Ainda podem-se acrescentar diversos elementos que caracterizam o ser camponês, mas Carvalho (2011) traz uma das melhores definições de camponês, quando ele diz que: [...] “ser camponês é estar construindo um mundo étnico, social e ecologicamente saudável para todos os povos” (CARVALHO 2011, p. 2-3). Isso quer dizer que a construção de um mundo mais ético para todos os povos já contemplaria os demais elementos, que deveriam ser elencados para conceituar esse ser camponês. Acontece que trazendo os conceitos para a realidade, entende-se que para um mundo mais ético, incluindo todos os povos, acarretaria uma tomada de decisão sobre a desigualdade, exclusão e pobreza em que vivem as pessoas.

Exclusão e inclusão social a partir da política pública

Buscando um pouco mais sobre a dimensão da exclusão social e pobreza ou até de uma cidadania limitada, Kay (2007) afirma que:

Pode-se distinguir três dimensões no processo de exclusão social da pobreza: a **dimensão econômica, política e cultural**. A **exclusão econômica** se refere a marginalização do sistema produtivo, a qual se manifesta no desemprego, subemprego e emprego inseguro, carência de bens e de crédito, vulnerabilidade além de outras. A **exclusão política** se origina no acesso desigual aos direitos, tanto coletivos, como individuais dentro da sociedade civil, cidadania limitada, subordinação social etc. A **exclusão cultural** compreende uma falta de reconhecimento e segregação dos valores e práticas culturais dos grupos subordinados pela sociedade dominante, o qual se conduz a discriminação, o racismo e assim sucessivamente. (KAY, 2007, p. 8, tradução e grifos nossos).

Diante dessas dimensões expostas, o povo vai se tornando dependente das políticas públicas para ir resolvendo as questões produzidas pela própria pobreza. De acordo com Pereira (2013), o Banco Mundial tem atuado nesse contexto de agente formulador e financiador de muitas dessas políticas, caracterizadas pelo empoderamento, desenvolvimento sustentável, erradicação da miséria dentre outros, o que até os movimentos sociais e a esquerda brasileira vão assimilando e naturalizando ao longo dos anos.

Na política pública o povo reivindica, pressiona, participa de conselhos e faz constantes negociações e renegociações, acreditando que está exercendo sua cidadania, e está. No entanto, ao obter conquistas sólidas, muitas das vezes acabam fazendo o papel do Estado ao realizar certos tipos de atividades nos seus territórios como, por exemplo: ao conquistar a

terra que é uma política pública importante, mas que não é suficiente, as pessoas vão se organizando na escola, mesmo embaixo de uma árvore; organizam a farmacinha para atendimentos básicos; organizam a cacimba, a limpeza etc. Assim, passam anos em moradias de lona ou em casa de barro batido em pré-assentamento, como se fosse natural. Reafirmam que conquistaram a terra, mas onde está a reforma agrária? Assim, também, as pessoas da cidade, que varrem a rua, que foi calçada a partir de reivindicação, retiram o lixo, precisam pagar um segurança para fazer a ronda e vigiar suas casas. Que cidadania é essa? Pode-se dizer que é o que Kay (2007) chamou anteriormente de “cidadania limitada” no acesso ao direito social.

Nesse processo de dominação política, econômica e social, no campo, dois programas de crédito para agricultura familiar, que marcaram as lutas a partir de meados da década de 1980: primeiro, o Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária (Procera), criado em 1986, que se consolidou somente em 1993 e, logo após, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1995, que substituiu o Procera, que já não alcançava êxito, devido aos fatores reais como: juros altos, aval cruzado, desconhecimento da legislação, por parte dos agentes financeiros, dentre outros fatores, que dificultaram a sua execução.

A partir desses programas, principalmente o Pronaf, que prevalece até os dias de hoje, é que surgem políticas mais voltadas para os camponeses, como afirma Bianchini (2015):

Entre 1970 e 1980 os volumes de recursos aplicados no crédito rural foram crescentes, atingindo US\$20,4 bilhões em 1979. Apesar de a política agrícola não excluir formalmente nenhum segmento, o crédito rural foi seletivo priorizando a Macrorregião Centro Sul, *commodities* e um seleto grupo de agricultores. A exclusão se dava na prática por diferentes níveis de procedimentos operacionais adotados pelas instituições financeiras. Até 1995, o Brasil não contava com uma política para a agricultura familiar, quando foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) com uma linha de crédito diferenciada para este setor. (BIANCHINI, 2015, p. 12).

O Pronaf é uma linha de crédito, destinada à “agricultura familiar” que foi mudando e ampliando sua forma desde sua criação em 1995. Nos dias de hoje, apesar da burocracia dos agentes financeiros, tem buscado atender todos os segmentos da agricultura familiar no país.

Mudanças foram acontecendo a partir das conquistas dos trabalhadores camponeses, frutos de muitas lutas e reivindicações dos Movimentos Sociais, que foram surgindo outras modalidades, com visões de políticas públicas, para o “desenvolvimento” rural. Segundo o Manual operacional do Pronaf (1996): “O objetivo geral do Pronaf é proporcionar o aumento da produção agrícola, geração de ocupações produtivas e melhoria da renda e da qualidade de

vida dos agricultores familiares” (MANUAL OPERACIONAL, 1996, p. 8). Além desse, o programa traz ainda outros cinco objetivos específicos, que são:

- a) ajustar as políticas públicas de acordo com a realidade dos agricultores familiares;
 - b) viabilizar a infraestrutura necessária à melhoria do desempenho produtivo dos agricultores familiares;
 - c) elevar o nível de profissionalização dos agricultores familiares através do acesso aos novos padrões de tecnologia e gestão social;
 - d) estimular o acesso desses agricultores aos mercados de insumos e produtos;
 - e) fortalecer os serviços de apoio ao desenvolvimento da agricultura familiar.
- (MANUAL OPERACIONAL, 1996, p. 8).

Não se pode negar que o Pronaf tem sido uma grande ferramenta para os agricultores familiares e camponeses, apesar de algumas amarras, que apresentaremos no capítulo III, ele teve uma evolução bastante significativa nesses 21 anos, se compararmos aos anos anteriores a 1995.

Na atualidade, existem diversos programas disponibilizados através do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Ministério de Desenvolvimento Social (MDS), com as seguintes linhas de créditos:

- Pronaf Custeio: Destina-se ao financiamento das atividades agropecuárias e de beneficiamento ou industrialização e comercialização de produção própria ou de terceiros enquadrados no Pronaf.
- Pronaf Mais Alimentos – Investimento: Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas.
- Pronaf Agroindústria: Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural.
- Pronaf Agroecologia: Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento.
- Pronaf Eco: Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida.
- Pronaf Floresta: Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.
- Pronaf Semiárido: Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agro ecossistemas, priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.
- Pronaf Mulher: Linha para o financiamento de investimentos de propostas de crédito da mulher agricultora.
- Pronaf Jovem: Financiamento de investimentos de propostas de crédito de jovens agricultores e agricultoras.
- Pronaf Custeio e Comercialização de Agroindústrias Familiares: Destinada aos agricultores e suas cooperativas ou associações para que financiem as necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros.
- Pronaf Cota-Parte: Financiamento de investimentos para a integralização de cotas-partes dos agricultores familiares filiados a cooperativas de produção ou para aplicação em capital de giro, custeio ou investimento.
- Microcrédito Rural: Destinado aos agricultores de mais baixa renda, permite o

financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrirem qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Créditos para agricultores familiares enquadrados no Grupo B e agricultoras integrantes das unidades familiares de produção enquadradas nos Grupos A ou A/C.³

Além desses citados, foi criado pelo MDS, o PAA e, a partir da experiência desse programa, foi criado o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O PAA dispõe de um grupo gestor, formado pelos seguintes ministérios, conforme Decreto n. 6.447, de 7 de maio de 2008: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa)/ Conab; Ministério da Fazenda (MF); Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e Ministério da Educação (MEC). Atualmente, com as mudanças no governo, ocasionando o fim do MDA, o PAA está sendo gestado pelo MDS, através de secretarias gerencias. Mais adiante, falaremos das perspectivas do programa. Este Grupo Gestor é responsável por definir as medidas necessárias à operacionalização do Programa. Além deste, há os gestores executores, ou seja, os Estados, municípios e a CONAB; e os gestores locais, formados pelas organizações de agricultores (cooperativas, associações etc.) e entidades sociais assistenciais, que administram seus respectivos projetos. Os dois programas passam por um controle social, envolvendo a sociedade civil, através de representações no Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (Condraf) e nos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), além dos conselhos municipais.

O PNAE, gerido pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), autarquia vinculada ao Ministério da Educação, é o responsável pela normatização, assistência financeira, coordenação, acompanhamento, monitoramento, cooperação técnica e fiscalização da execução do programa.

Tanto o PAA quanto o PNAE estão vinculados à questão da segurança alimentar, criados nos parâmetros do programa Fome Zero do governo Lula. A agricultura familiar camponesa tem um papel importante na produção de alimentos, por isso precisa ser amparada pelo Estado. É possível observar a movimentação no comércio de modo geral, na questão do consumo de alimentos e, através da movimentação da economia, compra e venda de produtos agropecuários no município.

Ao pensar políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais dos povos do campo

³ Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/saf-creditorural/linhas-de-cr%C3%A9dito>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

é preciso reconhecer de fato quem produz⁴. Vale observar que a partir do Pronaf, houve várias mudanças no campo brasileiro, porém, ainda há muito que fazer, pois o recurso destinado à tradicional agricultura empresarial para a produção de *commodities* tem mostrado nitidamente a prioridade do governo federal, como afirmam os dados do PAP (2014/2015):

Para a safra 2014/15 foram disponibilizados R\$ 156,1 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, o que representa um crescimento de 14,7% em relação à safra anterior, sendo R\$ 112 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para investimento, cujos acréscimos são de igual magnitude ao das disponibilidades totais. Desses recursos, R\$ 132,7 bilhões serão aplicados com taxas de juros inferiores às de mercado. [...] Foi ampliado o apoio ao médio produtor, por meio do Pronamp, que contará com maior volume de recursos de financiamento (+ 27%), se situando em R\$ 16,7 bilhões e elevação nos limites de custeio e de investimento.⁵

Vale destacar aqui que, nesse mesmo período, o que foi liberado para agricultura familiar e camponesa é muito inferior ao valor liberado para a agricultura empresarial.

O Assentamento Nova Conquista e suas particularidades, nesse contexto das políticas públicas para o campo, é o elemento principal desse estudo que, daqui por diante, terá uma delimitação territorial, para melhor aprofundamento dos objetivos iniciais propostos sobre o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), praticado pelos sujeitos desse assentamento.

O assentamento, através de sua associação de assentados, denominada Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Conquista (Atranc) vem lutando há 28 anos, buscando formas de sobreviver no campo, de superar os problemas de produção e renda, através da diversificação da produção e de alternativas de comercialização participativa, por meio dos programas PAA e do PNAE, instituído pela Lei n. 11.947/2009. Este, prevê a utilização de 30% dos recursos repassados pelo Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação (FNDE), na compra de gêneros alimentícios produzidos por agricultores familiares. Mesmo priorizando os assentamentos de reforma agrária, as comunidades tradicionais indígenas e comunidades quilombolas (BRASIL, 2009), além da intensificação da presença nas feiras locais, ainda assim, é travada uma luta constante pela melhoria dos preços ofertados ao que é produzido, elemento este que será tratado com mais profundidade no capítulo III deste estudo.

Todas essas demandas das famílias assentadas têm assumido um caráter reivindicatório, a partir das lutas que historicamente foram travadas pelo Movimento dos

⁴ O Censo Agropecuário de 2006, retrata a agricultura familiar como responsável pela produção de alimentos como mandioca, feijão e milho, entre outros do país. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 22 jun. 2015.

⁵ Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PAP%202014-2015.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2006.

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o que resultou em conquista de políticas públicas de comercialização. Essas políticas têm orientado caminhos de possibilidades para que o camponês não precise submeter a sua produção à lógica do mercado, subordinado à indústria e aos intermediadores locais.

Essas iniciativas de comercialização, que já foram concretizadas no campo institucional, principalmente através do acesso ao PAA, realizadas pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e pelo PNAE em parceria com as prefeituras locais, têm garantido preços e proporcionado, também, maior diversificação na produção de alimentos, além de maior renda às famílias assentadas e do acesso aos alimentos de qualidade para os que vivem em condições de vulnerabilidade social.

Não obstante, ainda há amarras no desenho institucional, que dificultam os acessos ao PAA e outras políticas públicas devido à burocracia que interfere diretamente no modo das famílias produzirem e comercializarem a produção. Essas barreiras se caracterizam, no caso do PAA: pela unidade de medida padronizada nacionalmente para todos os alimentos e pelos preços desproporcionais em relação à região, influência externa no modo cultural de produção local, perda de produção devido à demora entre o tempo de análise da proposta e liberação de recurso, dentre outros.

É nesse sentido que queremos apresentar, em três capítulos, alguns elementos de contextualização histórica dos sujeitos desse território, além de uma análise do PAA nesse assentamento, através do estudo, que traz como tema: As amarras das políticas públicas: o impacto do Programa de Aquisição de Alimentos no Assentamento Nova Conquista/ES, com objetivo de discorrer sobre os impactos do PAA, a partir do ponto de vista socioeconômico, os avanços, as amarras e as possibilidades de superação no processo de resistência no campo.

Para isso, o trabalho foi norteado pela pergunta: De que forma as políticas públicas no campo, em particular o PAA, têm interferido no âmbito social, econômico e cultural das famílias do Assentamento Nova Conquista?

Quanto à metodologia da pesquisa foi escolhida a qualitativa, utilizando, também, a histórica documental⁶ e a participante⁷, devido ao envolvimento próximo da pesquisadora

⁶ A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica [...]. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão etc. (FONSECA, 2002, p. 32).

⁷ A pesquisa participante está inserida na pesquisa prática. “É ligada à práxis, ou seja, à prática histórica em termos de usar conhecimento científico para fins explícitos de intervenção; nesse sentido, não esconde sua

com o objeto de estudo, além da revisão de literatura, caracterizando a bibliográfica, que buscou referenciar teoricamente os três capítulos do estudo.

A pesquisa documental envolveu toda documentação da memória do assentamento, como material histórico publicado ou não, mas que foi de relevância para a pesquisa como: arquivos, atas, controles, relatórios, planilhas, multimídias, fotografias de encontros e reuniões dos sujeitos envolvidos, além das memórias vivas.

A pesquisa participante se deu por meio da relação social e de trabalho da pesquisadora com os sujeitos, tanto com os camponeses beneficiários, quanto com os grupos da gestão pública municipal, estadual e conselhos. No caso desses últimos, estes são: Secretaria Municipal de Agricultura, Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS) e Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), do Espírito Santo.

O resultado desse estudo segue assim organizado:

- capítulo II – A questão agrária, territorialidades e o processo migratório do campesinato: um recorte para o norte capixaba e o advento do MST. Esse primeiro capítulo faz uma retomada teórica, que dá sustentação e um melhor entendimento aos outros dois capítulos seguintes. Busca trazer alguns entendimentos essenciais da questão agrária, da questão territorial, da conflitualidade e do processo migratório do campesinato, buscando um enfoque maior para o norte do Espírito Santo, bem como um breve resgate do surgimento do novo camponês sem-terra;
- capítulo III – A luta por políticas sociais no contexto histórico dos sujeitos estudados: este segundo capítulo corresponde à trajetória de vida e caracterização dos sujeitos, passando por diferentes fases de negociação da conquista da terra, no contexto da implantação dos grandes projetos do agronegócio, da expropriação, empobrecimento e do surgimento da luta pela terra até a conquista do Assentamento Nova Conquista, no município de Pinheiros/ES;
- capítulo IV – O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): capítulo que tem o objetivo de identificar os impactos do PAA, a partir do ponto de vista social e econômico; os avanços; e as amarras; e as possibilidades de superação no processo de resistência no campo, apresentando um levantamento do que é o PAA no âmbito das políticas públicas, contexto de criação, ato de criação, artigo, lei, atualização da lei, regulamentação de decreto, alterações e regulamentações de resoluções e normativas do grupo gestor.

2 A QUESTÃO AGRÁRIA, TERRITORIALIDADES E O PROCESSO MIGRATÓRIO DO CAMPEsinATO: UM RECORTE SOBRE O NORTE CAPIXABA E O ADVENTO DO MST

Entendendo o Brasil como um país de grande extensão territorial e vasto potencial para agricultura, não é de aceitar tamanha desigualdade para com seu povo. Acontece que essa desigualdade iniciou-se com a chegada dos portugueses como afirma Feitosa (2008).

[...] quando a Coroa Portuguesa detinha o monopólio sobre as terras “descobertas”. O Brasil, como colônia de exploração, teve a sua organização territorial imposta pelo modelo mercantil português, para atender às demandas e aos interesses econômicos europeus. A estrutura fundiária brasileira “desenvolveu-se”, primeiramente, com a concessão de uso do solo, com direito à herança, por meio dos sistemas de Sesmarias e Capitania Hereditárias, ocasionando uma grande concentração de terra. (FEITOSA, 2008, p. 24).

Esse fator de “colônia de exploração” é marcado por um processo que altera totalmente a vida social dos indígenas, que foram os primeiros a sofrerem de tristeza, de doenças de exploração, como afirma Darcy Ribeiro (1997, p. 43): “negação de todos os seus valores [...] morriam de tristeza, certos que todo futuro possível seria a negação mais horrível do passado, [...] os índios defenderam até o limite possível o seu modo de ser e de viver”.

O processo de dominação indígena tem início em 1500, com a chegada dos portugueses, semeando a desigualdade com a exploração da força de trabalho dos índios, mais tarde dos negros, através do trabalho escravo e a exploração dos trabalhadores de diversas formas. De acordo Stedile (2013), nesse processo histórico de dominação surge à exploração capitalista através das diversas fases de desenvolvimento desse modo de produção. Iniciando no século XV como capitalismo mercantil, depois a evolução para o capitalismo industrial, no século XVIII e XIX. No século XX, desenvolveu-se como capitalismo monopolista e imperialista. Nas ultimas décadas, estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominada pelo capital financeiro globalizado, com controles de produção de mercadorias produzida pelos trabalhadores (STEDILE, 2013, p. 20).

Sem entrar no mérito da discussão de cada um desses períodos, pode-se dizer que é através da concentração da terra e do desenvolvimento do capitalismo no campo e nas cidades por meio da indústria, que se foi forçando as pessoas a se deslocarem de um lugar para outro dentro ou fora do país, do estado e ou do próprio município, em busca de melhores condições de vida.

Esse deslocamento de um campo para outro, ou do campo para as regiões metropolitanas tem causas diversas, mas tanto no campo, quanto no meio urbano nota-se que

os fatores são marcados por um processo de repulsão e de atração: *Quanto à questão de repulsão*, trata da expulsão dos camponeses da terra: a concentração das terras nas mãos de poucos; modernização com técnicas agrícolas, que substituem a mão de obra; falta de assistência técnica, escolar e social no campo. Os pequenos camponeses vêm-se obrigados a se desfazer de suas terras e passam a vender a força de trabalho nos grandes centros urbanos ou para as próprias empresas capitalistas. *Quanto aos fatores de atração*, trata de elementos que funcionam como atrativos para a saída dos camponeses de suas terras. O que é propagandeado pelos meios de comunicação de massa, como: maiores possibilidades de trabalho, acesso aos bens de consumo, lazer, estudo. Isso acontece, principalmente, com a juventude, mas também com famílias inteiras, que deixam o campo em busca de melhores condições de vida e trabalho, porém, quase sempre, com pouca ou nenhuma qualificação profissional se “amontoam” nas periferias dos centros urbanos, vivendo do subemprego quando encontram. Nesse sentido, identificando as principais causas da exclusão social e a compreensão da dimensão em que se dá a concentração da terra, Fernandes (2001) afirma que:

Os problemas referentes à questão agrária estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais: camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra: violência extrema contra os trabalhadores, à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (FERNANDES, 2001 p. 23)

De acordo com afirmação de Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1994, p. 46) “o desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições, ele é por si, contraditório e desigual [...]. Esse desenvolvimento contraditório ocorre através de formas articuladas pelos próprios capitalistas que utilizam de suas relações de trabalho para não terem que investir na contratação de mão de obra uma parte de seu capital”. Continuando, o autor afirma ainda que: “No campo o capitalismo foi se desenvolvendo através da indústria, através do setor tecnológico máquinas, fertilizantes, sementes selecionadas, agrotóxico etc.” (OLIVEIRA, 1994, p. 51). Nesse sentido Alentejano (2010) afirma que a concentração fundiária se ressignifica a cada momento e vivemos uma onda de internacionalização da nossa agricultura por empresas transnacionais.

Assim como a concentração fundiária não é uma novidade na história brasileira, mas se ressignifica a cada momento, o mesmo pode ser dito da internacionalização da agricultura. Se a colonização foi o marco inicial da invasão estrangeira – do ponto de vista dos povos ‘indígenas’ (tupis, guaranis, xavantes, ianomâmis e tantos outros) – hoje, vivemos uma nova onda de internacionalização da nossa agricultura, expressa

no domínio da nossa agricultura por grandes empresas transnacionais e na compra de terras por empresas, fazendeiros e fundos financeiros estrangeiros. (ALENTEJANO, 2010, p. 5).

A superexploração do trabalho traz a lógica de expropriação e expulsão dos camponeses do campo, a substituição da mão de obra por máquinas cada dia mais modernas, além da degradação ambiental, através do grande uso de produtos químicos, agrotóxicos e transgênicos. Isso acirra o problema agrário citado anteriormente, praticado pelo agronegócio através da territorialização, da monopolização do território e causando, assim, uma grande fragmentação da classe trabalhadora que precisa vender sua força de trabalho. Recorrendo a Fernandes (2005), ele caracteriza esse território como uma forma de poder, “[...] é o espaço apropriado por uma determinada relação social que o produz e o mantém a partir de uma forma de poder” (FERNANDES, 2005, p. 27). Se esse território é caracterizado por um espaço de poder, como afirma Fernandes, certamente, existe uma série de conflitos e disputas em seu interior, onde emergem lutas permanentes.

2.1 A questão agrária e o campesinato, eis os paradigmas

Partindo do entendimento do paradigma da questão agrária é preciso levar em conta dois territórios distintos: o campesinato e o agronegócio. O processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização dos territórios do campesinato e do agronegócio é movido e modificado conflituosamente, pelas constantes contradições e lutas de classes, como afirma o professor Eduardo P. Gerardi:

[...] Latifúndio e agronegócio são compreendidos no trabalho como um único território, pois suas ações são coordenadas e cooperadas na concorrência com o campesinato. Esses dois territórios, o campesinato e o latifúndio e agronegócio, apresentam dois diferentes modelos de desenvolvimento para o campo e se confrontam no processo de territorialização-desterritorialização-reterritorialização. Tomamos o conflito e o desenvolvimento como processos indissociáveis e indispensáveis ao entendimento da questão agrária. (GIRARDI, 2008, p. 92).

A seguir, o quadro 1 também apresentado por Girardi (2008), retrata um comparativo do agronegócio e do campesinato no entendimento desses dois paradigmas denominados de convencional e alternativo.

Quadro 1 – Comparação entre agronegócio e campesinato

Agronegócio*	Campesinato**
Centralização	Descentralização
– controle centralizado da produção, processamento e mercado; – produção concentrada, estabelecimentos agrícolas maiores e em menor número, o que acarreta um menor número de agricultores e de comunidades rurais.	– maior ênfase na produção, processamento e mercado local/regional; – produção pulverizada (maior número de estabelecimentos e agricultores), controle da terra, recursos e capital.
Dependência	Independência
– abordagem científica e tecnológica para produção; dependência de experts; – dependência de fontes externas de energia, insumos e crédito; – dependência de mercados muito distantes.	– unidades de produção menores, menor dependência de insumos, fontes externas de conhecimento, energia e crédito; – maior autossuficiência individual e da comunidade; – ênfase prioritária em valores, conhecimentos e habilidades pessoais.
Competitivo	Comunitário
– competitividade e interesse próprio; – agricultura é considerada um negócio; – ênfase na eficiência, flexibilidade, quantidade e crescimento da margem de lucro.	– maior cooperação; – agricultura é considerada um modo de vida e um negócio; – ênfase em uma abordagem holística da produção, otimizando todas as partes do agro-ecossistema.
Domínio da natureza	Harmonia com a natureza
– o ser humano é separado e superior à natureza; – a natureza consiste principalmente em recursos a serem utilizados para o crescimento econômico; – imposição das estruturas e sistemas do tempo humano aos ciclos naturais; – produtividade maximizada através de	– o ser humano é parte e dependente da natureza; – a natureza provê recursos e também é valorizada para o próprio bem; – trabalha com uma abordagem ecológica/de ambiente fechado desenvolvendo um sistema diferenciado e balanceado; – incorpora mais produtos e processos

insumos industrializados e modificações científicas; – apropriação de processos naturais por meios científicos e substituição de produtos naturais pelos industriais.	naturais; – usa métodos culturais para cuidar do solo.
Especialização	Diversidade
– base genética limitada utilizada na produção; – predominância da monocultura; – separação entre agricultura e pecuária; – sistemas de produção padronizados; – predominância de uma abordagem científica especializada.	– ampla base genética; incorporação da policultura, rotações complexas; – integração entre agricultura e pecuária; – heterogeneidade de sistemas agrícolas; – interdisciplinaridade (ciências naturais e sociais), sistema participativo (inclusão de agricultores).
Exploração	Abdicação
– ênfase nos resultados de curto prazo em detrimento a consequências ambiental e social de longo prazo; – dependência de recursos não renováveis; – consumismo impulsiona o crescimento econômico; – hegemonia do conhecimento científico e da abordagem industrial sobre conhecimento e cultura indígenas/locais.	– custo total contabilizado; – resultados de curto prazo igualmente importantes; – amplo uso de recursos renováveis e conservação de recursos não renováveis; – consumo sustentável, estilo de vida mais simples; – acesso equitativo a necessidades básicas; – reconhecimento e incorporação de outros conhecimentos e práticas permitindo uma base de conhecimento mais homogênea.
* No original “Paradigma Agrícola Convencional/Dominante” ** No original “Paradigma Agrícola Alternativo”	

Fonte: Adaptado de Beus 1995 apud Desmarais, 2007, p. 69-70.

Referindo-se ao campesinato e à relevância do ser camponês, sua configuração e as características que a compõe no seu território, Fernandes (2001, p. 23) afirma que a definição desses conceitos é fundamental para entendimento desses paradigmas e, assim, vai fazendo a definição da questão agrária. Para o autor, esta é “o movimento do conjunto de problemas

relativos ao desenvolvimento da agropecuária e das lutas de resistência dos trabalhadores, que são inerentes ao processo desigual e contraditório das relações capitalistas de produção”. Continuando em outro momento, Fernandes, Welch e Gonçalves (2014, p. 48) ainda afirmam que: “O paradigma da questão agrária tem como ponto de partida as lutas de classes para explicar as disputas territoriais e suas conflitualidades na defesa do modelo de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses”.

Os autores também esclarecendo sobre o paradigma do Capitalismo agrário, afirmam que “as desigualdades geradas pelas relações capitalistas são um problema conjuntural, o qual pode ser superado por meios de políticas que possibilitem a ‘integração’ do campesinato ou agricultor de base familiar ao mercado capitalista” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES 2014, p. 48). Estes paradigmas têm gerado diversos debates sobre o campo brasileiro e merecem um maior aprofundamento, em outro momento, visto que neles existe uma tamanha força ideológico-antagônica. Partindo dessa premissa, o problema do campesinato brasileiro é um reflexo da estrutura global do modelo de agricultura existente, que norteia a partir do convencimento para atender as necessidades do mercado e não da autonomia dos camponeses.

O capital tem influenciado o camponês a seguir na lógica da agricultura familiar “capitalista” e esse camponês dificilmente percebe que está sendo ludibriado. Há uma frase que já se popularizou e diz que “a dor é menos doída, quando se sabe por que dói”. Acontece que muitas vezes o camponês não sabe por que dói.

2.2 O processo migratório no território norte capixaba

O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e)migrar. Dessa forma, ele retorna à terra mesmo que distante de sua região de origem. É por isso que boa parte da história do campesinato sob o capitalismo é uma história de (e) migrações. (OLIVEIRA, 2007, p. 11).

De norte a sul do país a questão agrária sob o capitalismo é registrada por um processo de migração como descreve Oliveira (2007). Nessa contextualidade, marcada por conflitos e conflitualidades e na busca de novos territórios e territorialidades Fernandes (2008) esclarece que: “A conflitualidade é um processo constante alimentado pelas contradições e desigualdades do capitalismo”. Essas questões socioterritoriais e conflituosas não estão isoladas e não se pode tratar de forma isolada, estão ligadas a sentimentos, a paixões, forças e fraquezas conforme expressa Milton Santos (2002): “O território é o lugar

em que desembocam todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações da sua existência” (SANTOS, 2002, p. 9).

Nesse sentido, o território aqui não está sendo tratado somente como espaço de governança, pois os territórios que despertam paixões, sentimento, história, memória, ações, forças e fraquezas tratam da imaterialidade das pessoas, das organizações, das lutas e dos grupos que pensam e dão vida a esse território.

Compreendendo o território capixaba, o processo migratório nesse contexto de espaço, que é produzido através das relações sociais dos grupos que vivem nele, Marcia Bergamim (2004) afirma que:

[...] o Território como espaço que é produzido através das relações sociais de produção, admitimos que, guardadas as devidas peculiaridades, os diferentes grupos sociais predominantes nas regiões produtivas capixabas, traduzem-se em um elemento de extrema relevância para compreender o motivo pelo qual nessas regiões se constituíram distintas formações socioespaciais. (BERGAMIM, 2004, p. 16).

E para entender quem são, como vivem e quais as relações desses sujeitos capixabas citados por Bergamim, recorreremos a Milton Santos (2002), que retrata, dizendo que: “é a geograficidade se impondo como condição histórica na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do que é Território” (2002, p. 9).

As fronteiras dos municípios e estados influenciam no processo de migração, já que as pessoas são livres e estão sempre buscando mudanças sociais. Segundo revelam os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) relativos ao ano de 2009, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), dos imigrantes residentes no Espírito Santo, 41,0% são oriundos de Minas Gerais; 24,0% da Bahia; 16,8% do Rio de Janeiro; 5,3% de São Paulo e 12,9% oriundos de outros estados, juntando-se com os índios e os negros quilombolas, que já se encontravam nessas terras. Estes dados esclarecem a formação da origem do povo do norte capixaba.

2.3 Os limites do norte capixaba em questão

O professor historiador Amarildo Melo (2016) pontua três questões marcantes de limites do Espírito Santo com os estados de Minas Gerais e Bahia, enfocando os conflitos de Contestado e Estado União de Jeovah, numa breve e acirrada luta por terra, tratando

especificamente da questão de limites e conflitos entre os três estados.

O Espírito Santo teve, em sua história, três questões de limites com Minas Gerais e Bahia: A primeira delas surgiu em 1912, em virtude de um incidente fiscal. Tal questão gerou uma região disputada pelos dois Estados e chamada de “Contestado”, culminando com uma pendência judicial, na qual foi o Espírito Santo defendido por Rui Barbosa. Como, em 1913, o laudo pericial do Serviço Geográfico do Exército favorecesse Minas, o Supremo Tribunal Federal decidiu com base nele, e o Espírito Santo perdeu os territórios de Lajinha, Mutum, São Manoel do Mutum, Chalé, Conceição do Ipanema, São Sebastião do Ocidente e Bom Jardim.

A segunda questão com Minas eclodiu quando regiões do noroeste do Espírito Santo começaram a ser disputadas por Minas Gerais num conflito conhecido como “Guerra do Contestado”. Guerra do Contestado: A serra dos Aimorés era o legítimo e natural limite entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. Os mineiros, no entanto, espertamente impugnaram o laudo pericial expedido pelo Serviço Geográfico do Exército alegando a inexistência da serra. Não houve acordo e a região viveu períodos conturbados de duplicidade de jurisdição, com não poucas vezes as duas polícias se enfrentando em violentos tiroteios. Nessa segunda pendência, o Espírito Santo perdeu Mantena, conservando, entretanto, Mantenópolis e Barra de São Francisco pelo acordo definitivo de 1963.

O Estado União de Jeovah: A Região do Contestado seria ainda palco de violentas lutas pela terra. Em 1952, em Cotaxé, no município de Ecoporanga, Udelino de Matos, num caso típico de ‘messianismo tardio’, fundou o Estado União de Jeovah, atraindo contra si a fúria dos latifundiários da região e das polícias mineira e capixaba, que esmagaram a resistência intentada por Udelino e seus seguidores. Novamente, em 1962, a região seria palco de violento massacre praticado pela Polícia Militar contra posseiros, em Itapeba.

Com a Bahia, a questão de limites envolve a bacia do rio Mucuri. De início, os baianos pretenderam a posse até o rio Doce e, depois, até o São Mateus.⁸

Indiferentes a estes conflitos de limites supramencionados, colonos dos três estados, que conseguiam sair fora desses conflitos, se adentraram às florestas nas partes do Espírito Santo, abrindo picadas, executando derrubadas e cultivando alimentos de subsistência, como o milho, o feijão e a mandioca, que se tornaram produtos de grande valor cultural e econômico,⁹ anos depois. Ubaldino Coelho (2014) escreve *Memória Histórica de Pinheiros* e busca fazer uma trajetória histórica da formação norte-capixaba, no início do século XIX: “em pouco tempo surge em Pinheiros mais de quarenta indústrias de farinha, gerando centenas de empregos diretos e indiretos, se tornando o maior produtor de farinha do Espírito Santo e competindo também no mercado nacional com o estado do Paraná” (COELHO, 2014, p. 235).

Não é de se estranhar que os costumes, a cultura e a culinária capixaba são bastante “misturados” com a mineira e baiana. Muitas dessas famílias eram trabalhadoras do campo, tinham vínculo direto com a terra, através dos avós ou dos pais, que possuíam terras em seus estados de origem e, por inúmeros motivos, foram perdidas ou vendidas por valores insignificantes.

⁸ Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/riocricare/histria-do-esprito-santo>>.

⁹ A raiz já foi a principal atividade econômica do município, beneficiada nas tradicionais casa de farinha, que no passado havia centenas destas construções e hoje restam somente cinco indústrias de farinha.

Ainda, de acordo com Coelho (2015), no início do século XIX, não existia definição por completo dos limites territoriais entre Minas Gerais e Espírito Santo, o que acarretou o aumento dos conflitos do leste de Minas e o noroeste capixaba, chamado de “Zona do Contestado”, mais precisamente em Serra de Aimorés:

“[...] desgarrados, aproveitadores, jagunços, charlatões, mascates, tropeiros e levas de sem-terra moviam-se na mira das enfurecidas polícias estaduais, que levavam, com pouco sucesso e uso de muita arbitrariedade, a fazer prevalecer à ordem [...]. Nem sequer os padres se entendiam, engalfinhando-se na disputa fronteiriça, [...] indiferentes aos conflitos de limites entre estes dois estados, colonos capixabas, mineiros e baianos adentraram-se na floresta da região, sobretudo nas partes do Espírito Santo, logo em toda extensão desse conflito jurídico, ocorreu um crescimento demográfico. A população dessa região, em 1940, era de 66.994 habitantes, passando para 384.267 em 1960, segundo estatística do IBGE. Isso significa a maior taxa de crescimento populacional do país naquela época. (COELHO, 2015, p. 37-38).

A partir desse conflito, vão surgindo com o passar do tempo, os povoados e os municípios no entorno. Muitos foram se instalando nos municípios mais do norte como São Mateus, Conceição da Barra, Pedro Canário, primeiramente, e Pinheiros bem depois, além de outros. Os rios Cricaré e rio do Norte também conhecido por Cotaxé, muito contribuíram para o povoamento, pelo fato de em suas margens já existirem alguns habitantes imigrantes.

A “notícia da boa qualidade produtiva das terras do norte capixaba se espalha, chegando aos estados da Bahia e Minas Gerais” (COELHO, 2015, p. 39), se transformando em mais um dos motivos do povoamento do Extremo Norte do Espírito Santo, além de resultar de um processo migratório da população. Mas anterior a isso, nota-se que não foi tranquilo esse processo de territorialização, ficando expresso a seguir nas colocações de Bergamim (2004) de como se deu o processo de regularização de terras no final do século XIX, a corrupção, os abusos praticados pelos próprios funcionários do Estado.

Mesmo que a Lei de Terras tenha sido aprovada em 1850, o processo de legalização das terras capixabas só começou a efetivar-se no final do século XIX, com o advento da República. A partir da época mencionada, os estados passaram a ter autonomia para legislar sob seus territórios e, então, o Espírito Santo criou instrumentos legais para regularizar a propriedade da terra, pois até então, estas eram transferidas de uma pessoa para outra por instrumentos não oficiais, como a herança ou recibos particulares, em detrimento dos mecanismos de legalização previstos na Lei de Terras. No entanto, o processo de legalização das terras no estado, de caráter extremamente liberal, não podia deixar de ter como resultado não apenas desmandos, mas ainda todo o tipo de abusos cometidos pelos que estavam envolvidos na sua aplicação. (ALMADA, 1993, p. 74). A corrupção permeou a legalização das terras pelo serviço de terras estadual, de forma que medidas rígidas foram tomadas no sentido de coibir algumas práticas indevidas de alguns funcionários do estado. (BERGAMIM, 2004, p. 16).

Diante do exposto, constata-se que a questão agrária no decorrer da história, no campo

brasileiro, não atendeu de forma integral àqueles que dependiam realmente desse meio de produção para viver. Com o processo de legalização da propriedade da terra e o advento da Lei de Terras de 1850, a estrutura fundiária permaneceu sob o domínio do grande latifúndio, sob mando dos coronéis.

No Espírito Santo não foi diferente, passando pelo processo de exploração, corrupção e mais tarde pela expropriação dos trabalhadores, que nos solos capixabas, foram se instalando. Assim, os chamados aventureiros, não chegaram ao norte capixaba somente por causa das terras férteis, mas pelo interesse na exploração da madeira para serrarias, que emergiam na região. Essa conjuntura influenciou esses trabalhadores a trabalhar para essas empresas, tanto no desbravamento, retirando a madeira para as serrarias, quanto servirem, também, de mão de obra barata nas lavouras de café e nas pastagens. Coelho, (2015) reafirma mais claramente que, além desses acontecimentos mencionados,

[...] na década de 1930 o interventor federal do Espírito Santo o Capitão João Furano Bley, nomeado pelo Presidente Getúlio Vargas, **ele vende a preço irrisório, grande parte dessas terras do extremo norte capixaba para latifundiários e proprietários de serrarias, justificando que essa era uma alternativa para conter as invasões mineiras no norte capixaba, inclusive, criou uma Delegacia de Terra na cidade de Conceição da Barra.** [...] A partir de 1953, [...] a falta de transparência em vendas de terras, entre outros fatores, foram motivos de acirradas críticas na imprensa e na assembleia legislativa do Estado. Além disso, elas foram à causa de acirradas desavenças entre colonos e donos de serrarias. Estes tinham interesse na expulsão dos colonos de suas posses, visando à exploração de madeiras [...] ‘para isso os latifundiários contratam jagunços e corrompem, durante muitos anos, integrantes da justiça e da Polícia Militar (PM) do Espírito Santo (SOUSA, 1998, p.174) e membros das administrações [...]’ (COELHO, 2015, p. 39, grifos nossos).

E assim, nesse contexto histórico de conflitos, ganâncias, exploração e expropriação existentes que podemos citar aqui as matanças dos índios e a expropriação dos quilombolas e colonos e que Coelho (2015) não menciona em seu livro. O extremo Norte capixaba foi se transformando, a partir da década de 1950, com as plantações de café e, mais tarde, nos anos 1960, com a implantação dos monocultivos de cana e eucalipto.

O cientista político Ueber José de Oliveira (2013), citando Ribeiro (2008) e Almada (1993), ao descrever o desenvolvimento das três regiões do Espírito Santo, aponta a região norte sobre o início de desenvolvimento agropecuário.

Na região norte também se observa um cultivo de café, realizado nas imediações de São Mateus, que começou a concorrer com a mandioca, até então a principal produção das suas fazendas. Devido à ligação desta região com a capitania de Porto Seguro, até o século XIX, boa parte de suas riquezas era dirigida à região baiana. (RIBEIRO, 2008). Posteriormente, após 1940 e, de modo especial na década de 1950 e 1960, a região norte ampliou significativamente suas fronteiras agrícolas do café ao longo do Vale do Rio Doce, quando passou a concentrar a maior parte da

produção do estado, desbancando a região sul, detentora da hegemonia até então. (ALMADA, 1993). (OLIVEIRA, 2013, p. 53).

Reforçando o tema, Wallace Pontes (2007) descreve as origens das massas migratórias no Espírito Santo, dizendo que: “inicialmente ocuparam o braço norte do Rio São Mateus (também denominado rio Cotaxé). Foi na década de 1940 que a ação colonizadora naquela região se fez mais intensa, especialmente a partir da segunda grande guerra”. O autor ainda define como “três distintas vertentes de penetração naquela parte do território contestado: [...] duas exógenas, com focos na Bahia e Minas Gerais; outra endógena, formada de espírito-santenses vindo do sul do Estado” (PONTES, 2007, p. 46).

É importante salientar que nessa região já habitavam trabalhadores e trabalhadoras remanescentes de quilombos, diaristas, meeiros, carvoeiros, que aqui viviam em recentes fazendas. Trabalhavam derrubando as matas para acolher as vindouras monoculturas de plantio das fazendas de café e pecuária, que avançavam nessa região.

As pessoas das regiões de fronteiras, a maioria trabalhadoras do campo, convencidas pela expectativa de conquistar melhores condições de vida e, quem sabe, um pedaço de terra para trabalhar, deixaram os seus estados de origem e partiram com suas famílias, na tentativa de terem os seus sonhos realizados no solo capixaba, inclusive, o de enriquecer. Porém, tiveram essas esperanças frustradas pela dura realidade capitalista. A figura 1, a seguir, retrata claramente a cruel história desse processo migratório.

Figura 1 – Movimento Migratório no Brasil



Fonte: <<http://www.estudopratico.com.br/movimentos-migratorios-no-brasil/>>. Acesso em: 18 jan. 2016.

Relatos de moradores mineiros/capixabas apontam que as viagens eram longas sobre lombo de animais ou de outros transportes precários. Uma vez que a maioria dessas famílias que chegou ao Espírito Santo, era desprovida de bens e não conseguiu terra; exercia atividades essencialmente rurais e continuou sendo explorada pelos “desbravadores”. Diversos depoimentos citam que o exercício do trabalho rural em fazenda “dos outros”, era extremamente degradante, pouco se recebia pelo trabalho realizado.

Com o passar do tempo, insatisfeitas com a situação de exploração, as pessoas esperanças de melhores condições de vida, buscam, através das igrejas, dos sindicatos combativos e organizações sociais que vão surgindo em torno dessa situação, outra forma de luta pela terra que é a reforma agrária.

2.4 A territorialização do camponês sem-terra

Com a abertura política pós-regime militar e a concentração da terra, a expulsão dos pobres da área rural e a modernização da agricultura persistiam, enquanto o êxodo para as cidades e a política de colonização entravam em crise, como afirma Stedile (1999):

[...] Os camponeses expulsos pela modernização da agricultura tiveram fechadas essas duas portas de saída – o êxodo para as cidades e para as fronteiras agrícolas. Isso obrigou a tomar duas decisões: tentar resistir no campo e buscar outra forma de luta pela terra nas próprias regiões onde viviam. É essa a base social que gerou o MST. Uma base social disposta a lutar, que não aceita nem colonização nem ida para a cidade como solução para seus problemas. Quer permanecer no campo, sobretudo na região onde vive. (STEDILE, 1999, p. 17).

Nesse contexto, trazido por Stedile, surgiram várias lutas concretas que, aos poucos se articularam. Dessa articulação, se delineou e estruturou o Movimento Sem Terra, tendo como guia o Acampamento da Encruzilhada Natalino, em Ronda Alta-RS.

Voltando a atenção para os antecedentes históricos, pode-se dizer que o MST não é algo novo na história. É a continuidade das lutas camponesas em uma nova fase. Durante o período colonial, até os finais do século XVII, os índios e negros protagonizaram essa luta, defendendo territórios invadidos pelos bandeirantes e colonizadores, ou unindo a luta pela liberdade com a terra própria e construindo os quilombos. No final do século XIX, início do século XX, surgiram movimentos camponeses messiânicos, sob a inspiração de líderes carismáticos, com objetivo de lutar pela terra.

Durante o período de 1950 a 1964, o movimento camponês organizou-se enquanto

classe, surgindo as Ligas camponesas, a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (UTABs) e o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Esses movimentos foram “esmagados” pela ditadura militar após 1964 e seus líderes foram assassinados, presos ou exilados.

Neste sentido Stedile afirma (1999, p. 18), “Nós do MST nos consideramos herdeiros e seguidores das Ligas Camponesas, porque aprendemos com a sua experiência histórica e ressurgimos com outras formas”. E o MST (1986) já reafirmava “essas formas de resistências como formas de libertação que mostraram que os camponeses tinham vontade própria”. Tais movimentos se tornaram importantes lutas políticas, porque representavam a revolta contra o poder construído dos coronéis e do próprio governo (MST, 1986, p. 21).

Observa-se que as lutas por terras são históricas e entre 1979 e 1980, no início da luta pela democratização, as ocupações de terra ganharam um novo impulso e se generalizam com o advento do MST. Organizados por centenas de famílias, no início de 1984, os participantes dessas ocupações, apoiados pelas pastorais progressistas das igrejas fundamentadas na Teologia da Libertação e, através da Comissão Pastoral da Terra (CPT), da pastoral da igreja Evangélica da Confissão Luterana no Brasil (IECLB) e alguns sindicatos combativos, realizaram o primeiro Encontro Nacional dos Sem Terra, em Cascavel/PR, dando nome e articulação própria ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que ao longo desses 33 anos se territorializou. De acordo com o MST¹⁰, o mesmo está organizado “em 24 estados nas cinco regiões do país. No total, são cerca de 350 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e da organização dos trabalhadores rurais”. (MST, 2016).

Reafirmando a importância da luta pela terra, Porto Gonçalves (2008) aponta exemplos de mobilização para uma melhor distribuição de renda no Brasil, afirmando que é o MST que merece destaque.

Há, pelo menos, duas dimensões territoriais da ação política do MST que merecem destaques. A primeira diz respeito à mobilização e recrutamento de populações suburbanizadas que constituem um universo sociogeográfico de enorme importância não só no Brasil, como no mundo todo. Ao que se saiba o MST é o primeiro movimento social que, enquanto tal, tenta promover uma inversão do fluxo migratório que vinha se fazendo em direção às grandes aglomerações (Porto-Gonçalves, 1996). O MST, ao organizar politicamente um movimento que revaloriza a terra e o campesinato, vai ao encontro de uma nova geografia do fenômeno urbano mundial nos últimos anos. (PORTO-GONÇALVES, 2008, p. 22).

Com base nas afirmações anteriores, o MST é considerado hoje um dos mais

¹⁰ Disponível em: <<http://www.mst.org.br/quem-somos/>>.

importantes movimentos sociais da América Latina. Mas pode-se falar de modo geral da Via Campesina, onde ele está organizado, juntamente com dezenas de movimentos do campo de toda a América Latina e do mundo. Os Gráficos 1 e 2, do Dataluta, indicam a quantidade oficial de assentamentos criados no período de 1985 a 2014 e números de famílias assentadas no país.

Gráfico 1– Brasil - Números de Assentamentos Rurais - Assentamentos Criados - 1985-2014

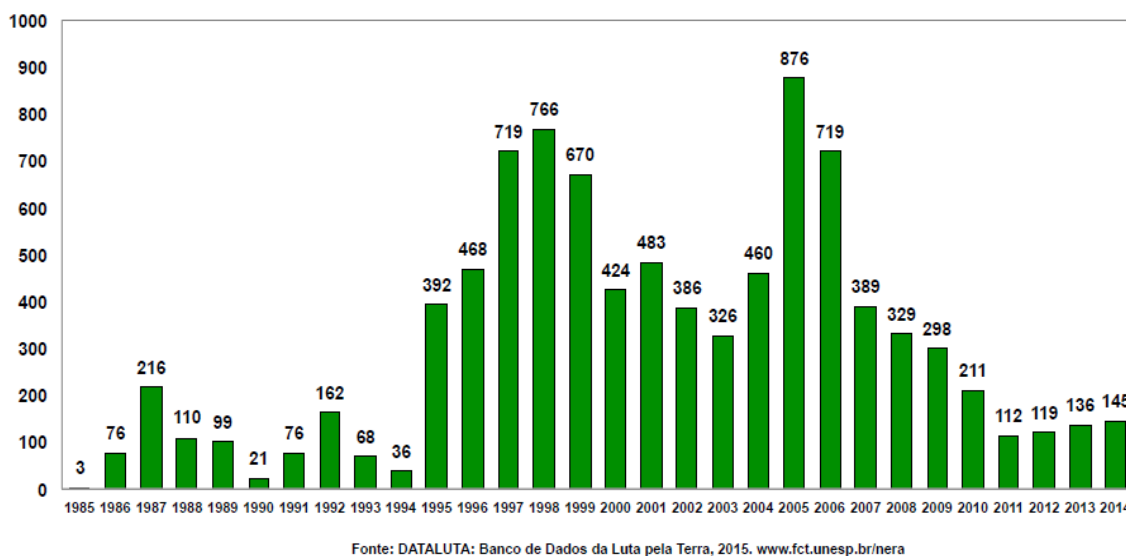
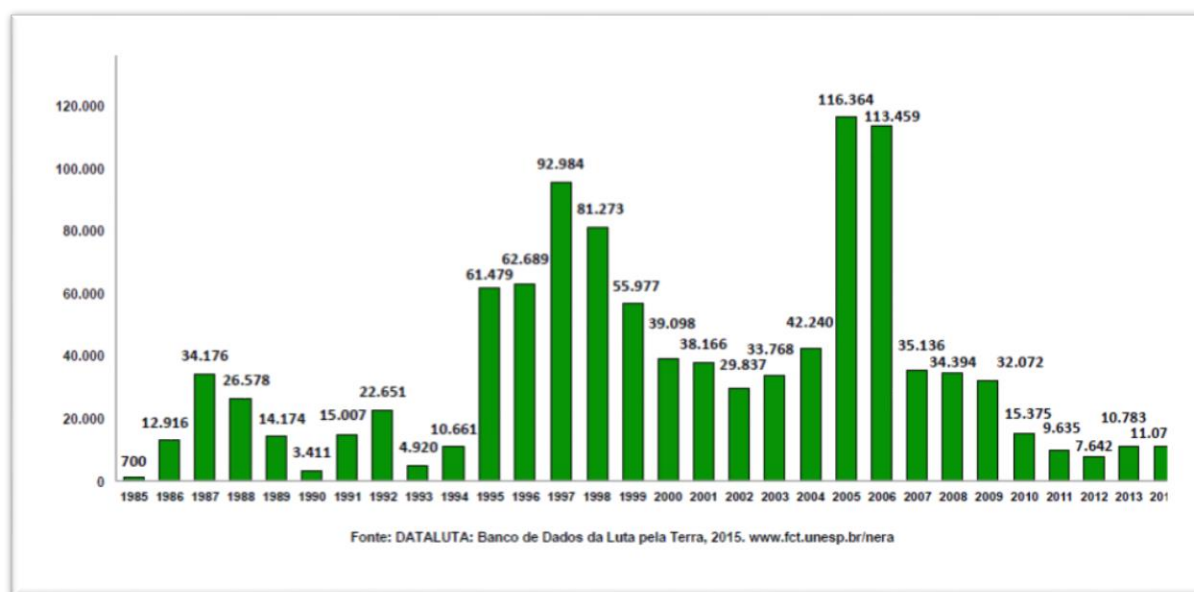


Gráfico 2 – Brasil - Número de Famílias Assentadas - Assentamentos Criados - 1985-2014



Os gráficos apresentam significativos números, mostrando importantes conquistas da luta pela terra, mas levando em consideração a realidade do povo sem-terra neste país, ainda

há muito que fazer; muitos destes dados se referem somente a regularização e existem casos de assentamentos criados somente no papel e na realidade não existem, devido a problemas na justiça com fazendeiros.

A formação do sujeito sem-terra vem se conformando através das ocupações, das convivências nos assentamentos e acampamentos, nas marchas, encontros e mobilizações do MST. De acordo com Cardart (2000).

Ser Sem Terra hoje significa mais, ou não significa o mesmo, do que ser trabalhador rural ou camponês que não Possui terra para cultivar, muito embora não seja possível entender a identidade sem-terra sem compreender sua raiz na cultura camponesa e nas questões do campo. E ainda que seja necessário buscar a gênese desta formação em um contexto histórico que antecede e extrapola o MST, não, é mais possível hoje entender quem são os sem-terra no Brasil fora da história do MST. Da mesma forma que parece incompleta a análise da atuação e do alcance deste movimento social, sem levar em conta que sua conquista social maior talvez seja exatamente a transformação dos desgarrados da terra em novos sujeitos sociais, tanto na sua dimensão de grupo que luta pela terra, quanto na dimensão de assentados, que passam a produzir e a organizar uma nova vida na terra que foi conquistada pela sua organização. (CARDART, 2000, p. 24).

Mesmo que esses sem-terra tenham possuído algum pedaço de terra no passado, ao conquistarem uma pequena área em um assentamento do MST, eles começam a adquirir outros valores, passando a ser chamados de sem-terra como identidade, o que significa que eles estão vinculados com uma luta social.

2.4.1 O camponês sem-terra no Espírito Santo

Os antecedentes de um número significativo de camponeses, imigrantes ou não, assim como em nível nacional, com a criação do MST em 1984, são frutos das lutas que já foram supramencionadas nesse texto. Eles não aceitaram pacificamente o desemprego, o subemprego, a exploração pelas grandes empresas, que foram se instalando no estado e a partir dos anos 80, iniciaram as discussões nos sindicatos combativos e igrejas e partiram para a retomada da luta pela terra, enquanto direitos sociais.

A coragem e a rebeldia organizada fizeram com que a cerca do latifúndio, da discriminação, da injustiça e da exclusão fosse rompida. Nem mesmo a bala do latifúndio intimidou esse povo, na busca da “terra prometida”. Dados da Gazeta (1980) mostram que, na década de 70, foram expulsos do campo no Espírito Santo 146.930 trabalhadores. Nesse mesmo período, 11.294 pequenas propriedades deixaram de existir, o que significa um aumento da concentração da terra. Em contrapartida, as cidades tiveram um incremento

populacional de 79,15% (PIZETTA, 1999).

Segundo Pizetta (1999), o primeiro período de 1983 a 1984 foi um período das negociações o que foi denominado “a terra negociada”. Período em que foram consolidados assentamentos, frutos de negociações diretas com o governo do estado e não por ocupações.

Ainda de acordo com Pizetta (1999), a partir das negociações dos trabalhadores e das organizações com o Governo do Estado, no dia 13 de setembro de 1984, foi “criado o primeiro assentamento no Espírito Santo, o Assentamento Córrego de Areia, no município de Jaguaré”.

As negociações com o governo permaneceram, mas as táticas foram se esgotando devido às dificuldades enfrentadas nas negociações. Mas, enquanto isso, a organização dos trabalhadores foi se fortalecendo cada vez mais, com a criação do MST em nível nacional, a partir da realização do I Encontro Nacional do MST, em Cascavel/PR, quando se formou uma coordenação nacional com representantes dos estados presentes no Encontro. Assim, vai se forjando a identidade sem-terra. Fruto desta nova organização, no dia 27 de outubro de 1985, acontece a primeira ocupação de terras no norte do Espírito Santo e com ela nasce o MST capixaba para dar sustentação e organização à luta pela terra no estado. Esse Movimento vai se territorializando e ganhando identidade própria, como afirma Pizetta (1999):

A partir da socialização dos problemas, das esperanças e das reivindicações e, neste caso, da reivindicação da terra, este espaço de reunião os transformou em indivíduos idênticos, ou seja, de anônimos braços Sem-Rosto, passaram a ser reconhecidos, mediante um processo pedagógico popular de conscientização que os tornou sujeitos do processo, e a conformar a identidade Sem-Terra. Haviam sido excluídos, expulsos de suas terras, assim como ocorrera com milhões de agricultores em todo o país. Agora, era necessário reafirmar as suas trajetórias, os seus verdadeiros nomes (Sem-Terra), para, através de um processo consciente e articulado, conquistar novamente essas terras. (PIZETTA, 1999, p. 8).

As famílias, agora, vão se transformando em “sujeito”, sem-terra com identidade, vão percebendo e entendendo sua dor, descobrindo porque dói e, que são frutos do sistema político, econômico e social. Vão conhecendo uma nova organicidade, uma forma de lutar pelos direitos que necessitam conquistar, mas a luta não é pacífica e o território vai se tornando um campo de conflitos e mortes, a partir das ocupações dos latifúndios improdutivos, mas também um berço de esperança para muitos camponeses sem terra.

As ocupações de terra eram algo muito novo, isso alimentou o ódio dos latifundiários que fundaram em 1986 a União Democrática Ruralista – UDR, que contratou muitos pistoleiros, os quais, a mando dos fazendeiros, tiraram vidas de diversas lideranças de sindicatos e de pastorais da igreja, tais como: Francisco Domingos Ramos, em Pancas, Verino

Sossai, em Montanha, Paulo Damião Tristão, o Purinha do PT, Valdício Barbosa, em Pedro Canário, entre outros. Muitos dirigentes tiveram que deixar o Espírito Santo devido às ameaças. Algumas lideranças se afastaram do Movimento por medo de represálias, ficando um grupo pequeno, que deu continuidade à luta de acordo as possibilidades. Pizetta (1999), caracterizando esse período de organização, afirma que o MST vai se transformando em uma escola.

Muitos ficaram pelo caminho. Alguns foram calados à bala; outros, por necessidade, tiveram que ir embora ou mudar o campo de atuação, preservando a vida; outros, talvez, não quiseram mais arriscá-la. Centenas, porém, foram os que aprenderam com a história, cresceram, se formaram/capacitaram no processo de luta e organização, na escola do MST[...]. Todo o processo é educativo quando se é capaz de extrair dele os ensinamentos, as lições nele imbricadas, para assim continuar a grande obra. (PIZETTA, 1999, p. 9).

E assim, o MST foi se tornando conhecido, primeiro em todo norte do estado e, depois, praticamente na mesma proporção, foi se territorializando para outras partes, se tornando um Movimento estadual, aonde as famílias vão produzindo e reproduzindo vida, valores e resistências. Adelson Rocha Lima (2011) destaca que ainda é preciso ir superando paradigmas na luta alicerçada na produção de vida.

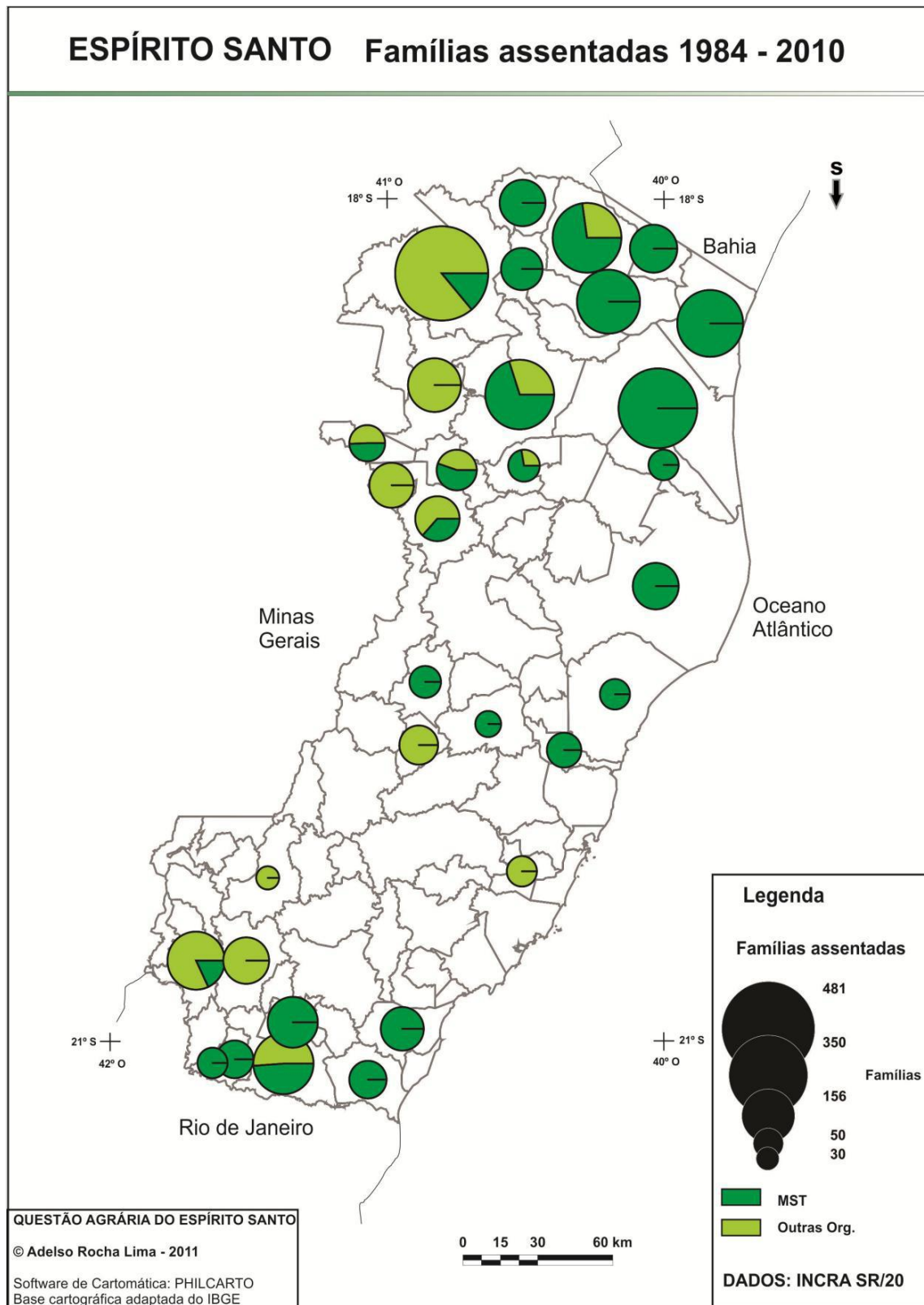
A luta foi e continua sendo feita não apenas para o acesso, mas também pela permanência na terra e em condições dignas de vida, superando o paradigma de que o campo é apenas unidade de produção de matéria-prima. A defesa aqui é do paradigma da luta pela e na terra, alicerçada em um campo de produção de vida, de biodiversidade e sociodiversidade. (LIMA, 2001, p. 87).

E, nessa luta constante de quebrar paradigmas para além da conquista da terra e ir alicerçando um campo de produção de sonhos, daqueles camponeses que outrora deixaram sua terra natal, hoje, já fazem a diferença no estado do Espírito Santo. Existem atualmente, 4.554 famílias assentadas em 92 assentamentos¹¹, compondo 50.071,84 hectares de terras conquistadas para a reforma agrária.

A figura 2, a seguir, retrata o Mapa da distribuição dos assentamentos no estado, ficando destacado o norte, onde foram implantados em sua maioria os projetos de modernização, mas também mostra a territorialização da luta pela terra em todo Estado.

¹¹ Dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA /ES

Figura 2 – Mapa do Espírito Santo – Famílias assentadas 1984- 2010



No entanto, para falar em reforma agrária e em camponês sem terra, é preciso levar em conta que no decorrer dos anos, outras organizações, apesar de em menor abrangência, vêm

desenvolvendo a luta pela terra no Espírito Santo, conforme se pode verificar no mapa 1.

Em primeiro lugar vem o MST, enquanto organização da luta pela terra, seguido pela Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares do Estado do Espírito Santo (Fetaes), como indica a tabela 1, a seguir.

Tabela 1 – Número de Assentamentos por Movimento Social no ES

Organização	Assentamentos	Área – há	Número de família
MST	77	31.485,00	2.745
FETAES	15	19.472,11	1.679
TOTAL	92	50.957,11	4.424

Fonte: Dados do INCRA/COOPTAES 2015

Nessas terras, que antes nada produziam, hoje é significativa a produção de banana, maracujá, milho, feijão, pimenta do reino, coco, mandioca, criação de animais; com um maior destaque para a produção de café e, mais recentemente, a pimenta do reino.

Enquanto processo de organização interna, os assentamentos do MST-ES estão organizados em sete regionais, conforme mostra os quadros 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 a seguir:

Quadro 2 – Regional Quilombo dos Palmares

Nº	Assentamentos	Municípios	Famílias	Área(ha)
1	PE CÓRREGO GRANDE	São Mateus	27	261,0000
2	PE VALE DA VITÓRIA	São Mateus	39	474,0000
3	PA GEORGINA	São Mateus	81	1.052,8355
4	PA JUERANA	São Mateus	18	282,5506
5	PE PRATINHA	São Mateus	17	188,8000
6	PE SÃO VICENTE	São Mateus	5	27,6000
7	PA GUANABARA	São Mateus	12	119,7246
8	PA ZUMBI DOS PALMARES	São Mateus	151	1.386,6481
9	PE CÓRREGO DA AREIA	Jaguaré	31	155,0000
10	PE SÃO ROQUE	Jaguaré	10	90,0000
11	PE CÓRREGO DA ONÇA	Jaguaré	8	90,0000
TOTAL			399	4.128,1588

Quadro 3 – Regional Francisco Domingos Ramos

Nº	Assentamentos	Municípios	Famílias	Área(ha)
1	PE VALE DO OURO	Ecoporanga	30	357,6200
2	PE BOM JESUS	Ecoporanga	18	180,7000
3	PE 22 DE JULHO	Ecoporanga	12	131,6300
4	PA CÓRREGO VERMELHO	Ecoporanga	7	80,9000
5	PA PIP-NUCK	Nova Venécia	50	676,5970
6	PE TRÊS PONTOS	Nova Venécia	20	207,2000
7	PE CÓRREGO ALEGRE	Nova Venécia	18	173,0000
8	PE 13 DE MAIO	Nova Venécia	45	501,1300
9	PA GAVIÃOZINHO	Nova Venécia	25	440,1900
10	PA CELESTINA	Nova Venécia	31	314,4277
11	PA CARLOS LAMARCA	Nova Venécia	26	380,1224
12	PA ADÃO PRETO	São G da Palha	39	569,0258
	TOTAL		321	4.012,5429

Quadro 4 – Regional Saturnino Ribeiro dos Santos

Nº	Assentamentos	Municípios	Famílias	Área(ha)
1	PE NOVA VITÓRIA	Pinheiros	32	525,0000
2	PE 11 DE AGOSTO	Pinheiros	11	126,8000
3	PA OLINDA II	Pinheiros	86	791,7647
4	PA MARIA OLINDA	Pinheiros	71	706,8888
5	PA OTAVIANO R. DE CARVALHO	Ponto Belo	98	962,7300
6	PA OZIEL ALVES	Montanha	55	612,5240
7	PE BELA VISTA	Montanha	34	210,0000
8	PE CÓRREGO DO BALÃO	Montanha	7	40,0000
9	PE FRANCISCO D. RAMOS	Montanha	25	193,0000
10	PA ADRIANO MACHADO	Montanha	74	873,0378
11	PA CÓRREGO DA LAGE	Mucurici	118	1.182,3000
	TOTAL		611	6.224,0453

Quadro 5 – Regional Índio Galdino

Nº	Assentamentos	Municípios	Famílias	Área(ha)
1	PA C. DO RIO QUARTEL	Linhares	15	184,0821
2	PA SEZÍNIO FERNANDES DE JESUS	Linhares	100	2.042,0499
3	PA TOMAZZINI	Santa Tereza	39	394,4100
4	PA PIRANEMA	Fundão	65	626,0000
4	PA NOVA ESPERANÇA	Aracruz	50	489,1000
TOTAL			269	3.735,6420

Quadro 6 – Regional José Marcos Araújo

Nº	Assentamentos	Municípios	Famílias	Área(ha)
1	PA MONTE ALEGRE	Muqui	60	606,1650
2	PA 17 DE ABRIL	Muqui	78	887,3888
3	PA SANTA FÉ	Apiacá	50	576,2020
4	PA TEIXEIRINHA	Apiacá	27	294,2740
5	PA RANCHO ALEGRE	Mimoso do Sul	56	527,1627
7	PA ERNESTO CHE GUEVARA	Mimoso do Sul	45	566,2800
6	PA JOSÉ MARCOS DE A. SANTOS	Pres. Kennedy	75	1.343,6386
8	PA SANTA RITA	B. Jesus do Norte	50	594,0000
9	PA FLORESTAN FERNANDES	Guaçu	34	380,0133
10	PA NOVA SAFRA	Itapemirim	105	1.065,4000
TOTAL			580	6.840,5244

Quadro 7 – Regional Irmã Dorothy Stang

Nº	Assentamentos	Municípios	Famílias	Área(ha)
	PA MADRE CRISTINA	Pancas	35	524,4614
1	PA MARGARIDA ALVES	Pancas	6	172,3500
2	PA PADRE PEDRO	Mantenópolis	37	455,8000
3	PA FLORÊNCIO TOZZO	Mantenópolis	36	400,1800

4	PA IRMA DOROTHY MAE STANG	Mantenópolis	15	139,4650
5	PA 16 DE ABRIL	Águia Branca	48	488,3200
TOTAL			244	2.931,4264

Quadro 8 – Regional Vadício Barbosa dos Santos

Nº	Assentamentos	Municípios	Famílias	Área(ha)
1	PE RIO PRETO ITAÚNAS	C. da Barra	30	460,0000
2	PA PONTAL DO JUNDIÁ	C. da Barra	48	778,2704
3	PE INDEPENDÊNCIA	C. da Barra	10	103,0000
4	PA VALDÍCIO B. DOS SANTOS	C. da Barra	89	888,4000
5	PA PAULO VINHAS	C. da Barra	63	474,0900
6	PA CASTRO ALVES	Pedro Canário	129	1.504,3471
7	PE NOVA CONQUISTA	Pinheiros	19	155,0000
TOTAL			388	4.363,1075

As conquistas dos camponeses sem-terra aqui elencadas representam a mais pura certeza de que somente organizados e sob pressão é possível obter avanços nesse país. Somente assim se consolidará a verdadeira reforma agrária, onde possam, de fato, dizer que alcançaram a terra, mas ainda é preciso a luta pela permanência na terra e a luta por políticas sociais e mudanças na agricultura brasileira, como afirmam Stedile e Görgen (1993).

Se entende por reforma agrária um conjunto de medidas a serem tomadas pelo governo para alterar a estrutura fundiária do país e garantir terra a todos os agricultores que quiserem trabalhar [...], lutar por reforma agrária é lutar por mudanças na agricultura brasileira que vão atingir todos os trabalhadores rurais, e não apenas aqueles que estão lutando agora, imediatamente para resolverem seus problemas de sobrevivência. (STEDILE; GÖRGEN, 1993, p. 36).

De acordo com os autores, a luta por reforma agrária não se limita à conquista da terra. Envolve o crédito rural, política agrícola, preço para os produtos, assistência técnica, seguro rural, saúde, educação, industrialização, comercialização etc. Essa luta pelas políticas públicas necessárias é um enfrentamento permanente, travado com o governo federal, estadual e municipal, através de seus ministérios e secretarias, mas é uma luta muito difícil. Muitos assentamentos conquistaram somente a terra, no entanto, continuam ao longo desses 32 anos

lutando pelos direitos e estruturas, que garantam a sua permanência na terra. As famílias ao chegarem a terra se lembram de quem quer chegar, de que têm outros passos para dar, conforme a música do MST, por isso não desistem da luta. Fernandes (2008) reafirma as conquistas e essa territorialização.

Essas famílias produzem e se reproduzem por meio dos conflitos e do território, ou seja, ao conquistarem a terra, ao serem assentadas, elas não produzem apenas mercadorias, criam e recriam igualmente a sua existência. Através da territorialização da luta pela terra, elas realizam – também – novos assentamentos. (FERNANDES, 2008, p. 3).

Mesmo entendendo que, com a criação do assentamento, as famílias não asseguram o controle total do território, por continuarem na dependência do estado e de políticas públicas, das interferências externas, elas possuem certa autonomia, mesmo que relativa no que diz respeito a questões culturais, de limites, de auto-organização, dentre outros.

Dando continuidade à discussão da luta pela terra no Espírito Santo, o capítulo a seguir busca retratar, mais concretamente, a luta do assentamento Nova Conquista, fruto deste estudo, por políticas públicas e sociais, no sentido de garantir a permanência das famílias na terra.

3 A LUTA POR POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS NO CONTEXTO HISTÓRICO DAS FAMÍLIAS DE NOVA CONQUISTA

Conforme a origem histórica das famílias de Nova Conquista, pode-se afirmar que o assentamento é composto em grande maioria de baianos e mineiros. A tabela 2 reforça essa afirmação sobre o processo migratório do norte capixaba, tratado no capítulo anterior.

Tabela 2 – Origem dos titulares Assentados em Nova Conquista – Homem e mulher

ORIGEM	HOMEM		MULHER		TOTAL	
	T.d.	%	T.d.	%	T.d.	%
BA	7	38,89	5	27,78	12	33,33
ES	6	33,33	7	38,89	13	36,11
MG	4	22,22	5	27,78	9	25,00
RS	0	0,00	1	5,56	1	2,78
SC	1	5,56	0	0,00	1	2,78
TOTAL	18	100,00	18	100,00	36	100,00

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo da autora, maio de 2016.

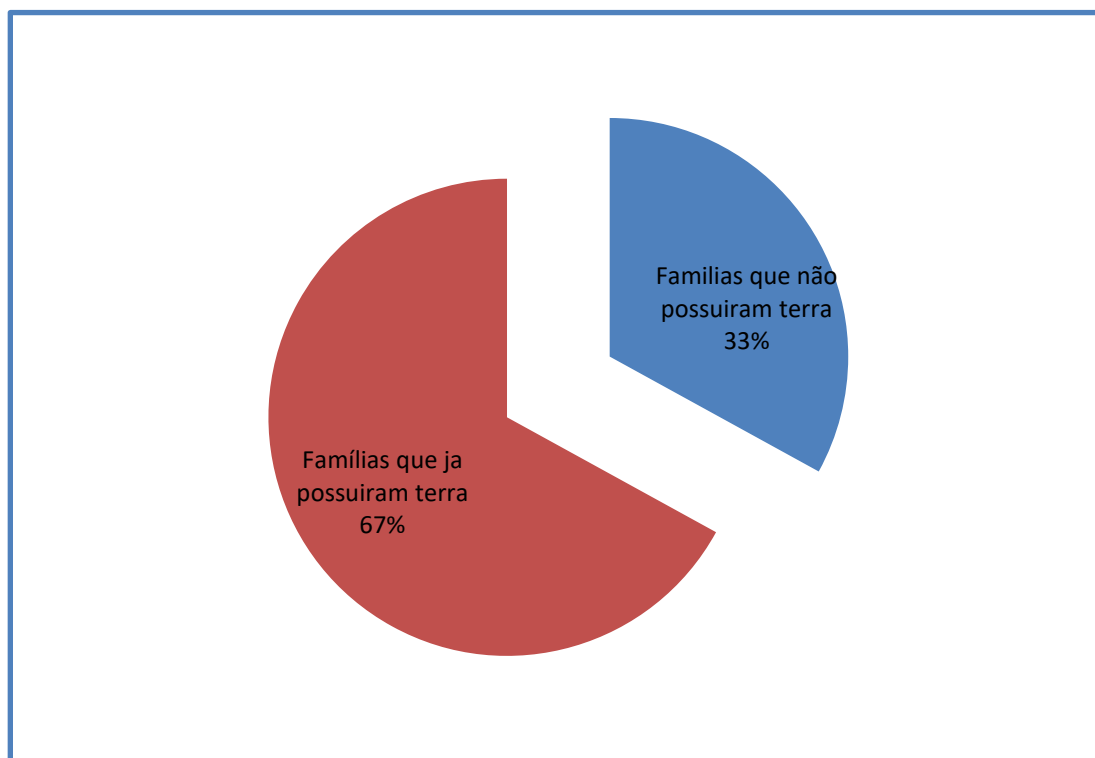
Estes dados reafirmam a formação da origem das famílias do assentamento. Tomando como referência as quantidades de homem e mulheres mostradas no gráfico, apesar de diferenciadas, não divergem da representatividade supramencionada, com relação à migração dos dois estados, embora a maior parte dos homens tenha migrado da Bahia para o extremo norte do Espírito Santo.

O Assentamento Nova Conquista, como foi mencionado anteriormente, tem toda relação com o modo pelo qual essa região foi povoada em tempos passados, conforme demonstrado na tabela 2 e nas entrevistas realizadas, identificando que a comunidade é composta por 19 famílias, das quais 58,33% é procedente dos estados de Minas Gerais e Bahia.

Essa luta pelo acesso à terra também motivou outros deslocamentos de famílias para o Espírito Santo, inclusive de militantes lutadores de outros estados brasileiros, que se somaram na luta pela terra no estado. É importante mencionar, nesse caso, que apenas 2,78% das famílias são de origem de estados que não fazem limites com o Espírito Santo, caso de Rio Grande do Sul e Santa Catarina. São componentes da mesma família, os demais, em sua maioria, são oriundos da Bahia e Minas Gerais. Os assentados capixabas são a terceira geração, filhos e netos nesse processo imigratório. Todos os entrevistados para esse estudo

são filhos de algum assentado de Nova Conquista ou de assentamentos do entorno. O gráfico 3 demonstra a afirmação anterior de que, em sua grande maioria, essas famílias são constituídas por filhos ou netos de camponeses.

Gráfico 3 – Famílias de Nova Conquista que possuíram terra antes do assentamento



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo da autora, janeiro 2016.

O gráfico 3 constata uma questão muito particular desse assentamento: 67% dessas famílias era de trabalhadoras do campo, tinha vínculo direto com a terra, os avós ou os pais tinham terras em seus estados de origem e, por inúmeros motivos, o que não é de se surpreender, foram perdidas ou vendidas por valores insignificantes, como demonstrado nas entrevistas a seguir, nas quais falam do sentimento da perda da terra.

Minha bisavó que ainda é viva, conta que tinha terra e perderam tudo por besteira. Pouco dinheiro. Achavam que iam enriquecer. Hoje vivem na maior pobreza na cidade e recebem produtos do PAA, que eu estou produzindo num lote de reforma agrária (Jovem assentado, 27 anos).

Também nos depoimentos, observa-se a insatisfação daqueles que mais tarde tiveram que suportar a exploração no Espírito Santo, para não ver a família morrer de fome como descreve esse outro assentado:

Meus pais não tinham juízo, nos deixou na pobreza. Podíamos estar bem agora. Eu e meus irmãos mais velhos tivemos que trabalhar feito escravos em fazendas dos

outros, para sustentar nossa mãe e os mais novos. Fazíamos roças e quando ia dividir, o fazendeiro inventava tanta conta que não sobrava quase nada pra gente. (Assentado 72 anos).

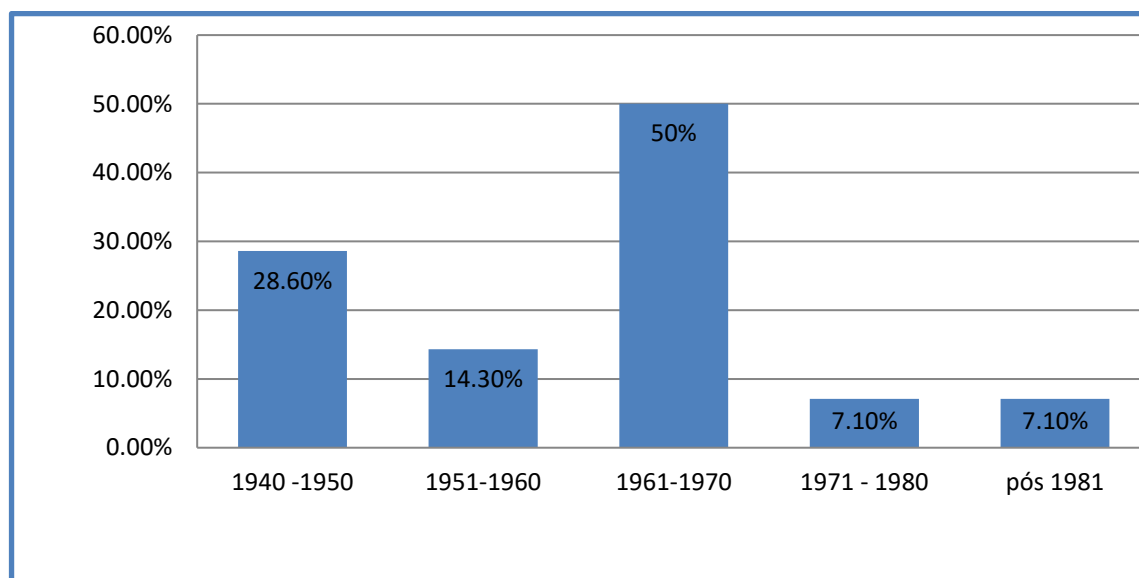
Outro assentado refere mesmo sentimento da perda da terra e continua, confirmando essa fala anterior:

Sou descendente de polonês. Até poucos anos minhas tias tinham terras de herança de meus avós. Venderam para empresas que planta cana-de-açúcar. Eu e meu irmão nem recebemos a parte que seria da minha mãe, de tão barato que venderam a terra para essa empresa. (Assentada, 48 anos).

Podemos observar, ainda, casos de heranças, nos quais essa “acumulação” às vezes acontecia dentro da própria família quando um irmão comprava a parte de outro para não se desfazer desse patrimônio construído pela família ao longo da vida, como descreve outra assentada (68 anos): “Tanto avós paternos quanto maternos vieram de Minas Gerais. Todos possuíram terra no passado, mas em uma das famílias, a terra foi acumulada dentro da própria família”.

O gráfico 4, a seguir, mostra o período em que as famílias de Nova Conquista vieram morar no ES.

Gráfico 4 – Período em que as famílias de Nova Conquista vieram morar no ES



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo da autora, janeiro 2015.

Conforme este gráfico, as famílias de Nova Conquista chegaram ao estado do Espírito Santo a partir de 1940 e até 1950, período do desbravamento das terras do norte do estado. Mas o período mais significativo em que houve uma chegada em massa de mineiros e baianos

está entre 1961 a 1970, justamente o período em que se propagandeava os grandes projetos de modernização da agricultura. Certamente, vierem em busca de terra, mas, inicialmente, o que conseguiram foi emprego nas empresas madeireiras, que estavam se instalando nas terras capixabas.

As famílias de Nova Conquista e todas as famílias assentadas no estado do Espírito Santo, assim como no Brasil, historicamente são frutos das lutas organizadas e/ou das reivindicações por políticas sociais. Muitas dessas lutas foram iniciadas antes mesmo da criação do MST, que data de 1984, como já mencionado anteriormente.

No caso do Assentamento Nova Conquista, cujas famílias foram sujeitos deste estudo, elas têm uma trajetória histórica, marcada por este contexto de reivindicação. Essas negociações foram bastante significantes para elas, que até os dias atuais, sustentam princípios e valores fundamentais do camponês: não se esquecem de quem eram e de onde vieram.

3.1 A luta dos trabalhadores no norte do Espírito Santo

Após a década de 1960, implantaram-se no norte do Espírito Santo os chamados “grandes projetos capixabas” e, entre estes, o que merece destaque, porque tem relação intrínseca com o assentamento estudado, refere-se à proliferação dos monocultivos industriais de eucalipto, causando grande expulsão e um expressivo deslocamento da população rural para o meio urbano, no início dos anos 1960. Com a implantação desses projetos no norte e, mais especificamente, no município de Conceição da Barra, nos finais dessa década e a implantação dos projetos de cana-de-açúcar, na década de 1980, ocorre a inversão da população rural e urbana.

A modernização da agricultura e a implantação dos grandes projetos industriais estatais no Espírito Santo vitimaram principalmente populações tradicionais, pequenos agricultores e meeiros. Em sua maioria, esses excluídos foram empurrados para as periferias urbanas do Espírito Santo vivendo em condições sub-humanas, o que resultou num aumento da concentração fundiária no Estado e o acréscimo populacional das áreas urbanas. (SCARIM, 2011, p. 178).

A tabela 3, a seguir, mostra como foi a evolução da população rural e urbana de Conceição da Barra, no período de 1950 a 2010.

Tabela 3 – Evolução da população rural e urbana de Conceição da Barra, no período de 1950 a 2010

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	URBANA	%	RURAL	%
1950	10.286	1.761	17,12	8.525	82,88
1960	31.707	2.706	08,53	29.003	91,47
1970	32.078	6.806	21,22	25.270	78,78
1980	28.386	6.973	24,56	21.413	75,44
1991	22.282	15.514	69,62	6.768	30,38
2000	26.255	19.142	72,91	7.113	27,09
2010	28.449	22.575	79,00	5.871	21,00

Fonte: IBGE: <<http://www.censo 2010.IBGE.gov.BR/>>. Acesso em: 12 abr. 2015.

Conforme se demonstra, em 1960 a população rural representava 91,47% do total da população. No ano de 2010, representava apenas 21,00% do total. Observa-se que essa aceleração do êxodo rural fica mais intensa a partir da década de 1980, período em que é consolidada a instalação da empresa Aracruz Celulose, além da implantação da monocultura da cana-de-açúcar, que também foi bastante expressiva na região e hoje enfrenta a grande crise do setor sucroalcooleiro.¹²

Segundo depoimento do senhor Edmundo Tomás Soares Norberto¹³, nativo da região,

Entre a década de 60 a 80 mais de 50% das terras da região de Conceição da Barra foram devastadas para o plantio de cana e eucalipto. Os proprietários foram obrigados a vender suas terras sob a pressão de uma pessoa chamada de ‘Pelé’ e um tenente, que era pago pela Aracruz para ‘dobrar’ os proprietários a vender suas terras por um valor insignificante. Os proprietários eram negros e em sua grande maioria analfabetos.

A devastação ambiental, em favorecimento da implantação da monocultura do eucalipto, fez com que os agricultores, que até então construíram toda uma geração ligada à agricultura camponesa, pressionados pelas empresas instaladas ou, iludidos com a “vida fácil” do meio urbano, perdessem suas terras, contribuindo para o inchaço das periferias das

¹²Segundo Daniel Simões – comunicação SEAG. A má gestão e uma série de aquisições realizada pelo grupo Infiniy-Bio-Energy, culminaram com o fechamento das usinas Alcana e Cridasa e com o desemprego de milhares de trabalhadores. O grupo encontra-se em processo judicial, estima-se que somente com fornecedores possua uma dívida que ultrapassa os R\$ 2 bilhões. O grupo também acumula um grande passivo trabalhista, além de um débito milionário com as Fazendas Públicas. Disponível em: <<http://www.es.gov.br/Noticias/175473/governo-defende-decretacao-de-falencia-do-grupo-infinity.htm>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

¹³Entrevista concedida pelo Sr. Edmundo Norberto, vereador no período de 1993/1996 e 1997/2000, a Maria Aliene de Jesus Pereira, universitária do curso de Pedagogia da Terra – UFES, em outubro de 2001.

pequenas e grandes cidades. Outros, ainda segundo Norberto, “com propósito de que a Aracruz ia dar emprego aos filhos e eles colocariam o dinheiro a juro e viveriam o resto da vida com o juro do dinheiro”.

As estratégias utilizadas pelas empresas para facilitar ainda mais a aquisição das terras iam da demarcação forjada à falsa informação, das ameaças à sedução da compra. Como ‘mensageiros da transação, a empresa contratava pessoas conhecidas das comunidades, como Pelé (Benedito Braulino), descendente de quilombolas, que convenceu várias famílias negras das comunidades rurais a vender suas terras à empresa, e o Tenente Merçon que, envolto em sua farda, exercia a função da ameaça. (FERREIRA, 2002, p. 84).

Após venderem suas terras, os trabalhadores ficaram trabalhando na própria empresa, mas com o passar do tempo, foram substituídos por mão de obra especializada e/ou máquinas, que executam a mesma atividade, com menor custo e maior rapidez, em um processo produtivo bastante contraditório, como aponta Scarin (2009):

O processo tecnológico-produtivo da agricultura no Espírito Santo acarretou contradições diversas, destacando-se a produção simultânea de riqueza e miséria; a utilização de diferentes níveis tecnológicos nas distintas regiões e por produtos; e as formas desiguais de tratamento nas relações de trabalho, apresentando modernas relações contrapostas a situações de desrespeito às condições mínimas e legais de trabalho. (SCARIN, 2009, p. 176).

A insustentabilidade desse modelo regional de desenvolvimento na região trouxe trágicos e explícitos impactos, implicando em sérios problemas ambientais, sociais e culturais, transformando, em pouco mais de duas décadas, uma região de rica biodiversidade, historicamente ocupada por índios, negros (remanescentes de quilombos) e pequenos agricultores familiares, em um grande “deserto verde”, de acordo com o biólogo e ambientalista Augusto Ruschi (FASE/ES, 2000).

Pode-se destacar algumas evidências dessa insustentabilidade, dentre as quais: a devastação ambiental; a crise hídrica; a exclusão social; o trabalho infantil; a desestruturação de culturas minoritárias (índios, quilombolas, familiar - camponesa); a ausência de políticas públicas locais e regionais; a precarização das condições de vida e o trabalho com superexploração degradante da saúde do trabalhador, exposto à utilização indiscriminada de produtos químicos; a terceirização irresponsável e incondicional do processo produtivo, que trouxe impactos imediatos (desemprego aberto, trabalho insalubre de jovens, mulheres e crianças, gerando trabalho escravo em carvoarias) (FASE/ES, 2000).

Nas áreas onde foi implantada a monocultura do eucalipto para produção de celulose, estabeleceu-se uma vasta gama de impactos socioambientais, com alterações negativas produzidas em larga escala no meio natural, que interferiu diretamente na forma de subsistência e no modo de organização da vida de

comunidades extrativistas, indígenas, caboclas e quilombolas, que usufruíam destes ‘recursos’ cotidianamente. (FERREIRA, 2002, p. 123).

A partir dessa época, aumentou a concentração das terras no norte do Espírito Santo, principalmente nos municípios de Linhares, São Mateus e Conceição da Barra. Essas empresas, junto com outras, se apropriaram das terras para plantar eucalipto para a Aracruz Celulose e para a Vale do Rio Doce, formando um “cinturão de eucalipto”, com mais de duzentos mil hectares do total das terras capixabas (FASE/ES, 2000).

Mais tarde, com a criação do Proálcool, outros territórios foram apropriados para plantação de cana-de-açúcar para a Destilaria Ituanas S/A (Disa) e outras usinas de álcool, ampliando significativamente a concentração de terras que, no município de Conceição da Barra, pertencem a apenas alguns proprietários, dentre eles a Aracruz Celulose, a Disa e a Companhia Susano/Bahia Sul.

Todos esses fatores conjugados fizeram com que os trabalhadores despojados de tudo quanto tinham, se organizassem para conquistar as terras perdidas para as grandes empresas, apoiados por segmentos sociais da época.

Cabe, portanto indicar neste momento as vozes e os movimentos que foram se colocando como críticos a este processo. Já naquele contexto de ditadura militar as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs e as Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) se constituíam em pontos de encontro para as conversas sobre a realidade das famílias rurais no Espírito Santo. (SCARIM, 2009, p.176).

Além dessas organizações citadas por Scarim (2009), as reivindicações contaram com apoio imprescindível das pastorais da Igreja Católica, dentre elas a Comissão da Pastoral da Terra (CPT), Sindicatos de Trabalhadores Rurais, Igreja Luterana e outros que auxiliaram na organização desses trabalhadores para a conquista da terra para trabalhar.

3.2 A luta e a conquista da terra em Conceição da Barra¹⁴

A história oral é uma história construída em torno de pessoas. Ela lança a vida para dentro da própria história e isso alarga seu campo de ação. Admite heróis vindos não só de dentre os líderes, mas dentre a maioria desconhecida do povo. Traz a história para dentro da comunidade e extrai a história de dentro da comunidade.

(THOMPSON, 1992, p. 22).

Em um contexto de lutas e reivindicações, em 1983 os trabalhadores rurais de

¹⁴ Texto baseado em registro oral e documental de arquivo do Assentamento Nova Conquista.

Conceição da Barra concorreram à direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que, até esse momento histórico, era constituído por uma diretoria pelega.¹⁵ A chapa da oposição sindical tinha como lema: “A nossa luta é por terra na roça”. Mas, ainda não era o momento para os trabalhadores rurais contarem com uma direção representativa, pois novamente foi eleita uma diretoria que não representava os interesses dos trabalhadores, mas a luta não parou.

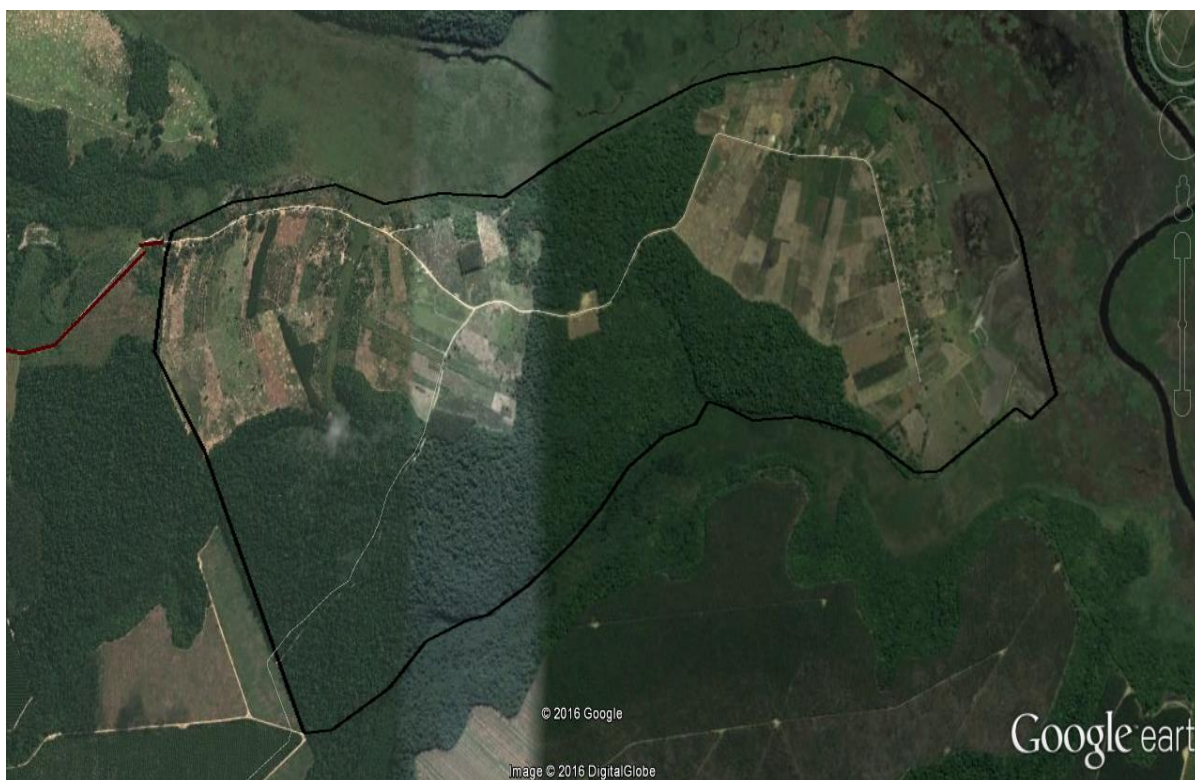
Os trabalhadores rurais iniciaram a organização de reuniões. Formaram-se “grupos de reflexão”, com o objetivo de analisar a realidade do homem que vive e trabalha no campo, no corte de eucaliptos, na cana-de-açúcar e em farinheiras da região, além dos desempregados. Esses grupos eram coordenados por lideranças pastorais, que iniciaram um processo de negociação diretamente com o Governo do Estado na época, Sr. Gerson Camata. Um dos grandes temas debatidos neste início de organização social foi a terra e sua importância para a sobrevivência do homem.

Depois de um intenso período de negociações, o Governo do Estado finalmente comprou uma área de propriedade da Acesita Energética, localizada às margens do Rio Itaúnas, a 10 km da Vila Itaúnas e a 18 km de Braço do Rio, no município de Conceição da Barra. Essa área correspondia a 460 hectares, segundo relatam os sujeitos da pesquisa e conforme descrição de documento oficial. Para o território conquistado foram designadas 62 famílias, das quais, a grande maioria lá chegou no dia 25 de maio de 1985, ficando como pré-assentadas, em barracos de lona preta, por um ano e dois meses. Em 17 de julho de 1986 foi assinada em cartório a documentação de compra e venda da terra.

As famílias encontraram muitas dificuldades de estruturação de suas moradias, porque a terra estava toda coberta de mata. Esta situação levou-as a construírem as suas barracas às margens dos rios Itaúnas e Preto, por isso a denominação do assentamento de “Rio Preto e Rio Itaúnas”, organizado em dois núcleos de famílias.

¹⁵Termo como era chamado aquele dirigente sindical que atua para amenizar as contradições entre patrões e empregados visando obter benefício próprio.

Figura 3 – Área do assentamento Rio Preto e Rio Ituanas – Conceição da Barra



Fonte: Assentamento Rio Preto e Rio Itaúnas.

O primeiro trabalho realizado pelas famílias que ali se encontravam, foi o desmatamento e a preparação das terras para fazer a plantação. As famílias restantes começaram a chegar no mês de julho e terminaram de se instalar no mês de agosto do mesmo ano. Com elas vieram também muitas crianças, o que gerou a necessidade da criação de uma escola que as atendesse, pois sem isso não seria possível a permanência de todas as famílias na área.

Na região do assentamento não havia nenhum estabelecimento educacional, então, as famílias trabalharam na construção de um barracão para esse fim. Ainda no mês de agosto, a escola iniciou o seu funcionamento. Apesar da falta de experiência, começou-se uma “prática de educação alternativa”, como relatam as famílias. Os alunos estudavam de forma diferente das escolas tradicionais. Os professores, juntamente com os pais, buscavam práticas que levassem as crianças a entender, refletir e interferir na realidade tão nova que estavam vivendo.

Os professores e as famílias recebiam a ajuda de grupos de apoio¹⁶ aos assentamentos na compreensão sobre essa maneira diferente de fazer educação. Buscavam a participação dos

¹⁶ Eram pessoas ligadas às pastorais sociais da igreja e agentes da CPT.

país na gestão da escola e na escolha dos professores. Esse processo foi se ampliando para um contexto maior, no qual participavam outros assentamentos, que estavam também se iniciando no estado e no país; foi se construindo a “Proposta Nacional de Educação dos Assentamentos”. Vale lembrar que o I Encontro Nacional de Professores das Escolas de Assentamentos, aconteceu em São Mateus/ES, no ano de 1987.

Como foi uma área comprada pelo governo do Estado, de início foi garantida a alimentação e algumas infraestruturas básicas foram implementadas aos poucos, como: estrada, energia e material para melhoria dos barracos. Em 1985 foram financiados dois tratores e implementos agrícolas e iniciou-se o trabalho na carvoeira, para aproveitamento da madeira que havia na área. Foram momentos difíceis, pois era uma proposta muito nova de vivência e convivência em coletivo e mutirões. Nem todas as famílias assumiam e se adaptavam a essa forma coletiva de organização, o que levou 11 delas a deixar a área em 1986.

Foram elaborados os projetos agrícolas para os dois núcleos de assentamento: Rio Preto e Rio Itaúnas, os quais necessitavam de 280 hectares de terra para ser implantados, porém, ao se medir o espaço destinado à reserva florestal, que pela lei federal correspondia a 20% da área, constatou-se que havia apenas 300 hectares, o que impossibilitava a implantação do projeto.

Foram realizadas várias negociações com a intenção de resolver o impasse. A proposta das famílias era diminuir a área de reserva florestal, para que todas pudessem permanecer juntas e implantar o projeto com alguns ajustes.

Não havendo acordo por parte do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), iniciou-se a negociação com o Estado, para a compra de outra área com o objetivo de transferir uma parte das 51 famílias ali existentes.

No mês de maio de 1987, definiu-se que 20 dessas famílias teriam que ser transferidas para outra área, a fim de que as 31 restantes pudessem ali se estabelecer e cumprir com o projeto estabelecido para a área. Assim, o Estado publicou um edital de licitação para comprar terras nos municípios de Conceição da Barra, Pedro Canário e Pinheiros. Como não apareceram concorrentes, fechou-se este edital em 14 de julho desse mesmo ano.

Nesse contexto, foi publicado, imediatamente, outro edital abrangendo os mesmos municípios e incluindo desta vez São Mateus, Jaguaré, Pinheiros e Montanha. Foi assim que apareceram cinco interessados na venda de áreas. Na conclusão do processo foi definida a compra da área denominada Fazenda Córrego do Ouro, de propriedade de Rozil Alves de Souza, no município de Pinheiros; medindo, segundo documento, “152 hectares”. Este edital

fechou-se em 2 de setembro de 1987, dando origem ao assentamento Nova Conquista.

3.3 A nova conquista no município de Pinheiros

No período em que ocorreu todo esse processo, as 20 famílias que seriam transferidas, de acordo com a promessa do Estado, não plantaram nenhum tipo de cultura, gastando tudo quanto haviam produzido, vivendo um período de muita dificuldade. O processo de legalização da compra da terra só terminou em janeiro de 1988.

Ocorrendo rumores de penetração de famílias estranhas na nova área, foi definido pela mudança de algumas dessas 20 famílias de Rio Preto e Rio Itaúnas, para assegurar a posse da terra. No início de fevereiro vieram oito pessoas, as quais passaram 15 dias acampadas, em barracos de lona, no meio do pasto. As outras famílias começaram a chegar ainda em fevereiro, terminando o processo de transferência somente no final de março, começando novamente a construção dos barracos de estuque e de tábuas, pois conseguiram trazer bastante madeira do assentamento anterior.

O fazendeiro, julgando-se prejudicado com a venda da terra, devido ao atraso do pagamento pelo Estado, derrubou e carregou várias benfeitorias da área. As famílias ficaram revoltadas com o acontecido, mas ainda não estavam preparadas politicamente e nem organizativamente para enfrentar essa situação.

Ainda em março iniciou-se o plantio de feijão, milho, mandioca, legumes, verduras etc., bem como a construção de uma cerca para separar a área de criação da área de plantio.

A fazenda que pertencia apenas a um dono, com 32 alqueires ou 152 hectares de área, foi distribuída para 20 famílias. Cada uma recebeu um lote de subsistência de 0,75 ha. O restante da área ficou para o trabalho coletivo onde todos participavam, sendo a produção distribuída para todos, de acordo com o trabalho de cada família. Mas essa forma organizativa, para um grupo que não tinha ainda formação política, era difícil de ser entendida, acarretando anos depois, o desmembramento em lotes individuais. A ideia da propriedade privada da terra e do modo como foi organizada a produção familiar, justifica essa atitude, que discutiremos no Capítulo IV desta dissertação.

Inicialmente, o assentamento se organizou da seguinte maneira: Assembleia – órgão máximo de decisão; Comissão Central – que discutia os problemas gerais; Comissão de Trabalho – que discutia e organizava o trabalho; Conselho Escolar – que discutia o funcionamento da escola; Grupo de Mulheres que discutia a sua participação no trabalho.

Imediatamente à chegada das famílias, iniciou-se o funcionamento da escola, sem nenhuma infraestrutura, debaixo de um pé de mangueira e depois em uma casa velha da fazenda. As mesas e cadeiras eram improvisadas com latas velhas e restos de madeiras.

Figura 4 – Fotografia de estudantes em situação de sala improvisada



Fonte: arquivo do assentamento.

Os assentados Gildásio da Costa Paim e Maria das Graças foram os primeiros educadores da nova escola, apesar de que nenhum deles tinha o ensino fundamental completo, mas naquele momento, a necessidade os obrigava a cumprir com essa demanda imprescindível.

Desde a sua constituição, o Assentamento Nova Conquista caracterizou-se pela discussão permanente do tema da educação. Ali se desenvolveram pequenas, mas importantes experiências de alfabetização de jovens e adultos, educação de primeira a quarta série do ensino fundamental, oficinas com crianças, além de, ao longo do tempo, indicar participantes para inúmeros cursos promovidos pelo MST e outras organizações, inclusive, os cursos em parceria com universidades públicas brasileiras.

Todos os espaços são aproveitados para discutir, partilhar e estudar a realidade, os problemas e as soluções. A educação vai além das salas de aula. Muitas famílias sinalizam que o aprendizado obtido aconteceu através da luta, dos problemas, das vitórias, das conversas que se estabeleceram nas farinheiras, nos mutirões, na igreja, nos grupos de

reflexões, nos grupos de base, junto com os vizinhos e no interior das famílias. Neste contexto, fica nítida a importância das pastorais sociais da igreja e da CPT, como já citado, trazendo a estas pessoas uma constante motivação para participar do processo educativo.

A organização dos trabalhadores sem-terra no Espírito Santo aconteceu em meio a muitas lutas organizadas e travadas desde 1984. Mas foi a partir de janeiro de 1985, quando ocorreu o I Congresso Nacional dos Trabalhadores Sem Terra, em Curitiba, estado do Paraná, que se iniciaram, nos assentamentos, discussões mais direcionadas e participativas. Essa nova etapa da luta é lembrada pelo assentado Laurindo Aguiar Cordeiro com orgulho, pois esteve presente como delegado neste momento histórico do início do MST.

Como resultado das lutas, do crescimento das ocupações e da organização do MST no estado, os fazendeiros da região iniciaram uma ofensiva, que culminou com o assassinato do sindicalista Valdício Barbosa dos Santos. Léo, como era chamado, foi para os assentados da região um irmão, um pai, um exemplo de companheirismo. Defendeu os sem-terra e o sindicato combativo até o último momento de vida; não mediu esforços para ajudar os grupos de base das comunidades, sindicatos e as campanhas de alimentação para acampamentos.

Em sua memória e homenagem, a regional do MST, composta pelos assentamentos localizados nos municípios de Pedro Canário e Conceição da Barra, recebeu o nome de Regional Valdício Barbosa dos Santos. De acordo com um coordenador do assentamento, “não se pode escrever essa história sem destacar o nome de Léo – seríamos injustos”.

De acordo com os sujeitos pesquisados, deve-se destacar que no assentamento Nova Conquista não existe qualquer resistência ao MST e à luta pela reforma agrária. Cada um dos sujeitos, que compõem esse assentamento, participa com seu jeito e de acordo com suas possibilidades, sentindo-se parte integrante da sua organização. Salienta-se que a organicidade interna é fundamental para o crescimento e avanço do assentamento, através de setores como: educação e produção, juventude e outros.

Todas as crianças e jovens do assentamento estudaram na Escola Unidocente “Nova Conquista”, enfrentando inicialmente, muitas dificuldades, conforme já explicitado anteriormente, havendo apenas seis cadeiras com mesinhas e cinco cadeiras duplas, não existindo mesa e cadeira para o professor. Essa situação foi superada com a construção de uma escola e o recebimento de infraestrutura, o que a fez funcionar durante 13 anos, mas, infelizmente, devido ao pequeno número de crianças, que foi diminuindo no decorrer do tempo, a escola foi fechada no ano de 2006, bem como todas as escolas do município com menos de cinco educandos, sendo criada uma escola polo, onde passaram a estudar as crianças de 18 comunidades rurais, para completar o ensino fundamental.

Há uma discussão de transformar essa escola em uma escola comunitária com a pedagogia da alternância, mas por enquanto é uma escola no campo, mas não do campo.¹⁷

Assim que terminam o ensino fundamental esses alunos, de forma geral, passam a frequentar a Escola Família Agrícola de Vinhático, localizada no município de Montanha, a aproximadamente 60 km de distância do assentamento. É importante destacar que no assentamento Nova Conquista há em torno de um ou dois técnicos agrícolas em quase todas as famílias.

Apesar desta possibilidade de estudos, alguns jovens optam por estudar na cidade, porque ainda não existe na regional uma escola de Ensino Médio, que atenda às necessidades desses jovens.

Vale destacar, também, a organização de um grupo de EJA na década de 1990, no qual, muitos assentados passaram a estudar. Como algumas vezes não havia professores capacitados para atender à demanda do assentamento, havia desistências, porque os interessados se desmotivavam e suspendiam seus estudos. As desmotivações também se davam porque em sua grande maioria, eram pessoas já com mais idade e alegavam problemas de visão. Frente a isto, a comunidade não se tranquilizava e, logo os animava para que continuassem estudando. Com o passar do tempo, essa experiência terminou definitivamente, devido ao fechamento da escola, mas é importante ressaltar que foi uma rica experiência, que animava e produzia muitos trabalhos, frutos do desafio desse grupo, em aprender a ler e escrever.

Quando as famílias vieram do primeiro assentamento, trouxeram como único bem material coletivo, um trator. Em 28 de setembro de 1988, assinaram um financiamento e compraram um conjunto de irrigação, grade para trator, plantadeira, batedeira e pulverizador. Também conseguiram o custeio para realizar plantações de feijão em 26 hectares e mandioca em 20 hectares. Além disso, conseguiram fazer um grande plantio de arroz sequeiro, “como nunca visto na região”, segundo a Incaper do município.

A partir destas plantações começaram a aparecer problemas na produção, pois somente se cultivou cereal e mandioca, exigindo uma boa irrigação, que funcionava a diesel, significando muito dispêndio de combustível, altos custos e investimentos. Para piorar a situação, a terra que as famílias receberam, era muito explorada por grandes plantios de mandioca no passado, estando enfraquecida e necessitando de reparos e descansos.

¹⁷No campo: “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive” e *do* campo: “o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (KOLLING; CERIOI; CALDART, 2002, p. 26),

Devido às dificuldades imediatas e à falta de estrutura, os moradores do assentamento optaram apenas pelo plantio de mandioca, cereais e verduras, que poderiam ser vendidos em feiras e, ainda, utilizar a área para a produção de outros produtos para a alimentação.

Mais um agravante; as famílias do assentamento não tinham domínio da cultura camponesa, já que praticamente todos eram filhos ou netos de camponeses, quando crianças, vivendo nas cidades, onde, de acordo com seus próprios relatos, passaram até fome. Sabiam plantar, jogar venenos, cortar cana e eucaliptos ou lidar com pastagens e animais, mas careciam de conhecimentos técnicos para estruturar a produção.

Depois de vários estudos e discussões junto ao Setor de Produção do MST, as famílias sentiram-se em condições de plantar, culturas permanentes como café e coco, sem deixar de plantar e cultivar feijão, milho, abóbora, frutas, verduras para ajudar na economia familiar. Trocaram a irrigação existente por outra mais econômica.

Aos poucos, começaram também com a criação de gado, entretanto, na época da seca não tinham condições de mantê-la. Após muitas discussões, o coletivo do assentamento chegou à conclusão de que era necessário vender parte dos animais, ficando com 30 cabeças pertencentes apenas a algumas famílias, para garantir o leite das crianças. O dinheiro da venda do gado foi investido na lavoura de café e na irrigação e o restante, aos poucos, foi se acabando junto com a forma organizativa coletiva, que era o que mantinha as roças organizadas.

3.4 Origem histórica e atualidade de Nova Conquista

O assentamento sempre se caracterizou por ser um grupo pequeno de moradores, predominando as relações de amizade e companheirismo. Recebeu o nome “Nova Conquista” por ter sido uma nova conquista das mesmas famílias e também, por se tratar do segundo assentamento no município de Pinheiros, o qual hoje conta com cinco assentamentos: Nova Vitoria, 11 de Agosto, Maria Olinda, Olinda 1 e Nova Conquista, que fica bem próximo à cidade de Pedro Canário, conforme mostra a figura 5.

Figura 5 – Localização do assentamento Nova Conquista



O “Nova Conquista” está localizado às margens da BR 101, no extremo norte do Espírito Santo, a três quilômetros da cidade de Pedro Canário, apesar de pertencer ao município de Pinheiros. Tem uma população pequena como indica a tabela 4, a seguir:

Tabela 4 – População do Assentamento Nova Conquista por idade e sexo

Idade	Feminino	Masculino	Total	%
0 a 6	6	7	13	14,4
7 a 10	3	2	5	5,6
11 a 15	0	3	3	3,3
16 a 18	1	1	2	2,2
19 a 24	13	3	16	17,8
25 a 40	7	10	17	18,9
40 a 60	11	9	20	22,2
>60	4	10	14	15,6
Total de pessoas	45	45	90	100,0

Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo da autora, 2016.

Atualmente, o assentamento possui 19 famílias, totalizando 90 habitantes.¹⁸ Das 20 famílias que vieram do assentamento anterior em 1988, permaneceram apenas 10 nesse território. As outras famílias, com o passar do tempo, foram deixando o assentamento e essas vagas foram sendo substituídas uma a uma, num total de nove. Uma das vagas não foi preenchida devido à negociação entre a Secretaria de Agricultura (Seag) e assentados, por ser a área total muito pequena, não ultrapassando a área de produção, de 5,5 ha por família, e, devido à necessidade de uma área social, permanecendo assim, somente 19 das 20 iniciais. A figura 6, a seguir, mostra como o lote de cada família está organizado.

Figura 6 – Organização dos lotes no assentamento Nova Conquista



As famílias estão organizadas em uma associação fundada em 3 de outubro de 1994,

¹⁸ Aqui estamos quantificando todos aqueles que têm vínculo e pertença diretamente com o assentamento, mesmo os que trabalham fora do assentamento, pois no dia a dia esse número é bem menor.

denominada Associação dos Trabalhadores Rurais do Assentamento Nova Conquista (Atranc). Na diretoria se discutem e encaminham questões organizativas mais pontuais e, junto aos coordenadores de núcleos de base e representantes de equipes, as questões internas e de produção, educação, formação, cultura etc. Este coletivo leva os resultados das discussões para uma assembleia geral ordinária, que acontece de dois em dois meses.

3.4.1 O trabalho e a infraestrutura

Atualmente, cada família trabalha individualmente em sua área, ocorrendo, sempre que necessário, as ajudas entre membros de um lote e outro do assentamento. Com relação à infraestrutura, o assentamento possui um galpão bastante precário, duas farinhas¹⁹, bem como a água de consumo doméstico, que é distribuída nas casas. A organização é em forma de agrovila devido à pequena extensão do assentamento e à proximidade das casas dos moradores, o que facilita, também, a comunicação e a integração entre as pessoas, que se comunicam com bastante facilidade.

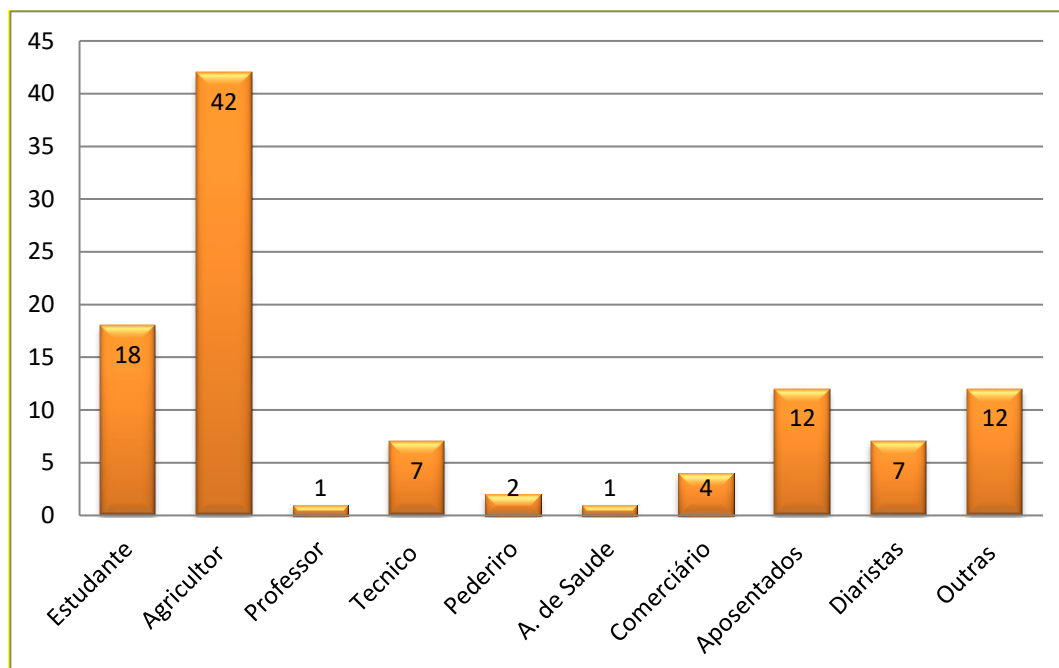
Todas as moradias possuem energia elétrica e água encanada. As casas são de alvenaria, porém bastante simples. Foram construídas com recursos do Procler.

Todas as famílias trabalham no campo, de acordo com as condições de cada um dos membros. As mulheres, além de desempenharem as tarefas do lar, distribuem-se nos diversos setores de trabalho, como: fabricação de farinha, manutenção das hortas do sistema Pais²⁰, nos quintais, na criação de pequenos animais; algumas atuam, também, nos plantios permanentes e, acompanhamento da educação dos filhos menores, além de participarem, efetivamente, na associação e em instâncias e atividades do MST interna e/ou externamente ao assentamento. O gráfico 5 mostra a ocupação das pessoas no assentamento.

¹⁹ Uma farinha está em fase de acabamento da construção.

²⁰ Projeto de Produção Agroecológica Integrada e Sustentável (Pais). É financiado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), e executado pelo Governo do Estado, através da Incaper/ES e Sindicato de Trabalhadores Rurais de Pinheiros. Consiste em hortas de cultivo de frutas e hortaliças, em formato circular, integradas à produção de aves caipiras, em sua área central.

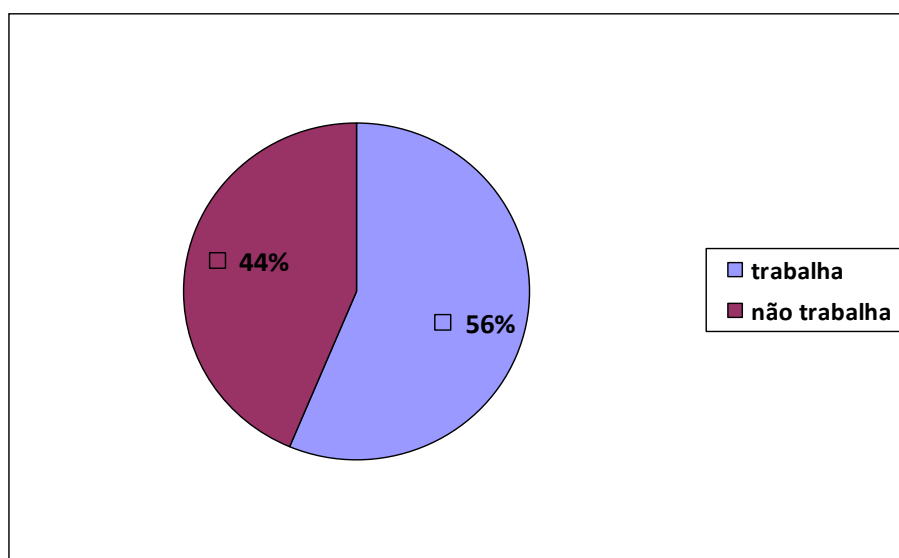
Gráfico 5 – Ocupação das pessoas de Nova Conquista



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo da autora, 2016.

Algumas pessoas exercem mais do que uma ocupação, no caso do pedreiro que também é agricultor assentado e o diarista, também agricultor. Alguns assentados também atuam em várias frentes de trabalhos dos setores do MST, como: coordenação de cursos, formação, produção e projetos, em vários casos, essas funções são externas ao assentamento, em nível, regional, estadual ou nacional.

Gráfico 6 – Pessoas que trabalham e não trabalham no lote de produção



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo da autora, 2016.

Das pessoas que trabalham fora do assentamento, como mostra o gráfico 6, os jovens são a maioria. Trabalham no comércio do município próximo ou mesmo em propriedades rurais vizinhas, como diaristas. No entanto, essa juventude retorna nos finais de tarde ou de semana e se envolve nas atividades socioculturais do assentamento, da igreja, do jogo de futebol, nas festinhas e confraternizações, nas reuniões, tendo o assentamento como sua referência, como descreve a educadora Aline, 24 anos. “Eu moro no assentamento e não me envergonho de dizer. Na cidade eu apenas trabalho, assim mesmo, é na educação do campo, é da igreja, das atividades culturais do assentamento, que gosto de participar”.

Os jovens que permanecem no assentamento também estão envolvidos na produção, participam da organização do MST, ou como membros da associação do assentamento. Porém, essas atividades não são suficientes para proporcionar a permanência dos jovens no campo. Ao longo desses 28 anos, o assentamento vem sofrendo o êxodo da juventude para os centros urbanos pela falta de políticas públicas voltadas para ela. Um fato bem marcante é que nenhum jovem de Nova Conquista conseguiu acessar o Pronaf Jovem²¹ até hoje. Aqueles que tinham alguma chance viram seus projetos reprovados pela inadimplência dos pais com o banco, já que o projeto do jovem é vinculado ao nome do titular do lote de produção.

3.4.2 Atividades Culturais

Além de realizar pequenos eventos internos, como festas de aniversários, confraternizações, festa da mandioca²², confraternização de Natal, festa de São João, de São José²³, no dia 19 de março. Foram realizados grandes eventos comemorativos em homenagem a essa data: o primeiro, no dia 22 de Março de 1994; o segundo, no dia 19 de Março de 1995 e o terceiro, no dia 28 de Março de 1998.

Em 2008, foi realizada a festa de 20 anos do assentamento, que também contou com participação de muitos daqueles que já passaram pelo assentamento, principalmente os filhos de assentados, que vivem na capital ou outras cidades. Mesmo em momentos como esse, de festa e confraternização, é possível perceber que os jovens que foram em busca de estudo e emprego nas cidades, não perderam a cultura camponesa e nem a ligação com os amigos e

²¹O Pronaf Jovem é uma linha de crédito criada para atender jovens agricultores e agricultoras familiares com faixa etária entre 16 (dezesseis) e 29 (vinte e nove) anos. No entanto, para ter acesso a este crédito são exigidas várias condições e uma delas é que os pais não estejam inadimplentes.

²²As famílias têm uma cultura de realizar festas de derivados da mandioca.

²³São José é o padroeiro da comunidade e dia do assentamento. Justamente no mês de março, as famílias chegaram no assentamento e nasceu a primeira criança nesse dia de 1988.

familiares. Esses períodos festivos, de recessos e de feriados possibilitam um aumento do número de pessoas, familiares e amigos no assentamento, ocorrendo uma grande integração entre todos.

3.4.3 As questões ambientais

Atualmente, no assentamento, assim como em todos os outros do Brasil, discute-se a agricultura de subsistência no modelo agroecológico, não somente como uma opção de vida, como era defendido anteriormente, mas também, como uma “necessidade” de todos os camponeses. Isso é fruto de muitos estudos e análises, que levaram a uma conclusão: somente sobreviverá no campo, quem conseguir produzir para subsistência, fazendo a diversificação de culturas e respeitando o meio ambiente, pois assim como muitos pequenos proprietários, os assentados também estão sentindo, concretamente, a crise em que está submersa a agricultura brasileira e, em especial, a cultura do café, que embora seja uma monocultura, em alguns casos no estado do Espírito Santo, também faz parte da cultura do povo capixaba.

O assentamento só possui duas nascentes, uma grande, que abastece as moradias de todas as famílias e outra bastante pequena. A área de reserva é de 35% da área total, devido às áreas de acentuado declive. Estas são preservadas e referenciadas fora da medição dos lotes de produção, para os assentados não “acharem que são deles”, mesmo assim, acontece que alguns vão descendo aos poucos essa medição, devido aos lotes serem pequenos e um dos lados da reserva estar ligada aos fundos das moradias. No entanto, isso não passa despercebido; as pessoas são alertadas. Ainda são chamadas à atenção sobre questões que também acontecem discretamente, como a caça, como relata uma coordenadora²⁴ do assentamento:

Sabe-se que é um processo longo de elevação de consciência ambiental; antes só existia capim nesse lugar, essa capoeira foi crescendo aos poucos. Não tinha nem passarinhos e agora podemos ouvir o cantar dos passarinhos, eles vêm na porta, comer. Como foi difícil convencer a meninada a não matar os passarinhos!

Essa preocupação ambiental acontece também em relação à água e às plantações, mesmo sabendo que não é um trabalho fácil, pois os vendedores de agrotóxicos vêm nas casas com os pacotes e propagandas prontas. A coordenação tem motivado as famílias a produzir para a sua própria subsistência e, o que sobrar, precisa também ser de qualidade, pois é para

²⁴ A coordenadora não autorizou que colocasse o nome dela com receio de problemas internos.

alimentar pessoas das cidades, através das feiras, PAA e PNAE.

Adelso Rocha Lima, presidente da Cooptraes e assentado na região, já dizia em palestra, no ano de 2007, que “se o agricultor fizer uma horta sem veneno já é um bom começo, a mudança se dá com o tempo”. E, partindo dessas discussões de vida é que as famílias vêm tentando diminuir o uso dos agrotóxicos no assentamento, buscando práticas mais alternativas. No entanto, ainda é um grande desafio a ser enfrentado.

3.4.4 O endividamento e a ilusão do crédito fácil

A maioria das famílias de Nova Conquista passou por um grande período sem conseguir fazer investimentos nos lotes de produção, devido aos endividamentos. Isso ocorreu por falta de comunicação e orientação técnica de planejamento com as famílias, desde o início do assentamento. Foram investimentos desnecessários e mal planejados. As famílias sabiam produzir e usavam a força de trabalho bruto no plantio, na capina, na colheita, no entanto, não tinham noção de gestão e foram se afogando em dívidas.

Boa parte delas, não conseguiu pagar os investimentos que haviam feito através do Proterra e do Pronaf. No decorrer do tempo, e a partir do governo Lula, aconteceram muitas negociações, rebates e descontos. Mesmo assim, devido ao aval cruzado em que um se responsabilizava pela dívida do outro, com uma troca coletiva de avalista e, ainda, por terem deixado as negociações para os últimos dias, 31,66% das famílias não conseguiu quitar suas dívidas e teve seus nomes inscritos na Dívida Ativa da União (DAU) e, até os dias atuais, algumas não conseguiram resolver sua situação.

Sem a solução desse problema, as famílias não conseguem acessar nenhum crédito, dificultando muito as suas vidas no assentamento, obrigando-as a viver com pouco, com apenas o que produz no lote pela força da natureza ou pela venda da força de trabalho, dentro ou fora do assentamento, ou ainda, em alguns casos, com a aposentadoria, uma vez que boa parte dos titulares dos lotes tem entre 55 e 60 anos.

Essa situação de endividamento trouxe intranquilidade e receio para as demais famílias do assentamento. Mesmo aquelas que não tinham problemas, ficaram temerosas em acessar créditos para possibilitar o avanço na produção. Depois de muitos anos, algumas famílias mais jovens que assumiram os lotes dos pais e, principalmente, aquelas que chegaram mais recentemente, é que estão em busca de créditos para implantação de novas lavouras, no entanto, ainda bem receosas.

As famílias endividadadas , com ajuda de um advogado, estão renegociando uma forma de parcelamento da dívida, no entanto, ainda existem as que não fazem muitos esforços para isso, dificultando as soluções.

3.4.5 A comunidade religiosa

Por serem originárias das Comunidades Eclesiais de Base, as famílias têm uma participação ativa na comunidade católica do assentamento (quase todas se assumem como católicas, exceto duas, que pertencem a outra religião pentecostal), mas enfrentam dificuldades para realizar as celebrações da vida, pois, entre as que participam, poucas possuem o domínio da leitura e da escrita. Quase sempre são as mesmas pessoas que celebram na igreja e participam nos grupos de reflexão, onde são discutidas questões inerentes à comunidade e à fé cristã. As pessoas que dominam mais a leitura, não têm vida ativa na igreja, mas sabem que este é um espaço estratégico para encaminhamentos. É um espaço onde se transmitem todas as informações do assentamento, desde avisos gerais até as discussões de política, pois este é um ponto de encontro das pessoas da comunidade.

Os cultos são voltados para a vivência dos assentados e a valorização do seu dia a dia. A igreja pertence à paróquia de Pedro Canário. Durante um longo tempo, as famílias ficaram um tanto afastadas das atividades da paróquia, devido às diferenças de visão de mundo entre elas e um padre, que era o pároco. Para os assentados, a vida espiritual acompanha a ação que transforma a realidade, através de práticas comprometidas e concretas, enquanto o padre voltava a sua pregação somente para a oração e a contemplação espiritual. Com a mudança de padre, esse problema foi superado e, hoje, a comunidade de Nova Conquista constrói uma relação bem participativa com o novo pároco.

Passaram-se 28 anos desde a conquista da terra e poucas coisas se modificaram. Aquelas famílias, que persistiram na luta pela conquista da terra, continuam o processo de construção e reconstrução da vida no campo. Não são mais exploradas pelos patrões, mas continuam reféns do capital, o que se manifesta de diferentes formas no assentamento.

4 ANÁLISE DO PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS: AVANÇOS, AMARRAS E DESAFIOS

O objetivo principal deste capítulo é compreender os efeitos do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e seu histórico de criação, a partir dos olhares empíricos e teóricos apresentados nos capítulos anteriores. Dessa maneira, inicialmente buscamos realizar um breve histórico do programa e, em seguida, relacionamos a prática das famílias no programa, dialogando, numa visão dialética, com os teóricos, no sentido de compreender os fatos já estudados sob a luz das teorias sociais e especialmente a política pública do PAA e seus efeitos no Assentamento Nova Conquista.

4.1 Elementos históricos de criação do PAA e implicações burocráticas

O PAA foi concebido no bojo de um conjunto de políticas estruturantes do Programa Fome Zero. É um instrumento de política pública instituída pelo artigo 19 da Lei n. 10.696 e regulamentada pelo Decreto n. 4.772, de 02 de julho de 2003, e alterado pelo Decreto n. 5.873, de 15 de agosto de 2006 com a finalidade de: “incentivar a agricultura familiar, promover a inclusão social no campo e garantir alimento às populações em situação de insegurança alimentar, por meio da compra da produção familiar” (BRASIL/MDS, 2003).

Sabendo-se que a questão da fome, de um modo geral, tem sido um gargalo para o poder público; para os mais comprometidos tem sido um grande desafio, até porque ela cria uma figura “negativa” do país, visto que está ligada a outros fatores estruturais como a falta de reforma agrária, a concentração da terra pelo agronegócio, o problema da moradia, desemprego, saúde, alimentação, além de outros.

Na perspectiva da consolidação das políticas públicas, mais especificamente no campo e tratando da realização da produção da reforma agrária, o governo Lula inaugurou em 2003, com seu Plano Safra para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária, uma experiência nova, ao mesmo tempo bastante antiga, como mostra o documento do MDA 2010 e Delgado 2005:

O embrião de uma Política Nacional de Segurança Alimentar começou a ser implantado no Brasil durante o governo Itamar Franco (1993-1994) a partir de uma proposta formulada pelo Partido dos Trabalhadores dois anos antes, em 1991. A Ação da Cidadania contra a Fome e a Miséria e pela Vida, em 1993, colaborou para o surgimento de um movimento social muito amplo, liderado pelo sociólogo Herbert de Souza, que se expressou na formação de milhares de comitês de solidariedade e combate à fome. Essa mobilização representou um enorme ganho de legitimidade para o governo, dando vitalidade ao Conselho Nacional de Segurança Alimentar

(Consea) recém-criado. (MDA 2010).

A novidade está em introduzir no Plano de Safra anual, além dos instrumentos de créditos à produção (Pronaf), as condições especiais de realização dessa produção, que ficaria garantida por um Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar e também, pela vinculação de recursos da Política de Preços Mínimos aos setores familiares. (DELGADO, 2005, p. 39).

Delgado ainda destaca que a garantia da compra da produção, nas condições e procedência da agricultura familiar é uma estratégia que precisa ser dotada de recursos e de matrizes permanentes, porque persegue os caminhos da estruturação dos mercados para a reforma agrária. Ademais, liga as iniciativas institucionais de assistência às populações muito pobres a uma estratégia de mudanças na estrutura da propriedade fundiária (DELGADO, 2005, p. 39).

Fica evidente que não somente com política de compensação social sobreviverá a agricultura camponesa. No entanto, precisamos fazer uma retomada para melhor entendê-la.

É importante compreender os programas criados pelo governo para atender aqueles que vivem em situação de vulnerabilidade social. Este é um dos principais objetivos do PAA, criado dentro do Programa Fome Zero, quando o presidente Lula (2001) dizia que: “cada brasileiro tinha de fazer, pelo menos, três refeições por dia”, assim estaria realizada a missão de sua vida.²⁵ Reafirmava a importância da alimentação de qualidade como um “direito inalienável de todo cidadão e [que] é dever do Estado criar as condições para que a população brasileira possa efetivamente desfrutar dele” (LULA, 2001).

A figura a seguir mostra famílias carentes recebendo alimentos da agricultura camponesa no PAA.

²⁵ Discurso de campanha e de posse do Presidente Lula, em 1º de janeiro de 2003.

Figura 7 – Famílias recebendo alimentos do PAA pela Atranc



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

Então, para garantir alimento às pessoas da cidade, faz-se necessário que o camponês se estruture no sentido de garantir a sua subsistência e a existência daqueles que não produzem seu próprio alimento.

Ao lançar o livro *Geografia da Fome*, em 1946, Josué de Castro já analisava as principais causas da fome e apontava caminhos para a superação dessa situação para a elevação dos padrões de alimentação, que com certeza passa pelo viés da agricultura.

Esta dramática situação alimentar [...] impõe a necessidade inadiável de uma política alimentar mais efetiva, que não seja apenas de paliativos e de correção das falhas mais gritantes através de programas simplesmente assistenciais. Impõe-se uma política que, acelerando o processo de desenvolvimento, quebrando as mais reacionárias forças de contenção que impedem o acesso à economia do país a grupos e setores enormes da nacionalidade, venham (*sic*) a criar os meios indispensáveis à elevação dos nossos padrões de alimentação. (CASTRO, 1946, p. 304).

Estudos de pesquisa e de avaliação do programa PAA realizados pelo Ipea (2005 e 2009), apontam, dentre outros elementos essenciais, resultados importantes desse programa como,

Recuperação dos preços e da renda agrícola, além do apoio da produção para o autoconsumo [...]. A diversificação e melhoria da qualidade da produção, fatores que extrapolam para o comércio local, organização e planejamento da oferta no segmento produtivo que alcança. (IPEA, 2005).
O PAA tem provado ser um programa de notável caráter estruturante, uma vez que tem promovido mudanças em diferentes níveis do processo de produção e nas

capacidades organizacionais dos agricultores. (IPEA, 2009).

Essa avaliação também é percebida no território estudado, pois tanto beneficia os consumidores, quanto a agricultura camponesa na ampliação da renda familiar através da segurança de mercado para a comercialização dos produtos e da garantia dos preços, além da prática do consumo mais diversificado para as famílias camponesas.

Levando em conta as famílias envolvidas e suas realidades, a natureza social histórica e a necessidade de entender todo o contexto em que se insere e, principalmente, a objetivação dessa política pública *in loco*, busca-se entender a cultura camponesa. Compreender como a cultura está sempre relacionada com a natureza, através das práticas e costumes comunitários, da comercialização, da relação diversificada de cooperação, de vizinhança, da mística que envolve todos os valores culturais e sociais da produção camponesa, dos conhecimentos empíricos e da relação de reciprocidade, como enfatiza Sabourin (2003):

Para 'ser socialmente' é preciso dar e, para isso, é preciso produzir, de modo que a lógica da reciprocidade motiva uma parte importante da produção: [...] a reciprocidade gera, assim, via a redistribuição, uma produção socialmente motivada, a qual constitui um fator de desenvolvimento econômico, que vai além da satisfação das necessidades elementares da população ou da aquisição de bens materiais via troca. A tendência natural das sociedades camponesas é procurar a realização de excedentes fáceis de conservar para consumir ou redistribuir. (SABOURIN, 2003, p. 84).

É observado que a produção e a comercialização de alimentos sempre estiveram presentes entre os camponeses de modo geral. São criados laços de trocas entre as famílias, formando grupos e vínculos de reciprocidade entre elas. De acordo com a experiência de cada uma das famílias, elas têm grandes variedades de produtos alimentícios que são consumidos pelos familiares e o excedente vendido aos intermediadores ou nas feiras livres.

O acesso ao programa tem trazido um bom incentivo à comercialização e à organização da produção para as famílias assentadas, contribuindo para o avanço da prática da participação, do companheirismo, da cooperação e da vivência comunitária, dando um impulso favorável ao território camponês.

Entretanto, também tem apresentado alguns entraves burocráticos na gestão em relação ao acompanhamento técnico, à pesagem dos alimentos, ao planejamento de produção, ao controle de entrega, entre outros, o que, às vezes, impossibilita ou traz complicadores.

Um dos principais problemas é que as famílias têm muitas dificuldades técnicas em gerir as propostas. Anteriormente, as associações tinham um papel apenas de representação organizativa das famílias. A Conab exige que toda a gestão seja feita como a de uma empresa.

Então, é necessário que haja pessoas um pouco mais qualificadas na comunidade, que tenham condições de assumir este trabalho, sob o risco de não se conseguir avançar com as propostas.

Outro problema que dificulta é a documentação exigida pela Conab, que não depende somente das famílias e da associação. Depende, também, de pareceres do Conselho de Desenvolvimento Rural Sustentável (CDRS), do Conselho Municipal de Assistência Social (Cras), da Vigilância Sanitária, do registro de produtos, do controle de qualidade e ainda de assinaturas de prefeitos ou secretários municipais, que nem sempre são favoráveis aos assentamentos, dificultando muito a consolidação das parcerias.

O Programa é uma ação interministerial, que envolve os ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), do Desenvolvimento Agrário (MDA) e do Desenvolvimento Social (MDS). Vale destacar que o MDA está atuando como “secretaria gerencial dentro do MDS, depois de sua extinção pelo governo Temer, porém, com o mesmo desenho organizacional”. O PAA envolve a articulação de vários ministérios, entidades governamentais, governos estadual e municipal bem como a sociedade civil organizada. (MDA, 2007). Está dividido em duas modalidades: Doação Simultânea e Formação de Estoques.

O Assentamento Nova Conquista participa da modalidade Doação Simultânea. Nesta modalidade, os camponeses têm o direito de entregar até R\$ 8.000,00 por ano a entidades beneficentes articuladas pela Atranc, que é a representante legal e que tem a responsabilidade de fazer o controle dos recebimentos e entrega dos alimentos, zelar pela qualidade dos produtos, fazer os pagamentos aos produtores, dar orientação e acompanhamento às famílias, bem como prestar contas à Conab. Destaca-se que esse é um trabalho voluntário e nem sempre consegue ser feito na íntegra.

Com o PAA, os lotes de produção dos assentamentos passaram a ser mais valorizados; as famílias passaram a ter maior interesse em produzir, além do que, os frutos colhidos, vieram enriquecer mais a alimentação, passando a fazer parte do cardápio de centenas de trabalhadores do meio urbano, que vivem em condições vulneráveis de segurança alimentar.

Figura 7A e 7B – Organização dos produtos para entrega



Fonte: arquivo da pesquisadora.

O PAA, criado em 2003 e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 2010, se tornaram bastante conhecidos pelas suas propagandas, inclusive sendo referência para outros países. No caso do PAA, no entanto, somente uma parte dos camponeses consegue acessá-lo, devido à burocracia e fatores como: orientação técnica, elaboração e gestão de propostas e documentação pessoal.

Somente no caso dos assentados de reforma agrária, em nível de Brasil, indicativos da Conab apontam que, de 2009 a 2014, houve um pouco mais de 93 mil acessos ao programa, como a tabela 5 a seguir indica.

Tabela 5 – Brasil: Assentados Participantes do PAA 2009 a 2014

Ano	Nº de acesso/assentados
2009	7.885
2010	10.771
2011	17.903
2012	31.294
2013	12.641
2014	12.952
TOTAL	93.446

Fonte: SUPAF/GECAF/ organizado pela pesquisadora.

De acordo com os dados apurados pela Conab, somente entre os assentados da reforma agrária, o número de trabalhadores que acessaram o PAA saltou de 7,8 mil, em 2009, para 30,6 mil, em 2012. “O expressivo aumento de quase 300% na participação dessa parcela da população resultou, também, uma expansão ainda maior nos valores liberados. De 2009 a 2012, o volume passou de R\$ 29,7 milhões para R\$ 135,2 milhões, com crescimento de 335%”²⁶ (MDA, 2013).

De acordo com a tabela e os dados do indicativo anterior, ainda são poucos se levarmos em consideração as 976.182 famílias assentadas, segundo dados do Incra²⁷, ou seja, é menor que 10%, da quantidade de famílias assentadas. Vale ressaltar que nesse período, as famílias estavam se familiarizando com o Programa, no entanto, em 2013 acontecem mudanças normativas e isso acaba dificultando ainda mais o acesso. É o Estado criando um programa até inovador, porém, totalmente controlado, limitando o camponês a uma lógica distante da sua realidade e de sua cultura.

4.2 Análise do PAA no assentamento Nova Conquista

Um dos problemas históricos, vivenciado pelos camponeses, tem sido a questão que corresponde à comercialização. Ele também é refletido no Assentamento Nova Conquista, onde foi realizada a pesquisa. Antes, tinham que competir com o grande mercado e enfrentar os atravessadores locais.

O PAA agrega o elemento de valorização da produção dos agricultores, elemento este citado por eles e melhora com variedade e nutrientes a alimentação camponesa, permitindo que essa alimentação também atinja a população carente das periferias, que não tem acesso aos alimentos de qualidade.

O PAA trouxe a certeza na comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores, algo que não existia antes. A experiência vai revelando, a importância que possui essa política pública como incentivo à permanência dos camponeses no campo. As famílias, em sua maioria, apontam o programa como muito bom, contribuindo significativamente com a renda familiar e com a qualidade de vida. No entanto, mostram, também, algumas amarras no acesso e na gestão das propostas que precisam ser superadas.

²⁶ Fonte: <http://portal.mda.gov.br/portal/noticias/item?item_id=13771036>.

²⁷ Disponível em: <<http://painel.incra.gov.br/sistemas/index.php>>.

4.2.1 A produção, a comercialização e venda antes e depois do PAA

Praticamente as famílias conheceram o PAA, através do trabalho de Assistência Técnica (Ates), que foi desenvolvido nos assentamentos. Dados das entrevistas constataam que 72% conheceram o PAA através da Cooptraes²⁸, outros 11,1% através de amigos e vizinhos, que vão divulgando a notícia do programa e, ainda, 5,5% através da prefeitura.

No município de Pedro Canário, vizinho do assentamento, foi onde se iniciou a primeira experiência de compra institucional, no ano de 2010. A notícia e a troca de experiência colaboraram para que logo no ano seguinte a associação de Nova Conquista apresentasse a primeira proposta, com apenas 18 famílias produtoras continuando, nos anos seguintes, até os dias atuais, conforme tabela 6, a seguir.

Tabela 6 – Evolução de acesso ao PAA de 2011 a 2016 pela – Atranc

Ano de acesso	N. Famílias	CPR	Valor
2011	18	ES/2011/02/0050	R\$ 80.999,35
2012	33	ES/2012/02/0013	R\$ 148.500,00
2012	25	ES/2012/02/0144	R\$ 112.499,00
2014	58	ES/2013/02/0030	R\$ 278.400,86
2015	74	ES/2015/02/0002	R\$ 592.000,00
2016	16	ES/2016/02/0011	R\$ 127.999,90
2016	27	ES/2016/02/0008	R\$ 215.999,60
Total acessado			R\$ 1.556.398,71

Fonte: Conab – organizado pela pesquisadora.

Os indicativos da tabela mostram a evolução de acessos do PAA ao longo desses cinco últimos anos. Além disso, duas propostas nos anos de 2012 e duas no ano 2016²⁹. No ano de 2011, por estar se iniciando e, as famílias ainda não conhecerem bem o programa, apenas 50% dos assentados em Nova Conquista acessaram o PAA, os outros 50% era de assentamentos do entorno, que participam do PAA nessa associação. Algumas famílias por receio, falta de documentação e falta de experiência, não conseguiram acessar o programa, mas a partir de

²⁸ Cooperativa de Prestação de Serviços Técnicos da Reforma Agrária do Espírito Santo, criada em 24 de março de 1999, é composta por técnicos especializados na prestação de serviços de agronomia e de consultoria às atividades agrícolas e pecuárias aos assentamentos da reforma agrária no Estado do Espírito Santo. Com objetivo de atender às demandas dos agricultores assentados, que não tinham orientação técnica, para a condução das atividades agrícolas no interior dos lotes de reforma agrária.

²⁹ Trata-se de duas propostas e beneficiários diferentes em cada ano.

2012 todas o acessaram. No ano 2013, a Atranc não conseguiu aprovação de proposta do PAA, devido às mudanças normativas, tendo a proposta cancelada e, somente em 2014 conseguiu dar sequência com novos projetos.

A experiência da associação de Nova Conquista foi tão positiva, que houve muita procura de assentados e agricultores do entorno, para entrar no programa. A tabela mostra que ano a ano dobrava e até triplicava o número de acessos, chegando a ter duas propostas no ano 2012. No ano 2015, a Atranc atendeu 74 famílias, com um valor de quase 600 mil reais. Houve muitas dificuldades na gestão, principalmente na questão do acompanhamento às famílias, mas também em relação à quantidade de produtos produzidos e de pessoas cadastradas pela entidade beneficiária-recebedora. Outro fator importante foi que a entidade recebedora, não assumia, conforme exigência do programa, a sua função, acarretando à Atranc a responsabilidade na entrega dos produtos aos consumidores individuais.

Devido às dificuldades enfrentadas e percebendo o comodismo organizacional de alguns assentamentos e comunidades de pequenos agricultores, a Atranc resolveu diminuir o número de famílias para participar do PAA de Nova Conquista. A associação se propôs a ajudar, incentivar e orientar as famílias dos demais assentamentos, a regularizar as associações locais para o acesso aos programas institucionais PAA e PNAE. Mesmo assim, a Atranc ainda recebeu um pequeno grupo de assentados e pequenos agricultores no ano de 2016.

Culturalmente, Nova Conquista esteve sempre voltada para a produção de subsistência, desenvolvendo experiência em feiras ou fazendo vendas diretas para os atravessadores locais. Nisto se encontrava um dos principais gargalos na comercialização dos seus produtos. Os relatos das famílias nos esclarecem como era a situação em relação a essa comercialização. “Muitos atravessadores. Nunca tinha lucro; as famílias ficavam muito desmotivadas”, relata uma assentada, 56 anos. Outro fator importante, que aumentava a dificuldade era a questão do transporte, pois mesmo morando bem próximo à cidade, o que facilitava o escoamento da produção, o transporte era um empecilho e acabava novamente nas mãos dos atravessadores, como descrevem estes assentados:

Como não tínhamos transporte, vendíamos na porta mesmo por qualquer preço. Ficávamos até sem querer plantar certos produtos, pois não sabia onde vender. Aqui temos dificuldade de trabalhar, não temos mais força, já produzimos pouco mesmo. Mas esse pouco, quando sobra é sempre para vender. Nosso produto é muito desvalorizado, querem comprar tudo a preço de banana. Os vendedores permanente da feira vem na porta quando sabe que temos alguma coisa para vender, só pra comprá baratinho. (Assentado, 79 anos).

Não havia garantia nenhuma. Por vezes os produtos se perdiam por falta de

comercialização e/ou não se produzia determinados produtos por não ter certeza da comercialização. Dessa maneira, a produção era menor e consequentemente, a renda era menor e muito ruim. Feira todo sábado. Se vendesse comprava o sal e uma coisinha diferente, se não vendesse voltava com aquilo ou dava para os outros lá mesmo. Coisa maior como milho, feijão farinha vendia para os feirantes, que já vende no litro. Era muito difícil nossa vida... A gente plantava mais era mesmo para comer e dá às galinha e aos porcos, pois tinha muito filhos. Tinha que dá conta de comida e carne. (Assentado, 59 anos).

Contam, também, que muitos produtos se estragavam e a opção era vender ou deixar estragar. “Vendia um pouco na feira, mas voltava muita coisa para casa. As coisas grandes, os feirantes permanentes da feira e supermercado compravam da gente e depois vendia muito mais caro para as pessoas da cidade”, relata uma assentada, 68 anos.

Observa-se que, por muitos anos, essas famílias foram exploradas pelos intermediadores, devido à falta de transporte e, também, por um comodismo até cultural de vender na porta, pois nota-se aqui, que o camponês não está preocupado com o lucro, apenas vende para não estragar sua produção excedente. Algumas famílias procuravam fazer e, ainda fazem, um tipo de troca de produtos. “Não dá para entregar tudo para os atravessadores, aqui no assentamento sempre vendia ou trocava quando alguma pessoa procurava coisa que eu tinha”, diz uma assentada, 75 anos.

Interessante que essa relação mercantil e de troca dos assentados é presente até hoje, muitos fazem troca até mesmo por diária de serviços e alimentos que o outro não tem, como relata um assentado, de 59 anos: “Vendia para atravessador, feira e em forma de troca por outro produto ou por trabalho”.

Continua outra assentada nessa mesma linha: “Quando conseguiam vender. Era vendido a atravessadores locais pelo preço que eles queriam pagar. Isso causava um desânimo para produzir determinados alimentos. Ou vendia barato ou estragava” (assentada, 64 anos). E assim todos, praticamente, vão dizendo as mesmas coisas:

Às vezes, as coisas até estragava, pois era difícil vender. Outra hora antes de colher já tinha gente na porta querendo comprar baratinho. Se uma coisa valesse 2 reais na roça, a pessoa queria pagar 50 centavos, por isso o pessoal foi ficando muito desanimados e foi produzindo apenas para comer e vender ou trocar aqui mesmo no assentamento com outro produto que a gente não tinha muito ruim. A feira próxima é muito pequena então nunca conseguia vender tudo. (Assentada, 43 anos).

Até já produzimos muito, mas os atravessadores levavam tudo bem baratinho. Vendia aqui mesmo alguns produtos que outros não tinham. Vendia na feira, vendia para atravessadores, ainda vendemos para os próprios assentados em forma de troca. (Assentado, 68 anos).

As condições estavam dadas. Observando essas falas, percebemos que eles investiam a força de trabalho, o tempo da família, além de água e energia, e viam o resultado de seu

trabalho se acabar em minutos, nas mãos dos intermediários. Assim é a vida do camponês: planta, colhe, vende barato e começa tudo outra vez.

Ainda sempre existia aquele camponês que estava preocupado com os “bens de raiz”, como chamavam, acreditando que precisava de uma cultura mais permanente para dar sustentação em momentos difíceis, como descreve esse assentado:

Produzia, apenas para alimentação, vendia apenas poucas coisas e dentro do próprio assentamento ou produtos demandado pelo mercado externo, como café e pimenta do reino. Quando mexia com feira era muito ruim. Toda madrugada na feira. Às vezes não vendia tudo. Os atravessadores quer tudo barato, muito ruim, quase não produzia nada para vender, pois era difícil, além disso o transporte caro. (Assentado, 46 anos).

O café, desde 1850, tem movimentado grandes volumes na economia capixaba, passando pela crise dos anos 1930, mas se reerguendo significativamente até os dias atuais. Grandes e pequenos produzem de norte ao sul do Estado, inclusive nos assentamentos de reforma agrária. Uma contradição existente é que se trata de duas monoculturas em que muitos camponeses investem tudo na cultura do café e da pimenta do reino, que têm um custo de implantação muito alto. Isso tem virado uma febre nas áreas de assentamento, por parte daqueles produtores, que estão entrando em outra lógica de produção. O preço por quilo de pimenta do reino foi até R\$ 33,00 e se estabeleceu agora em R\$ 17,00, considerado ainda muito bom. Com esse preço, muitos camponeses, conseguiram quitar dívidas e estruturar a vida econômica da família. Isso motivou os demais assentados à iniciação da produção de pimenta do reino, mesmo sem nenhuma experiência.

Em Nova Conquista, ela também chega, ainda com um pouco de receio por parte dos produtores, mas já aparecem alguns resultados. Existem aqueles que não têm muito a cultura da feira, como esse assentado descreve: “Eu não gosto de ir à feira vender nada. Ficar lá esperando a pessoa vir comprar. Então sempre plantava café, pimenta e coco. Pois mesmo com os atravessadores é mais fácil vender. É só ligar, os carros vêm buscar na porta” (Assentado, 48 anos). Aqui mostram outro tipo de atravessadores, aqueles que compram para a indústria. É a manifestação do agronegócio na concorrência desigual sobre a qual falamos no primeiro capítulo.

Interessante o pensamento de um dos jovens, que por muitos anos foi obrigado a trabalhar fora, devido à dificuldade de comercialização, como afirma: “Não trabalhava antes, pois não tinha onde vender. Hoje ajudo meu pai no PAA dele, pois não pode ter dois PAAs no mesmo lote” (Jovem assentado, 26 anos). Esse “não pode ter dois PAAs no mesmo lote” significa que dariam conta de entregar um valor maior se fosse permitido, mas dentro do

programa, principalmente, em área de assentamento, não é permitido fazer contratos de arrendamento³⁰, mesmo que alguns filhos constituam família e fiquem morando no lote de produção com os pais.

Acreditamos que é através do trabalho que o ser humano vai construindo a sua existência, como descreveu Marx (1974), e, também, que o desenvolvimento das condições humanas na produção de existência, depende muito das condições de trabalho e dos meios de trabalho. A tabela 7, a seguir, apresenta a renda de 2015 e traz dados de produção, consumo e venda das famílias do Assentamento Nova Conquista.

Tabela 7 – Levantamento do que foi produzido e vendido – Renda em 2015

			Consumo			
		Uni-	Quantidade	familiar	Venda	Renda
Produto/gênero		dade	produzida	estimado	estimada	Anual R\$
Agropecuários	Café maduro	sc/60kg	418,00	0,00	418,00	21.490,00
	Pimenta do reino	Kg	640,00	0,00	640,00	17.830,00
	Seringa nova	Kg	1.000,00	0,00	0,00	0,00
	Mandioca aipim	Kg	15.450,00	2.400,00	12.950,00	19.707,50
	Coco	Kg	30.650,00	3.015,00	27.500,00	32.098,00
	Banana	Kg	13.550,00	1.750,00	11.810,00	16.285,00
	Maracujá	Kg	14.870,00	1.370,00	13.500,00	27.326,60
	Melancia	Tan.	39.180,00	6.700,00	29.780,00	56.653,80
	Oleícolas/ horta	Kg	38.674,99	4.800,00	33.739,00	52.308,50
	Manga	Kg	14.600,00	5.020,00	0,00	0,00
	Suínos	Kg	2.930,00	790,00	790,00	7.760,00
	Goiaba	Kg	130,00	30,00	100,00	200,00
	Bovinos	Kg	461,00	451,00	1,00	1.000,00
	Coelhos	Kg	80,00	54,00	5,00	150,00
	Aves	Kg	1.542,00	579,00	140,00	2.900,00
	Peixes	Kg	1.400,00	101,00	250,00	2.000,00
	Culturas anuais	Kg	15.290,00	1.920,00	13.270,00	38.895,00
	Leite		650,00	120,00	180,00	195,00

³⁰ Os pequenos agricultores podem fazer um contrato de arrendamento para cada um dos filhos, dando a eles condições para emissão de Declaração de Aptidão ao Pronaf –DAP e Bloco de produtor. Condição para acessar o PAA e PNAE, já os assentamentos de Reforma Agrária não tem essa abertura. A inscrição Estadual tem o número do lote. Eles não fazem bloco produtor com o mesmo número de lote.

Agroindústria.	Farinha/polvilho	sc/60kg	1.122,00	14,00	1.108,00	15.640,00
	Beiju/biscoito	Kg	14.000,00	300,00	13.700,00	9.590,00
	Colorau	Kg	2,00	2,00	0,00	0,00
	Café pó	Kg	16,00	16,00	0,00	0,00
	Leite		270,00	60,00	210,00	315,00
TOTAL			206.925,99	29.492,00	160.091,00	322.344,40

Fonte: Trabalho de campo da pesquisadora.

Através da tabela 7 é possível visualizar o quanto a produção de subsistência prevalece em relação a outras culturas como o café e a pimenta do reino. As diversidades de hortaliças ou das culturas anuais ultrapassam as citadas no quadro, visto que o camponês tem dificuldade de quantificar o que produz. Ainda é importante levar em consideração que algumas famílias têm algum tipo de complementação de renda e há casos de produção bem baixa e com disparidade a outras bem elevadas.

A tabela 8, a seguir, apresenta, resumidamente, a composição da renda familiar de 2012 para 2015 e como evoluiu a renda agropecuária a partir do PAA.

Tabela 8 -- Renda familiar anual do assentamento Nova Conquista. Variação: 2012-2015

	2012		2015		VARIAÇÃO*	
	Renda R\$	%	Renda R\$	%	Renda R\$	%
Produção agropecuária no lote	89.138,18	25,22	322.344,40	45,78	233.206,22	261,62
Produção não agropecuária no lote	15.480,00	4,38	12.000,00	1,70	-3.480,00	-22,48
Diárias/ empreitadas	48.144,00	13,62	89.640,00	12,73	41.496,00	86,19
Salário	18.264,00	5,17	86.244,00	12,25	67.980,00	372,21
Aposentadoria/ pensão	158.928,00	44,96	183.888,00	26,12	24.960,00	15,71
Programas sociais	5.544,00	1,57	10.008,00	1,42	4.464,00	80,52
						-
Outros	18.000,00	5,09	-	0,00	-18.000,00	100,00
TOTAL	353.498,18	100,00	704.124,40	100,00	R\$ 350.626,22	99,19

* Cálculo da variação em valores e porcentagem, tendo como base 100 o ano de 2012.

Levando em consideração a tabela 8, e trazendo essa reflexão para o assentamento Nova Conquista, pode-se dizer que muitas famílias têm uma produção econômica baixa, devido às condições de trabalho aplicadas no lote de produção, visto que muitos necessitam de complementação através de empregos fixos de algum membro familiar, da venda da força de trabalho dentro ou fora do assentamento, de aposentadorias e até do bolsa família, em três

casos. No entanto, é importante destacar que, em 2012, a renda das famílias estava praticamente voltada para aposentadoria e pensão. Quanto à renda agropecuária, nota-se que teve um salto significativo em 2015, passando a ser a principal fonte de renda do assentamento.

Em relação à renda agropecuária, existem famílias com a renda do lote bastante baixa, devido a fatores externos, como o endividamento, falta de mão de obra e problemas de saúde que já mencionamos no capítulo anterior. Dessas pessoas assentadas, 55,6% já possui idade acima de 56 anos, 16,7% tem mais que 71 anos e todas já são aposentadas. Essas famílias não têm interesse e nem mesmo condições físicas para grandes produções ou acúmulos. De acordo com a vida que levam, não precisam nada mais que ultrapasse suas necessidades. Além disso, elas têm o amparo previdenciário da aposentadoria, que complementa o que não conseguem produzir.

De acordo com os dados da pesquisa de produção e renda, é importante destacar que quatro famílias têm renda do lote de produção agropecuária superior a 30 mil reais. Dessas, uma família tem renda superior a 42 mil reais.

Tabela 9 – Comparação de duas rendas com a renda total – em reais

COMPOSIÇÃO DA RENDA FAMILIAR				
	Família A		Família B	
	Renda Mensal	Renda Anual	Renda Mensal	Renda Anual
Produção agropecuária no lote	2.978,63	35.743,60	3.509,17	42.110,00
Produção não agropecuária no lote	0,00	0,00	1.000,00	.000,00
Diárias empreitadas/ ajuda de custo	0,00	0,00	2.000,00	24.000,00
Salário	900,00	10.800,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Aposentadoria/ pensão	1.760,00	21.120,00	0,00	0,00
PNAE*	0,00	0,00	0,00	0,00
PAA*	0,00	0,00	0,00	0,00
Programas sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	5.638,63	67.663,60	6.509,17	78.110,00

Fonte: Pesquisa de campo

*Os valores dos dois programas, já estão inclusos na renda agropecuária.

Se levarmos em consideração as demais complementações de renda, estas variam de

67 a 78 mil reais ano. O quadro 9, a seguir, apresenta os motivos dessa diferença na produção e que, dadas as condições físicas e econômicas, o povo produz.

Quadro 9 – Projetos acessados 2012 a 2015 no assentamento Nova Conquista

Linha de créditos	Invest.	Custeio	SAF	Jovens	Mulher	PAA	PNAE	TOTAL
Valores contratados	90.000	50.300	225.000	0	100.000	136.000	42.000	643.300
Número de famílias	4	6	6	0	5	17	12	

Essas são as primeiras famílias a buscar novos créditos, fator que tem dado uma condição bem superior às demais. Sabemos que o crédito não é tudo, mas é necessário para impulsionar a produção camponesa. Entre 2012 e 2015, seis famílias implantaram: seis custeios, quatro projetos de investimentos, seis Sistemas Agroflorestais (SAF), nove projetos de investimentos, sendo que cinco desses se trata do Pronaf Mulher. No entanto, devido aos problemas burocráticos nas agências locais dos agentes financeiros, nenhum jovem conseguiu acessar o Pronaf Jovem. Em relação a outros acessos, das 19 famílias assentadas, 17 acessaram o PAA e, dessas, 12 também acessaram o PNAE, a partir de 2011. Quanto aos PAA e PNAE, podemos dizer que é o que tem garantido economicamente as famílias, principalmente aquelas que têm uma renda menor.

Os produtos mais comercializados pelos assentados, para serem entregues no PAA, eram também os mesmos que trabalhavam nas feiras, apenas com algumas alterações, devido à exigência do programa e à questão dos preços, que influenciava também. Ao perguntar sobre os produtos, percebemos que algumas famílias ainda permanecem com a cultura daqueles produtos que comercializavam na feira, outras já fizeram algumas mudanças devido aos preços serem divergentes com a realidade local, pois o município fica a 270 km das casas onde são feitas as pesquisas de preços para o programa. O quadro 10, a seguir, indica os produtos que as famílias mais comercializavam no PAA, em 2015.

Quadro 10 – Produtos que as famílias mais comercializaram no PAA em 2015

Agrupamentos de produtos	Nº famílias e %	
Verduras: couve, alface, cebolinha, coentro, pepino, tomate etc.	8	44.4%

Verduras folhosas e coco verde	1	5.6%
Todos os produtos: bastante variado	6	33.3%
Mandioca, maracujá, melancia, abóbora, coco verde	3	16.7%

Fonte: pesquisa de campo.

Observa-se que 50% das famílias tem a produção baseada em hortaliças folhosas, se considerarmos também a família que marcou folhas e coco verde. As demais são aquelas que gostam dos “produtos mais pesados” e de bom preço. As famílias que entregam produtos variados são aquelas que procuram um “jeitinho” para ganhar de todos os lados. Se uma coisa não produzir, outra produz. Acontece que não pode haver muitas substituições de produtos. “Até pode, mas a Conab não gosta de fazer, *enchem o saco* quando pedimos. Diz que o agricultor tem que ter planejamento. Planejar como nessa sequidão? As pessoas testam de tudo para sobreviver” (assentada, 56 anos, respondendo à presidente da associação). Ainda acrescenta outra assentada:

[...] se colocar que vai entregar coentro, mas foi a salsinha ou a cebolinha que saiu bem. Não pode fazer trocas. Isso aparece como desvios e na agricultura, plantamos de tudo. Algumas coisas saem bem, outras não. Às vezes o tempo tá bom para uma coisa, outra não. (Assentada, 32 anos).

Mesmo com algumas dificuldades e com o entrave da burocracia são observadas mudanças importantes na forma de produzir das famílias. Ao perguntar sobre as mudanças, depois do PAA, foi observado que 93,7% delas afirma que teve mudanças significantes, e que pode melhor organizar o trabalho familiar. Podemos concluir que em 100% dos casos houve mudança depois do programa, considerando que 6,3% disse que aumentou a renda, mas que tem dificuldade em participar da organização. Essa justificativa final está relacionada à participação nas reuniões e assembleias da Atranc.

Quanto à participação dos membros da família que trabalham no PAA, 77,8% afirma que há participação de toda família nos trabalhos, 11,1% somente a mulher e 11,1% somente os homens.

Constata-se que o PAA é uma atividade que absorve a mão de obra de todos da família, mas é um trabalho muito gratificante: “é um momento que reúne os membros da família, que contam casos, piadas, cantam”, diz um jovem assentado, 24 anos.

No entanto, existem casos em que somente a mulher e ou somente o homem trabalha no programa. Nos casos das mulheres, pelo fato de não haver contribuição dos filhos e esposo. “O programa é encarado como uma complementação de renda, ou seja, trabalho de

mulher, na cabeça deles” (Assentada, 56 anos). No caso dos 11,1% de homens que trabalha é porque mora sozinho e não tem outra contribuição de força de trabalho.

É bom frisar que o PAA é um trabalho no qual as mulheres tomam a frente quase sempre, principalmente, em Nova Conquista, onde trabalham muito com hortas. Para elaboração da proposta é preciso uma cota de 40% de mulheres e isso é garantido. E elas coordenam, administram e organizam esse trabalho com os demais membros da família, mas em alguns, casos permanecem o controle. É o homem que manda quando sai o pagamento.

Nota-se, através da observação e entrevistas, que o programa é, sem dúvida, uma das melhores iniciativas de política pública que já existiu para o campo. Através dele, os camponeses têm uma maior confiança na sua produção, sabem que terão garantia de mercado e assim poderão plantar com tranquilidade. Observa-se que houve uma mudança significativa no assentamento a partir de 2011. Nas entrevistas, 100% das famílias disse que a vida mudou depois do programa, que este contribuiu melhorando a renda, que agora plantam o que precisa ser entregue nos programas. Observe-se, também, a satisfação nas falas que seguem:

Trata-se de um programa que dá garantia de renda, que contribui com consumidores que desejam um alimento saudável. O mais importante no nosso caso, é que a comercialização é garantida, que sabemos quando podemos/devemos produzir e quanto irão receber pelos produtos produzidos. Isso dá uma garantia de renda mensal extremamente importante para o assentado. (Assentado, 43 anos).

Quem trabalha no PAA é minha nora e meu filho ajuda quando pode, pois ele trabalha empregado fora do assentamento. Esse programa é uma renda muito boa para a família, ajuda muito e temos fartura em casa. (Assentada, 74 anos).

Minha vida mudou muito depois do PAA. Posso plantar de tudo e sei que vou vender. Posso planejar melhor minha produção. Também participo do PNAE, assim a renda aumenta. Tendo onde vender a gente produz. (Assentado).

Na introdução desse estudo, buscamos referenciar a questão da pobreza, principalmente a pobreza rural, o descaso dos governantes para com o povo do campo. São significantes os estudos que buscam enumerar a pobreza rural. Exemplo conhecido foi o documento: “O Mapa da Fome”, elaborado em 2003, que tomou como parâmetro o custo da cesta básica para definir o número de famílias cuja renda não é suficiente para adquiri-la (PELIANO, 1993).

De acordo com esse critério, aproximadamente 54 milhões de pessoas foram considerados pobres, ou seja, 32% dos brasileiros. Mesmo que outras pesquisas, a partir do Programa Fome Zero, tragam outras referências à pobreza;

Usando como base o valor de um dólar por dia *per capita*, que é a linha de pobreza definida pelo Banco Mundial, os autores do Programa definiram o público

beneficiário do mesmo como: ‘aquela parcela da população que não possui renda suficiente para garantir sua segurança alimentar, estando, portanto, vulnerável à fome’ [...]. Um público potencial beneficiário de 44,043 milhões de pessoas, pertencentes a 9,324 milhões de famílias. Esta população pobre representa 21,9% das famílias e 27,8% da população total do país, sendo: 19,1% da população das regiões metropolitanas, 25,5% das áreas urbanas não metropolitanas e 46,1% da população rural. Em termos absolutos, representam, respectivamente: 9.003 milhões, 20,027 milhões e 15,012 milhões, para cada área de residência. (SILVA, BELIK e TAKAGI, 2001, p. 70-74).

Vimos que essas informações, inclusive as de 2001, mostram nitidamente que, mesmo não correspondendo ao maior número de pobres do Brasil, a pobreza que se apresenta no meio rural é bastante expressiva, uma vez que chega quase à metade da população do campo.

Voltando à nossa pesquisa de campo e aos objetivos desta análise, amparada por essas informações anteriores, podemos afirmar que os programas de transferência de renda, como bolsa família, PNAE e PAA, que são o foco deste estudo, dentre outros abraçados nos últimos governos, até mesmo a educação, voltada para o povo mais pobre do campo e da cidade, têm conseguido modificar bastante esta realidade. Entretanto, ainda há muito que fazer, como escreveu Graziano da Silva, tratando da questão da exclusão dada pelo crescimento agroindustrial:

Muito se tem falado e escrito sobre o ‘notável’ desempenho do ponto de vista produtivo da nossa agropecuária nessas décadas passadas, especialmente na crise dos anos 80. Mas, pouco se fala sobre o resultado do ponto de vista social desse modelo de crescimento agroindustrial excludente que aumentou ainda mais a concentração da renda e a proporção de pobres no campo. E quase nada se tem escrito sobre o que fazer com os excluídos, os ‘barrados do baile’, os descamisados, ou os pobres do campo ou qualquer outro nome que se dê a essa verdadeira população sobrando, marginal do ponto de vista das necessidades internas de acumulação do sistema. (SILVA, 1995, p. 127).

Talvez com menor ênfase que as colocadas em 1995, por Graziano da Silva sobre os pobres do campo e voltando a atenção para a análise do PAA, desenvolvida pela Atranc, no Assentamento Nova Conquista, pela satisfação das famílias depois de acessar o programa, é observado um investimento na qualidade de vida, com um poder melhor de compra, podendo-se ver nas “ainda” humildes residências³¹: eletrodomésticos, eletroeletrônicos, TV a cabo, carros, motos, computadores e aparelhos celulares de “última geração”, além de internet em 38% da residências.³² “O campo deixou de ser um lugar de atraso. Podemos ter as tecnologias que tem na cidade aqui também, diz a jovem assentada” (24 anos).

Ao dizer “lugar de atraso”, está se referindo ao preconceito em relação ao campo. Isso

³¹ As famílias de Nova Conquista nunca foram contempladas com o crédito Habitação. Até existem projetos do PNHR 2, mas sem retorno.

³² Pesquisa realizada pela pesquisadora em atividades da aula de tecnologia da comunicação

se deve às mudanças nas políticas públicas, ocorridas ao longo do tempo. O PAA é, sem dúvida, o principal elemento estruturante das condições elementares dessas famílias. “Um programa muito bom, sem tanta exploração do trabalho familiar, todos participam e todos lucram”, diz uma assentada, 28 anos. E outra senhora assentada continua: “Programa muito bom, nossa família é outra. Até os netos consegue ganhar um dinheirinho com as coisinhas que plantam. Todo mundo lucra e até comemos melhor. Os animais comem melhor, pois alimenta também do que sobra ou não vende na feira” (assentada, 74 anos).

No campo, não existe a ideia do desperdício, nada estraga. O camponês não diz que estragou um cacho de banana, que não vendeu, ele alimenta os porcos e galinhas, economiza na ração, no milho, na mandioca. Essa prática faz parte da cultura camponesa.

Podemos observar que as famílias estavam desmotivadas com a produção, além de produzir pouco, devido às condições econômicas que eram dadas, tinham dificuldade na comercialização como colocado anteriormente. Com o PAA elas deram um salto de qualidade, começaram a produzir mais alimentos, a partir da garantia da compra de seus produtos.

A avaliação do programa, pelas famílias, mostra que 66,7% avalia como muito bom, 5,6% como bom e 27,8% como regular. Estes últimos, que avaliaram como regular, são os que têm alguma dificuldade em relação às normas e modos de estruturação de preços de alimentos. Os números vão revelando a importância que possui essa política pública como incentivo à permanência dos camponeses no campo, e trouxeram a certeza da comercialização dos alimentos produzidos pelos agricultores, algo que não existia antes.

Para os camponeses entrevistados, do Assentamento Nova Conquista, o PAA contribuiu para uma maior facilidade na comercialização dos produtos. Outro fato mencionado por aqueles que vendem a sua produção em feiras livres é que não existe quantidade mínima para a venda dos produtos ao programa, ou seja, aqueles que em determinada semana não tiverem quantidade suficiente para irem às feiras, podem vender a sua produção para o programa. Isso porque a venda dos produtos na feira demanda custos de frete. Com a comercialização dos produtos para o PAA, o agricultor está isento deste tipo de custo e, também, contam com a comodidade de vender a sua produção na porta de casa.

Na opinião do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS)- com a participação da Secretaria de Agricultura, o PAA apresenta outros aspectos relevantes como:

- elevação da autoestima dos produtores;
- maior possibilidade de diversificação de alternativas de produção e trabalho;
- fortalecimento do espírito associativista;

- interesse pelas ações de qualificação profissional, como forma de melhorar o desempenho das atividades;
- acesso da população em situação de desvantagem social, a uma dieta alimentar de boa qualidade e quantidade;
- expressivo apoio às instituições sociais, que conseguiram com a economia gerada com a doação dos alimentos, melhorarem as condições físicas e estruturais para o atendimento à população, e
- redução significativa das carências nutricionais do público beneficiário.

4.3 As amarras das políticas públicas e os desafios a serem superados no PAA

Sabemos que todas as políticas públicas, principalmente no meio rural, foram sempre marcadas por lutas das organizações sociais para fazer valer o direito dos camponeses. No campo, a luta sempre foi travada em torno da infraestrutura geral e principalmente por créditos através do Pronaf. No entanto, a realidade tem mostrado que há uma grande disparidade entre a liberação de créditos para o campo e para o agronegócio, dificultando o desenvolvimento do camponês nos seus projetos.

A tabela 10, a seguir, mesmo com dados de 2006, mostra a participação da agricultura familiar na produção de alguns dos produtos mais consumidos pela população brasileira.

Tabela 10 – Produção da agricultura familiar e não familiar no Brasil – 2006³³

Produtos	Produção não familiar	Produção familiar	Participação da agricultura familiar (%)
Arroz em casca - (1.000 t)	6.484	3.204	33,1
Feijão-preto (1.000 t)	160	512	76,2
Feijão de cor (1.000 t)	595	685	53,5
Feijão-outros1 (1 000 t)	184	953	83,8
Feijão-total (1.000 t)	939	2.149	69,6
Mandioca (1.000 t)	2.006	9.907	83,2
Milho em grão (1.000 t)	22.555	18.873	45,6

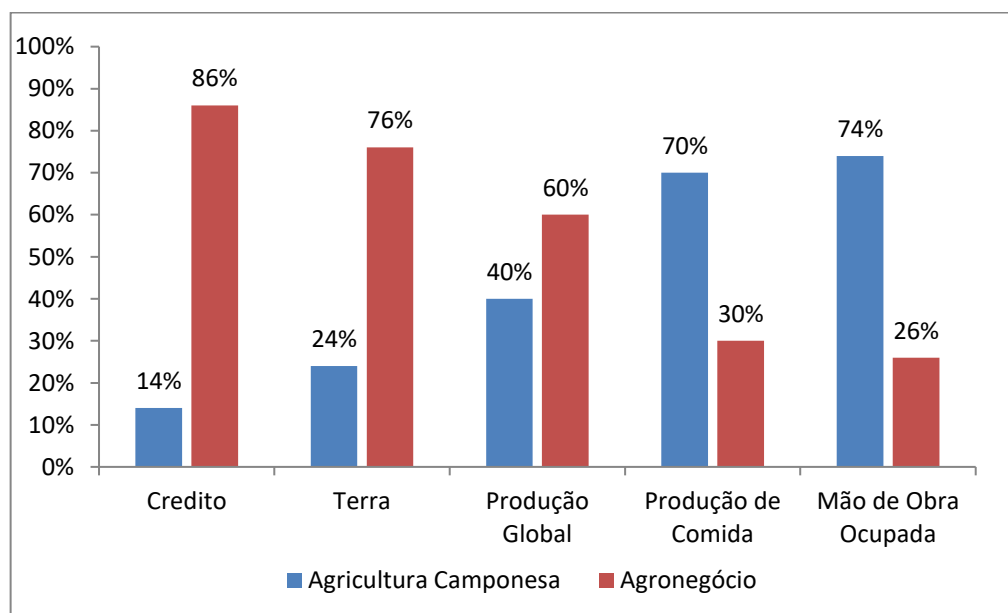
³³ Devido ter sido adiado o Censo 2016 e não haver dados mais atualizados, foi apresentado os de 2006 , último censo realizado.

Soja (1.000 t)	39.731	6.465	14,0
Trigo (1.000 t)	1.760	473	21,2
Café em grão (verde) (1000 t)	1.502	919	38,0
Leite de vaca (106 litros)	8.719	11.849	57,6
Leite de cabra (106 litros)	12	24	67,1
Ovos de galinha (106 dúzias)	2.231	451	16,2

Fonte: Censo agropecuário – 2006.

Nota-se que, em 2006, a agricultura familiar teve uma participação com 83,2% da produção de mandioca, 69,6% de feijão, incluído todos os tipos, 33,1% da produção de arroz em casca e 14,0% da produção de soja. Os dados ainda indicam que 29,7% do número de cabeças de bovinos, 51,2% das aves e 59,0% dos suínos pertencem à agricultura familiar, na qual trabalham 12,3 milhões de pessoas; ficando claro que, além de produzir alimento, ela ainda consegue empregar muito mais pessoas que o agronegócio, como esclarece no gráfico 7, a seguir.

Gráfico 7 – Comparativos da Agricultura familiar e do Agronegócio no Brasil



Fonte: Censo Agropecuário, IBGE - 2006.

Estes dados e outros estudos revelam que a produção alimentar no país tem sido uma atividade significativa exercida pelos agricultores familiares. Esta é responsável por parte

considerável da produção de alimentos no país.³⁴ Com menos terra e menos créditos consegue envolver 74% de mão de obra, enquanto o agronegócio é totalmente o inverso: mais créditos, mais terra e menos produção de alimento se comparado à agricultura familiar, além disso, sua atividade gera muito menos emprego. Nesse sentido, é de fundamental importância a valorização do trabalho que o camponês vem desempenhando nessa função imprescindível a todos.

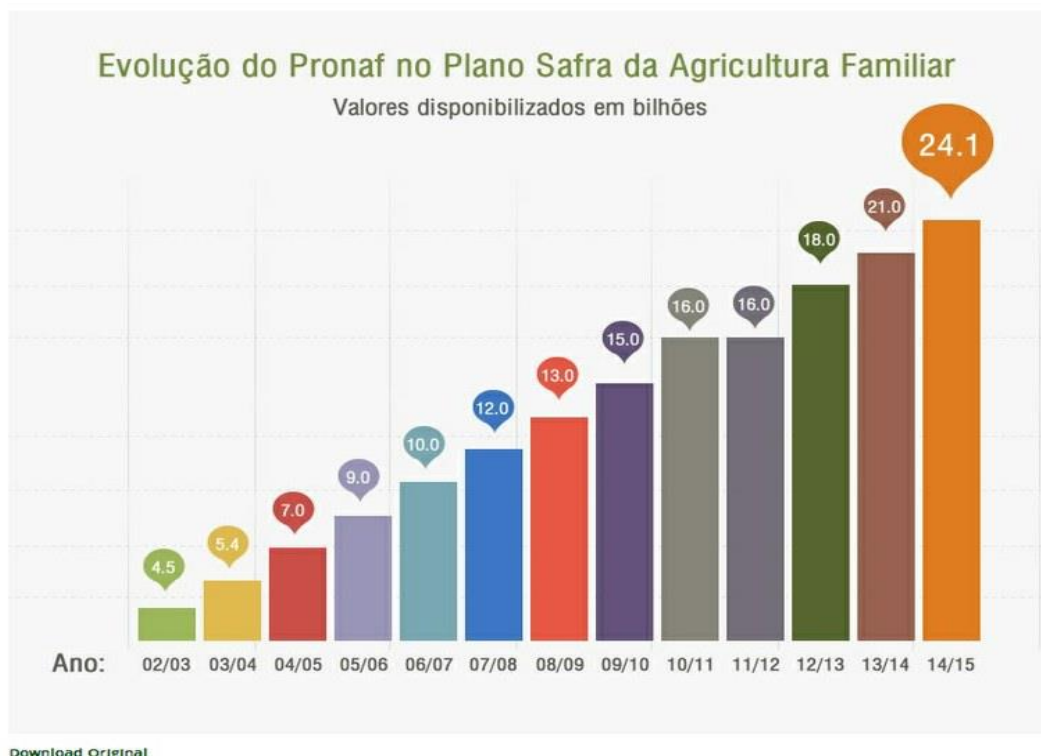
Ao pensar políticas públicas para reduzir as desigualdades sociais dos povos do campo é preciso reconhecer, de fato, quem produz.³⁵ Vale observar que a partir do Pronaf houve várias mudanças no campo brasileiro, porém ainda há muito que fazer, pois o recurso destinado à tradicional agricultura empresarial para a produção de *commodities* tem mostrado nitidamente a prioridade do governo federal, como afirmam os dados do PAP (2014/2015):

Para a safra 2014/15 foram disponibilizados R\$ 156,1 bilhões para o financiamento da agricultura empresarial, o que representa um crescimento de 14,7% em relação à safra anterior, sendo R\$ 112 bilhões para custeio e comercialização e R\$ 44,1 bilhões para investimento, cujos acréscimos são de igual magnitude ao das disponibilidades totais. Desses recursos, R\$ 132,7 bilhões serão aplicados com taxas de juros inferiores às de mercado. [...] Foi ampliado o apoio ao médio produtor, por meio do Pronamp, que contará com maior volume de recursos de financiamento (+ 27%), se situando em R\$ 16,7 bilhões e elevação nos limites de custeio e de investimento³⁶.

³⁴De acordo informações do Censo 2006 do IBGE. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 22 jun. 2015.

³⁵O Censo Agropecuário de 2006, retrata a agricultura familiar como responsável pela produção de alimentos como mandioca, feijão e milho, entre outros do país. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 22 jun. 2015.

³⁶Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/PAP%202014-2015.pdf>. Acesso em: 20/ fev. 2016>.

Gráfico 8 – Evolução do Pronaf no Plano Safra da Agricultura Familiar³⁷

Vale destacar aqui que nesse mesmo período o que foi liberado para agricultura familiar e camponesa é muito inferior ao valor liberado para a agricultura empresarial, como demonstra o gráfico 8 da evolução da agricultura familiar.

Essa desigualdade é vista na dificuldade que o camponês enfrenta no dia a dia para poder manter suas roças e seus compromissos. Isso foi observado claramente na execução do PAA que, mesmo com tantos avanços nos últimos anos, apresenta dificuldades que tem sido grandes amarras para organizações e famílias camponesas, que buscam o acesso e participam do programa.

Partindo das entrevistas e observações participativas, pode-se afirmar que as dificuldades mais citadas pelos camponeses, para participar do Programa, foram:

4.3.1 Exigência burocrática

Essas questões apontam para os principais gargalos que estão ocorrendo na

³⁷Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2014/06/recursos-do-pronaf-sao-contratados-por-98-dos-agricultores>>. Acesso em: 25 fev. 2016.

operacionalização do Programa de modo geral. Uma das grandes amarras citadas está relacionada aos padrões exigidos pela Conab quanto à burocracia inicial, mesmo que para uns seja pequena, porém, para o camponês que não tem orientação correta, passa a ser uma dificuldade. Há casos em que as exigências definidas na documentação e apresentação do produto a ser entregue, já excluem muitos camponeses no início do cadastramento. Em outros casos “fazem auditorias induzindo o camponês ou a associação a cair em contradição para bloquear o programa por motivos irrelevantes às vezes”, comenta um assentado, 57 anos. Outra assentada continua: “É um programa nosso, mas eles desconfiam de tudo. Claro que também têm assentados que dá motivos, mas a associação se encaminha de chamar atenção desses e dá as punições sempre que precisa”.

O que não tem acontecido por parte da Conab são orientações mais consistentes quando acontecem as mudanças normativas e, também, em todo o processo não pode haver nenhuma flexibilidade em relação à documentação e entrega dos produtos. Um exemplo claro, observado na documentação da associação, é que em 2014, a Atranc foi notificada porque deixou que duas famílias entregassem parte dos produtos para receber no mês seguinte, uma vez que seus blocos de produtores tiveram problema na gráfica e não podiam perder o produto.

Outro caso ocorrido, como afirma a presidente da associação (28 anos), foi ao fazer auditoria na Atranc,

[...] não pediram nenhum comprovante de pagamento das famílias. Mas ao visitar cinco famílias, verificaram que quatro dessas, afirmaram que receberam os pagamentos e apresentaram recibos. Uma família disse não ter mais os comprovantes, pois já os havia perdido, mas que recebia os pagamentos certinhos. Mesmo assim a associação foi notificada, por não apresentar comprovantes de pagamento. Foram suspensas as entregas por 15 dias até que justificássemos o acontecido.

Essa burocracia não está relacionada somente no que diz respeito ao agricultor camponês, ela está relacionada, principalmente, à organização fornecedora, no caso aqui a Atranc. Precisa estar munida de toda documentação de registro, além de: certidões negativas ou respectivos extratos vigentes junto ao INSS, FGTS, Dívida Trabalhista, Dívida Ativa da União, Receita Federal, e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis).

4.3.2 Conformidade entre o calendário do Programa e a produção na região

Embora o PAA tenha uma visão que considera a sistemática de aquisição dos produtos

da agricultura camponesa, com as diferenças regionais e realidade do campo, na sua forma operacional, isso não vem ocorrendo. De acordo com os próprios beneficiários, a comercialização é um dos aspectos centrais do Programa. Na realidade, o PAA tem como foco, justamente, essa etapa da cadeia produtiva, no entanto ela é um dos principais gargalos para a agricultura camponesa.

Como já observado, no processo operacional do Programa, não existe harmonia entre o calendário agrícola e a liberação de recursos. “Esse povo demora demais liberar o dinheiro. A gente planta perde tudo, quando aprova já é meses muito quente e quase não dá para produzir as folhas” diz uma assentada, 58 anos. De acordo os assentados, houve muitos casos em que os agricultores perderam a produção aguardando que as propostas fossem aprovadas. “Eles demoram muito para liberar o dinheiro quando faz os projetos novos. A gente fica esperando e às vezes perde toda a produção achando que vai aprovar logo, principalmente eu que trabalho mais com folhas e temperos” (assentado, 64 anos). Além dessas questões colocadas, os aspectos conjunturais, como já citados anteriormente, alteram totalmente os planejamentos de produção dos camponeses.

4.3.3 Sazonalidade da produção e o período de estiagem

É importante frisar que para algumas famílias mais frágeis, existe uma dificuldade na produção quanto aos planejamentos de plantios em relação à quantidade e períodos sazonais, devido ao desencontro entre o calendário do PAA e a produção na região que, por sinal, vem de um histórico de estiagens ao longo dos anos, descontrolando o modo camponês de produzir através de seus conhecimentos.

Um bom exemplo: a região norte do Espírito Santo vem sofrendo um grande período de seca, tendo que atender a um decreto que proíbe a irrigação, mesmo para aqueles que ainda têm um reservatório de água. Esse “fator natural” veio comprometendo as estimativas de produção e a perda das safras, tornando-se um dos principais problemas destacados pelos agricultores.

De acordo José Geraldo Ferreira da Silva, pesquisador do Incaper, no Setor de Meteorologia³⁸,

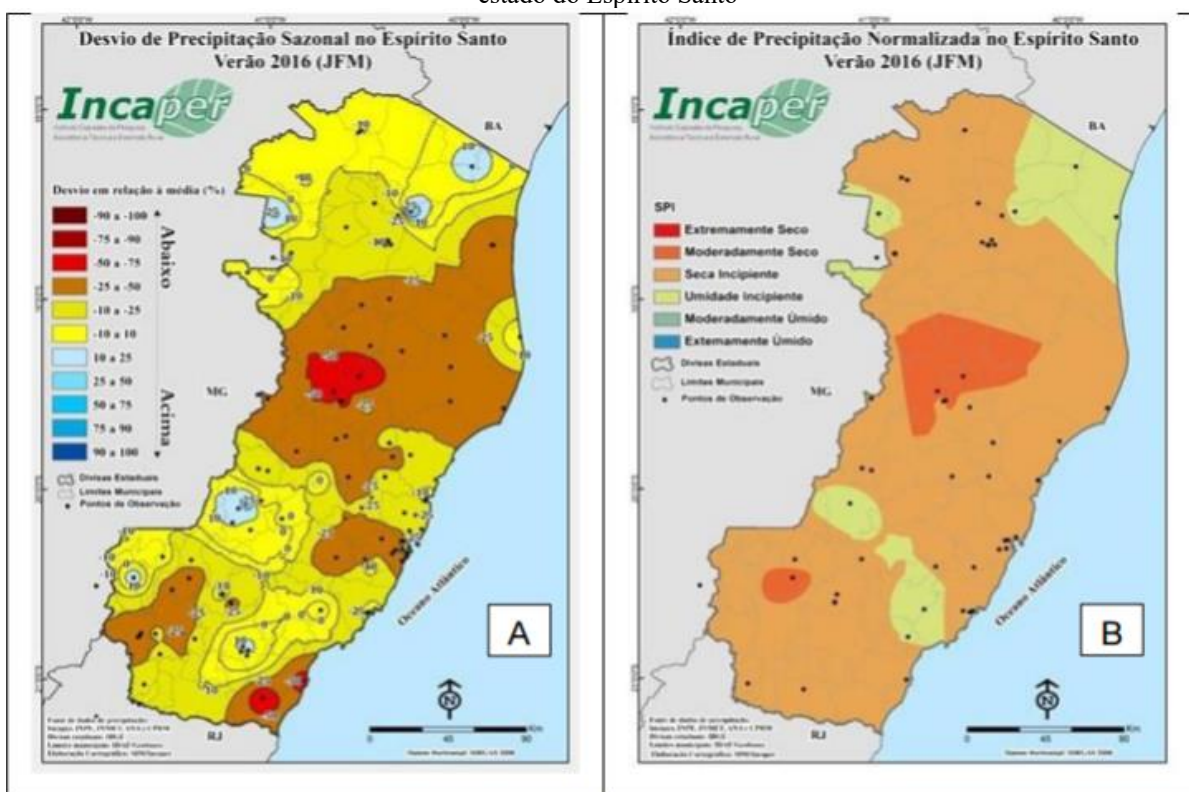
O Estado do Espírito Santo vem sofrendo com a precipitação abaixo da média desde

³⁸ Balanço das chuvas de janeiro de 2014 a junho de 2016. José Geraldo Ferreira da Silva, pesquisador do Incaper, Setor de Meteorologia; jgerado@incaper.es.gov.br.

2014, e com isto, vem acumulando déficit, que tem proporcionado diversos problemas de ordem econômica, social e ambiental. Não podemos nos esquecer que 2013 foi considerado um ano razoável do ponto de vista da precipitação pluviométrica, mas isto se deve ao fato de que as chuvas foram muito concentradas no mês de dezembro, e nos demais meses do ano ocorreram também chuvas abaixo da média histórica. (SILVA, 2016, p. 1).

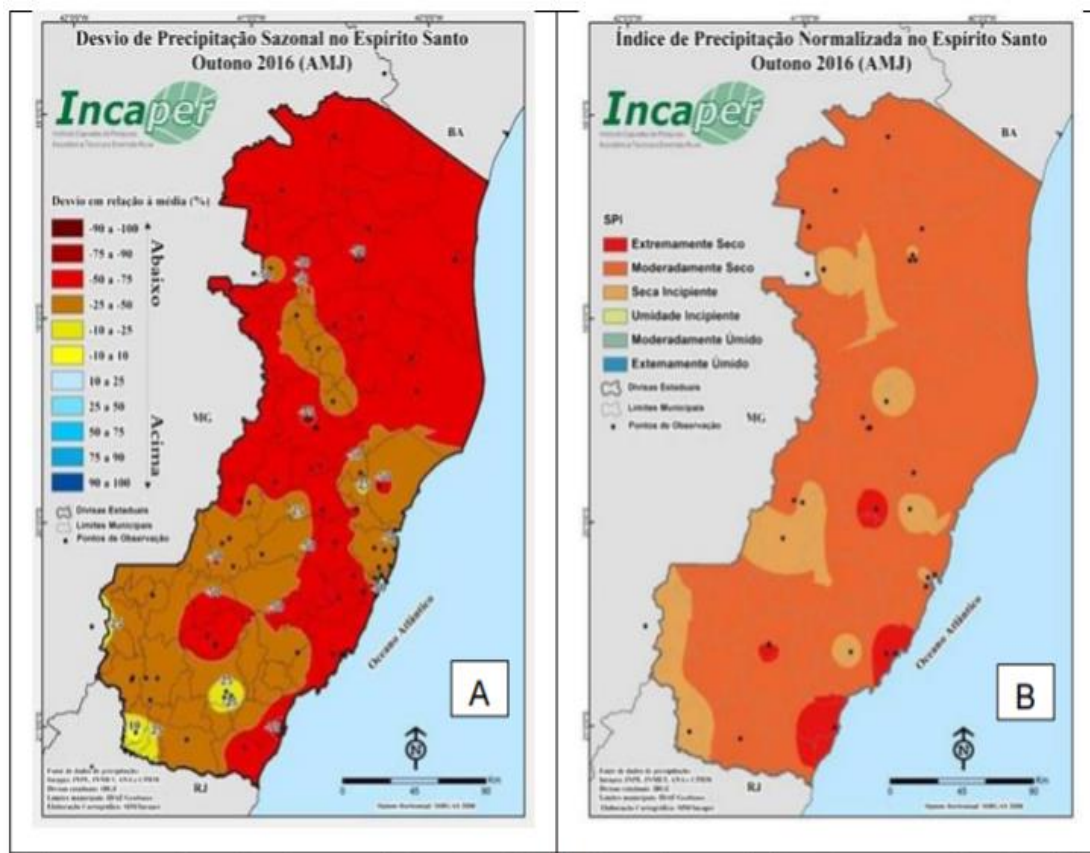
O pesquisador ainda apresenta, nas duas figuras que seguem, a situação das precipitações na região norte do Espírito Santo. Podemos observar que a região centro norte do estado foi onde menos choveu no período considerado.

Figuras 8A e 9B – Desvio da precipitação (A), Índice de precipitação normalizado (B), no verão de 2016, para o estado do Espírito Santo



De acordo o pesquisador é possível notar na figura 9B o mapa da distribuição do índice de precipitação padronizada (SPI) para o verão de 2016. Observa-se que em boa parte do estado, a classificação quanto ao SPI foi “seca incipiente”, ou seja, as chuvas ainda permaneceram abaixo da média.

Figura 9A e 10B– Desvio da precipitação (A), Índice de precipitação normalizada (B), no outono de 2016, para o estado do Espírito Santo



Fonte: Incaper-ES, 2016.

Na figura 10A, em todo o norte do estado e em algumas partes da região sul, registrou-se um desvio negativo da precipitação maior do que 50%. Nas demais regiões do estado, verifica-se que este desvio permanece negativo, variando entre 25 e 50%. Na figura 10B, verifica-se que, praticamente, todo o estado ficou com a classificação quanto ao SPI como “moderadamente seco”, porém, pode-se observar algumas pequenas áreas isoladas, classificadas como “seca incipiente” e “extremamente seca”:

Este cenário vem culminando em perda de produtividade a cada safra e se agravando ao longo do tempo, pois as plantações, sem água, perdem seu vigor e a capacidade de se preparar para a safra do ano seguinte. A baixa produtividade das lavouras, de maneira geral, tem provocado prejuízos econômicos tanto por parte dos produtores, quanto por parte do setor público, devido à queda acentuada na arrecadação dos impostos. Em decorrência, os produtores endividados não conseguem honrar com seus compromissos e até mesmo os obrigam a demitir seus colaboradores. O setor comercial também é afetado, pois não consegue vender e em muitos dos casos não consegue receber o que foi vendido sob forma de crédito. Nesta situação, encontra-se também o setor bancário, pois com a queda na produtividade os produtores não estão conseguindo arcar com seus compromissos junto a estas instituições. (SILVA, 2016, p. 6).

O relatório do Incaper traz, claramente, um apanhado para um melhor entendimento do que está acontecendo nos últimos anos. Voltando a atenção para o assentamento Nova Conquista, que se encontra em uma dessas áreas críticas das estiagens, agricultores do PAA tiveram em 2015 que devolver recursos para a Conab, devido à dificuldade de produzir ou à produção insuficiente e, nesse início de 2017, persiste o mesmo problema.

4.3.4 Assistência técnica para orientação, planejamento e acompanhamento da produção

Outro aspecto relevante observado, que dificulta o desenvolvimento é que não existe assistência técnica pública para camponeses, o que seria essencial para contribuir na capacitação e planejamento de produção dos agricultores. Foram destacadas, também pelos produtores, algumas dificuldades institucionais, como a necessidade de ações mais articuladas, principalmente em relação à assistência técnica e ao crédito rural, visando resolver problemas vinculados ao processo produtivo. “Se a gente tivesse acompanhamento técnico podíamos produzir melhor e no tempo certo. As coisas já não produzem hoje, como antigamente produzia” diz uma assentada, 47 anos.

Dentre os aspectos negativos, destacam-se as dificuldades para a operacionalização de um programa em que o público-alvo – a agricultura familiar camponesa – demanda ações mais articuladas, capazes de desobstruir os entraves existentes em todo o processo produtivo, como no caso da falta de assistência técnica.

4.3.5 Unidade de medidas e os preços dos produtos

Em relação aos preços no PAA, mesmo que funcione como um mecanismo de sustentação e de garantia, tem sido uma insatisfação para alguns camponeses que os consideram injustos. Isso acontece devido à escolha dos produtos na hora de planejar o que vai entregar. Há aqueles produtos que têm cotações mais constantes de mercado como a banana, a melancia, o maracujá, a abóbora, o coco, dentre outros. Estes sempre tiveram preços satisfatórios para aqueles camponeses, que tem a prática de sua produção.

A insatisfação vem das famílias que produzem as hortaliças, principalmente as folhosas. Os preços desses produtos são bastante inferiores aos preços do mercado local e dos municípios vizinhos, que têm uma realidade histórica marcada por estiagens prolongadas, o que dificulta a produção, além de também elevar o custo ao produzir.

Mesmo que o programa venha dando uma grande contribuição às famílias, que vivem em vulnerabilidade social nos meios urbanos e às famílias camponesas, que tiveram no programa uma condição de melhor organizar e comercializar sua produção excedente, têm surgido algumas dificuldades em relação às alterações que foram acontecendo no programa, principalmente em relação aos preços, pois a Conab passa até dois anos sem fazer atualizações. Ela faz, de tempos em tempos, uma pesquisa de preços nas Centrais de Abastecimento S/A (Ceasa/ES), que ficam a mais de 270 km do norte. Essas têm como principais abastecedores, agricultores que produzem em escala e estão localizados nas regiões mais frias do Estado, proporcionando a produção e preços em atacado.

A partir de 2013, a gestão das propostas de PAA passou a ser em um sistema *on line*, chamado de Paanet, com orientação digital. Nesse sistema foram padronizadas as diferentes formas de medidas praticadas pelos agricultores, sendo, o quilograma, a medida padrão. Os agricultores não têm mais a opção de usar outras formas de medidas, ficando as famílias obrigadas a se enquadrarem nessa prática de comercialização, que não faz parte de sua cultura regional e local, pois usam como unidade de medida a dúzia, a arroba, o litro, o quilo e a “unidade” como “pequenos molhos”. Essas são as mais usadas para pequenas comercializações, principalmente, nas feiras livres, mercados e supermercados locais e regionais.

Figura 10 – PAANET proposta e relação de produtos

The screenshot displays the PAANet Proposta application window. The title bar reads "PAANet Proposta". The menu bar includes "Arquivo" and "Ajuda". The header section features the "PAANet" logo, the text "Programa de Aquisição de Alimentos" and "Módulo Proposta CPR-Doação", and the "Conab" logo. Below this is a tabbed interface with five tabs: "01 PROPONENTE", "02 PRODUTOS" (selected), "03 PARTICIPANTES", "04 DADOS ESPECÍFICOS", and "05 RESUMO". The "Relação de Produtos" section is active, showing a table of products with columns for "Produto", "Unid. de Com...", "Preço unitário", "Peso líquido...", "Quantidade", "Valor total", and two action buttons: "Alterar" and "Excluir".

Produto	Unid. de Com...	Preço unitário	Peso líquido...	Quantidade	Valor total	Alterar	Excluir
ABÓBORA > ...	1 KG	1,5000	1,0000	18.571	27.856,50	Alterar	Excluir
ABÓBORA > ...	1 KG	1,5700	1,0000	1.484	2.329,88	Alterar	Excluir
ALFACE > (CL...	1 KG	1,8100	1,0000	1.612	2.917,72	Alterar	Excluir
BANANA > D...	1 KG	1,6200	1,0000	7.294	11.816,28	Alterar	Excluir
BANANA > EX...	1 KG	1,3800	1,0000	7.010	9.673,80	Alterar	Excluir
BERINJELA > ...	1 KG	1,1200	1,0000	1.800	2.016,00	Alterar	Excluir
CEBOLINHA >...	1 KG	3,1500	1,0000	2.490	7.843,50	Alterar	Excluir
COCO > SECO	1 KG	2,0900	1,0000	1.300	2.717,00	Alterar	Excluir
COCO > VERDE	1 KG	0,6200	1,0000	26.798	16.614,76	Alterar	Excluir

Below the table, there is a "Total" section showing "Valor total: 215.999,70". A button labeled "Adicionar Produto" is located to the right of the table. At the bottom of the window, the footer text reads "Conab | Companhia Nacional de Abastecimento - Versão 2.17 de Maio/2016". Navigation buttons "Anterior" and "Proximo" are also present.

No início do programa, em 2011, as famílias entregavam esses produtos de acordo com a prática no comércio local, usando no caso dos temperos: o molho de coentro, de cebolinha e de salsa, com uma média de 200 gramas cada; no caso da couve e da taioba, os molhos com média um pouco maior, como eram vendidos nas feiras. A alface, rúcula, chicória eram comercializadas por “pé”. Claro que, nesse caso, precisaria um pé bem formado, que não deveria pesar menos que 350 gramas.

Figura 11 – Produtos conforme as famílias entregavam no PAA



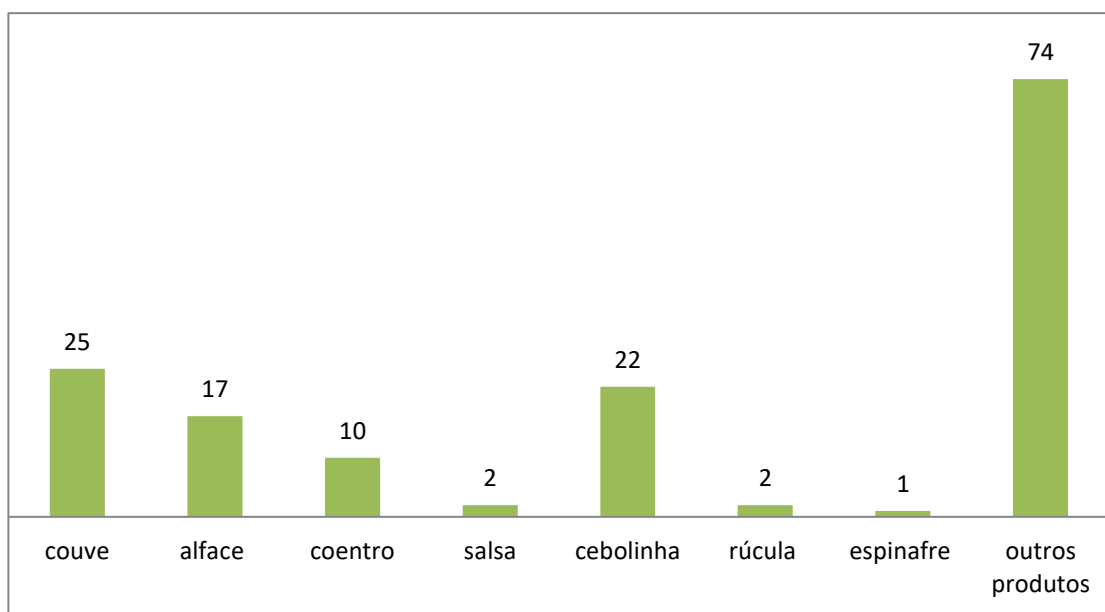
Figuras meramente ilustrativas.

Fazendo essa comparação de preços, praticados pela Conab no PAA, pode-se dizer que não eram ruins. O que atrapalhava era essa padronização nacional em realidades regionais e locais de unidades de comercialização. Ocorre que a estratégia de comercialização direta pelo PAA foge das características da realidade vivenciada pelo campesinato, provocando uma espécie de alteração cultural, para atender uma necessidade meramente econômica. Ou seja, praticando agricultura para atender à burocracia imposta pelas normativas do programa. O que foge de sua principal estratégia, que é produzir mantimentos para melhorar a alimentação camponesa em qualidades, diversidades e variedades, para alimentar o público-alvo.

O que acontece no PAA? As famílias querem produzir aquilo que lhes traga retorno econômico e mais rápido. Vão deixando de produzir as verduras folhosas como é de costume, optando por produzir aquelas culturas agrícolas, que lhes são convenientes economicamente, gerando, assim, maior renda com menor tempo e trabalho.

O que aconteceu na proposta ES/02/20150002? Muitos camponeses consultaram, antes, os preços em vigor e dos 74 camponeses, que estão na proposta, irão entregar 74.872 kg de coco verde; 26.781 kg de maracujá; 37.450 kg de aipim; 33.373 kg de melancia; 27.500 kg de abóbora; 20.000 kg de milho verde na palha, além de outros produtos. Enquanto o espinafre será entregue nas quantidades: 399 kg; a couve 5.507 kg; o coentro 1.869 kg; a cebolinha 4.841 kg; a salsa 100 kg; a rúcula 400 kg; a alface 6.320 kg, sendo este último, um produto que todas as famílias consumidoras demandam, mas, nesta situação, correndo o risco de não ser mais produzido, em função de os produtores optarem por produtos mais pesados e mais fáceis de serem produzidos, ficando no prejuízo os consumidores, como demonstra o gráfico 9.

Gráfico 9 – Famílias que entregam verduras folhosas no PAA



Fonte: Dados extraídos da pesquisa de campo da autora, 2015.

Das 74 famílias que participam do PAA, somente 17 delas entregam alface, 25 entregam couve, 22 cebolinha, uma família entrega espinafre e duas famílias entregam salsa. Nenhuma das famílias entrega somente verduras folhosas e nenhuma delas entrega mais do que 800 quilos de cada um desses alimentos folhosos. Ou seja, 18% das famílias entregam verduras folhosas, além disso, em pouca quantidade e, devido à estiagem, algumas estão

pedindo substituição dos produtos.

A figura 13 retrata momentos onde é conferido o peso dos produtos pela entidade recebedora. Momento este de alegrias e de insatisfações, pois é nesse período que percebem que o fruto do trabalho tem valores bastante diferentes, mesmo tendo sido produzido com os mesmos prazos de semeadura até a colheita, no caso da melancia, cebolinha, couve e alface e outras.

Figura 12 – Entidade recebedora acompanhando o peso dos produtos.



Fonte: Arquivo da pesquisadora.

As verduras folhosas exigem um cuidado constante, todos os dias. No caso da alface, o período é de 60 a 70 dias do replantio, até a colheita; em caso de inverno mais rigoroso se prolonga por até 80 dias para estar no ponto de colheita. “A cultura da alface (*Lactuca sativa* L.) é largamente difundida em todo o Brasil, sendo considerada a hortaliça folhosa mais consumida em todo o território nacional, tendo destaque como cultura de grande importância econômica e alimentar”, afirma P. E. V. Assunção³⁹ (2013, p. 1).

Como a unidade de medida é o quilo, vale ressaltar que tomando como unidade material: mil pés de alface, o que equivale, em média, a 350 kg como afirma Furlani (1998), precisa-se de muito trabalho até chegar a essa produção, ou seja, tomando o valor de 350 kg x R\$ 2,15 = R\$ 752,00. No entanto, sabe-se que é possível produzir alface de até 500 gramas,

³⁹ Disponível em: <www.scienciaplana.org.br>.

mas dificilmente todos os pés terão essa uniformidade.

4.3.6 Comercialização, beneficiamento e regularização sanitária

Sabe-se que a agricultura camponesa é responsável por grande parte da produção de alimentos no Brasil. No entanto, os camponeses familiares ainda enfrentam diversos desafios, principalmente quanto à comercialização de seus produtos, devido à influência de intermediadores que impõem preços irrelevantes aos camponeses. A comercialização, historicamente, tem sido um gargalo na agricultura camponesa e um desafio para os assentamentos de reforma agrária, em razão da dificuldade no processamento de seus produtos.

O beneficiamento dos produtos da pequena agricultura seria de suma importância para os camponeses, por causa da agregação de valores e, conseqüentemente, aumento da renda dos produtores. Ao longo da história do campesinato, muitos produtos foram transformados em alimentos processados culturalmente, através de uma receita especial, um tempero, ou aquele toque da vovó que ninguém esquece. Era o biscoito de polvilho, o beiju, o óleo dendê, o delicioso espaguete, o colorau, o fubá de milho, o doce de leite, o queijo e o requeijão, dentre outros.

No entanto, no processo conceitual da agricultura familiar e camponesa, que buscamos referenciar na introdução deste estudo, já percebemos que esse perfil camponês, de que estamos falando, não se enquadra nas exigências para beneficiamento e regularização sanitária impostos hoje em dia, referentes aos alimentos, até porque o campo tem sido um território invisível para execução de políticas públicas de agroindústrias ou espaços de beneficiamentos coletivos. Quando isso acontece, é barrado pelas leis, passam anos para se adequar e se não consegue, a família desiste do projeto familiar.

A legislação brasileira de produção de alimentos é totalmente inadequada, excludente e injusta com os segmentos sociais organizados, que têm dependido de passar por esse processo. O marco legal da produção de alimentos é definido por uma série de leis, decretos e normas, que compõem o sistema sanitário brasileiro. Este estabelece as regras para o processamento e consumo de alimentos seguros, quer dizer, tem o papel de determinar o que é seguro para ser consumido por uma parcela da população. “Porém, o que vem determinando o padrão de segurança do alimento, é a esterilização e homogeneização nos processos de produção e transformação alimentar” (NOLETO, s/d).

O que tem acontecido é uma inversão completa dos valores socioculturais, pois acaba privilegiando uma indústria globalizada, em detrimento da cultura e da extensa diversidade alimentar brasileira. Em Nova Conquista essa é uma questão que aparece na avaliação das famílias, que aos poucos vão mudando o modo de produzir, em função dessa imposição. Dentro do PAA, ao longo desses cinco anos, já houve várias iniciativas como uma assentada comenta:

No início podíamos entregar farinha, biscoito, beiju, colorau até polpa de maracujá, agora não podemos mais entregar, pois não temos nem mesmo casa boa para morar, como vamos montar toda essa estrutura que eles exigem? Sempre comemos e vendemos nossos produtos na feira e nunca tivemos problemas. (Assentada, 52 anos).

As famílias de Nova Conquista têm uma farinheira nova, mas com um histórico de implantação de nove anos. Ainda não foi inaugurada e está funcionando improvisada, pois não dá para ficar esperando que o Estado venha fazer as adequações. As famílias foram impedidas de comercializar farinha no PAA, por não atenderem aos requisitos sanitários exigidos. Mas essa farinha é vendida na feira local e para atravessadores. São essas imposições do sistema que, aos poucos, vão levando os camponeses a outra lógica de produção, bem como outro pensamento.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Chegamos ao final desta pesquisa, porém isso não quer dizer que o tema das políticas públicas e do PAA tenha se esgotado, até porque, a conjuntura que está mudando a cada dia irá demandar estudos mais sistemáticos sobre o futuro deste programa e das políticas públicas de modo geral.

Fazendo uma retomada do que foi proposto inicialmente, foi possível chegar a um melhor entendimento da vida das famílias do Assentamento Nova Conquista no primeiro capítulo, buscando trazer presentes entendimentos essenciais da questão da migração do povo capixaba, da questão agrária, da questão territorial, da conflitualidade e do processo migratório do campesinato, enfocando o Espírito Santo, bem como o entendimento da formação desse camponês sem-terra capixaba.

Ainda, retomando os objetivos iniciais do trabalho, foi possível organizar a história do assentamento trazendo a trajetória de vida e caracterização dos sujeitos estudados, apresentando as diferentes fases de negociação da conquista da terra, no contexto da implantação dos grandes projetos do agronegócio, da expropriação, empobrecimento e do surgimento da luta pela terra, até a conquista do assentamento. Este levantamento da memória histórica foi de muita relevância para a pesquisadora e, com certeza, será fundamental para as futuras gerações.

E por último, vale ressaltar que, apesar da complexidade, os objetivos foram atingidos, pois tratamos especificamente da questão do PAA no âmbito das políticas públicas, trazendo a identificação dos impactos, avanços sociais e econômicos, o que chamamos de amarras, e as possibilidades de superação no processo de resistência no campo; seu contexto de criação, ato de criação, artigo, lei, atualização da lei, regulamentação de decreto, alterações e regulamentações de resoluções e normativas do grupo gestor.

O PAA, pela sua abrangência, cumprindo a sua principal função, enquanto política pública, tanto para o camponês, quanto para os beneficiários consumidores do meio urbano, dificultou uma avaliação mais detalhada *in loco*, justamente do público pesquisado, pois têm medo que acabem como o programa, como argumenta uma senhora assentada, quando diz que: “o programa tem umas coisas que não está bem, como a questão dos preços e do peso, a desconfiança na gente, mas antes nem isso a gente tinha, o pior é reclamar demais e perder tudo” (Assentada, 36 anos).

Quanto a esta questão, observamos que os beneficiários consumidores também têm

essa preocupação de que o programa venha a acabar, como afirma essa beneficiária consumidora: “Nossa, a gente não tem nada a reclamar. Nem quero imaginar se esse programa acabe, pois tem famílias aqui que vive somente desses produtos, não recebem mais bolsa família e devido à seca, não arruma emprego, tudo que recebemos é bem-vindo” (Agente comunitária, 53 anos).

Esse medo se iniciou a partir do golpe político vergonhoso que o governo Dilma e os trabalhadores, destacando aqui os do campo, sofreram no último ano. Mas vale elencar que, mesmo durante o governo Lula e nos últimos anos com Dilma, pouco foi feito pela reforma agrária e poderiam ter realizado mais no que tange às políticas sociais. Com o governo golpista, as coisas só pioraram, pois, as ações do extinto MDA e a fusão com o MDS foram transferidas para o recém-criado Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário – (MDSA), pelo governo golpista de Michel Temer.

Esse retrocesso nos direitos conquistados pelos trabalhadores do campo, ainda foi mais prejudicado, uma vez que as atribuições do extinto MDA, juntamente com o Incra, saíram do MDSA e foram transferidas para a Casa Civil. Esse procedimento do governo golpista reafirma que, a reforma agrária e as conquistas sociais e políticas institucionais para o fortalecimento da agricultura familiar já adquiridas, não terão vez. Não se pode esperar nada, que não sejam represálias aos movimentos sociais, que se mobilizam contra o golpe.

Retornando ao PAA, pode-se dizer que este tem sido um programa que cresceu muito no país e vinha acontecendo muitas lutas para que se tornasse uma política pública. Nessa perspectiva, alguns autores têm destacado a necessidade do PAA se tornar uma política de Estado e não apenas de Governo, uma vez que uma política de governo resume-se a um ou dois mandatos, enquanto uma política de Estado tende a ser permanente, assim como aconteceu com o PNAE. Vale ressaltar o empenho de alguns parlamentares para a consolidação da lei, mas que foram em vão devido à força da direita, que já estava tramando pelo fim do programa, usando como estratégia a difamação deste e das organizações sociais.

O Golpe continua em crescimento, não somente sobre o PAA, mas sobre todos os direitos e políticas públicas conquistados, principalmente, com a criminalização da reforma agrária e dos dirigentes dos movimentos sociais e, principalmente, do MST.

O que se sabe é que o programa está reduzindo orçamento, aos poucos, como afirma um dirigente do MPA que compõe o Conselho do programa pelas organizações sociais:

Está acontecendo uma morte lenta, reduzindo os recursos, frustrando os camponeses e suas organizações, não se sabe quando vão publicar a nova tabela de preços, não

tem perspectiva de recurso. Vai ser uma briga das organizações. Temos demandas de vários municípios. Decidimos que vamos atualizar os projetos e vamos pra cima, empanturrar a Conab de projetos, pressionar o governo e continuar as lutas para liberação. (Dirigente do MPA, 42 anos).

A incerteza com relação à continuidade do programa ou mesmo a renovação do PAA foi um dos aspectos mais lembrados pelos produtores, que gera uma situação de insegurança em termos de novos investimentos nas atividades agropecuárias. O programa tem se tornado a principal fonte de renda, movimentando economicamente as comunidades de fornecedores e recebedores, os municípios e o comércio local, que terão um grande impacto se o PAA acabar.

Além dessas limitações, o programa enfrenta outras dificuldades, como: a falta de articulação entre as políticas públicas, o acesso ao crédito rural (Pronaf), que no momento está suspenso, e a falta de assistência técnica, que é fundamental na hora de se decidir pela continuidade ou não das atividades agropecuárias, bem como pelos produtos a serem cultivados.

Uma consequência importante dessa aproximação entre a demanda das entidades assistenciais e os produtores de alimentos diz respeito à intensificação das relações e das articulações entre campo e cidade, na perspectiva do fortalecimento das organizações sociais. “Precisamos dialogar com os demais segmentos da sociedade, com as organizações sociais receptoras dos produtos e todos os camponeses, para que entrem na luta com a gente” reforça o dirigente do MPA, 42 anos.

Com certeza, somente a luta organizada será capaz de reverter este quadro em relação ao programa e às políticas públicas de modo geral. Neste trabalho, demos ênfase às amarras das políticas públicas, no caso do PAA, no Assentamento Nova Conquista. Percebemos agora que, apesar das limitações que chamamos de amarras, como: a questão sanitária, a assistência técnica, o beneficiamento, a comercialização, a burocracia e a questão da unidade de medidas e peso são somente desafios a serem superados. A limitação dos recursos e, provavelmente, a extinção do programa está sendo e será o maior retrocesso para todos os que lutaram e lutam para a continuidade e melhoramento da vida do povo do campo e da cidade.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo; Rio de Janeiro; Campinas: Editora Mussite, Anpocs, Unicamp, 1992.
- ALENTEJANO, P. O sentido da reforma agrária no Brasil dos anos 90. **Cadernos do CEAS**.
_____. **Uma abordagem a partir da Geografia**. Disponível em:
<https://www.google.com.br/webhp?sourceid=chromeinstant&rlz=1C1VFKB_enBR627BR627&ion=1&espv=2&ie=UTF8#q=Quest%C3%A3o+agr%C3%A1ria+no+Brasil+atual%3A+uma+abordagem+a+partir+da+Geografia+Paulo+Alentejano>. Acesso em: 20 maio 2014.
- ANDRADE JÚNIOR, Remy C. de. **O Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (Cooarpa)**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Porto Alegre, UFRS, 2009.
- BARTRA, Armando. **Os novos camponeses: leitura a partir do México profundo**. São Paulo: FEU, 2011.
- BERGAMIM, Marcia Cristina. **Agricultura Familiar no Espírito Santo: constituição, modernização e reprodução socioeconômica**. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2004.
- BODERNAVE, Juan E. Diaz. **O que é participação**. São Paulo: Brasiliense, 1992.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- BRANDÃO, Carlos R. Pesquisar-Participar. In: BRANDÃO, Carlos R. (org.). **Repensando a Pesquisa Participante**. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- CARVALHO, Horácio Martins. **Comunidade de resistência e de superação**. Curitiba: Peres, 2002.
- _____. **O campesinato contemporâneo como modo de produção e como classe social**. Curitiba: Scribd, 2012.
- CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome**. Rio de Janeiro: Editora O Cruzeiro, 1946.
- CHAYANOV, Alexander V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1974.
- DATALUTA **Banco de Dados da Luta pela Terra**. Relatório Brasil 2014.
- DELGADO, Costa Guilherme; THEODORO, Mário. Desenvolvimento e Política Social. In: JACCOUD, Luciana (org.). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: Ipea, 2005.
- _____. A realização da Produção na Reforma Agrária. In. ABRA. **Política agrária no**

Governo Lula, v. 32, n. 1, agosto/dezembro 2005.

DEMO, Pedro. **Metodologia do Conhecimento Científico**. São Paulo: Atlas, 1981.

_____. **Pobreza e política**. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1991.

EMBRAPA. **Cultura do Coqueiro**. Disponível em <http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Coco/ACulturadoCoqueiro/aspetos.htm>. Acesso em: 26 jun. 2015.

ESCOBAR, Arturo. *La dispersión del poder: Fábulas de hambre y alimento*. Bogotá: Norma, 1996.

FASE. **A monocultura do eucalipto em Conceição da Barra**. Vitória, 2002 (mimeografado).

_____. **Projeto Carvoeiro Cidadão**. Vitória, 2000 (mimeografado).

FEITOSA, A. M. A.; ZUBA, J. A. G.; CLEPS Jr., J. (org.). **Debaixo da Lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.

FEITOSA, Antonio Maurílio Alencar. **A luta pela terra no norte de Minas e o processo de territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra - MST: o estudo da Brigada Camilo Torres**. Dissertação de mestrado. Uberlândia, 2008.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 318.

_____. **MST: formação e territorialização em São Paulo**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999, p. 285.

_____. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez, Coleção Questões da Nossa Época, v. 92, 2001, p. 120.

_____. **Agricultura Camponesa e/ou agricultura familiar. Estudos Avançados**, n. 43, 2001.

_____. **Sobre a tipologia de Territórios**. Presidente Prudente: UNESP, 2008; São Pedro/Paraguai, 2005.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

_____. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro**. Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999). São Paulo: USP, 1999.

_____. **“Entrando nos territórios do Território”**. Disponível em: <http://www.gepec.ufscar.br/textos-1>. Acesso em: 17 abr. 2014.

FERNANDES; WELCH; GONÇALVES. **O uso da terra no Brasil: debates sobre políticas fundiárias**: 1ª ed. São Paulo: Cultura Acadêmica; Unesco, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

GIRARDI, Eduardo Paulon. **“Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária**

brasileira”. Presidente Prudente, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). Avaliação do Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar – PAA. Brasília: IPEA, 2005 (texto para discussão n. 1145).

_____. O Programa de Aquisição de alimentos da Agricultura Familiar (PAA) e as práticas dos Agricultores Participantes Orientadas ao Mercado: Estudo de Caso no Estado de Sergipe, 2009.

REIS, Ana Terra. **“Sobre a Luta, as Políticas Públicas e a Emancipação: o caso do Projeto de Assentamento Pirituba II, em Itaberá e Itapeva”**. São Paulo, 2013.

KAY, Cristóbal. **Pobreza rural en América Latina: teorías y estrategias de desarrollo**. México: UNAM, 2007.

LIMA, A. R. **Análise da questão agrária no Espírito Santo**. Monografia. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (Os Pensadores).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Disponível: <http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_PNAE.pdf>. Acesso em: jul. 2016.

MDA: Ministério de Desenvolvimento Agrário. **Cartilha PAA Final**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/user_arquivos_64/pdf>. Acesso em: 22 abr. 2015.

MDS. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2014.

MORISSAWA, Mitsui. **A história da luta pela terra e o MST**. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MST. **Desenhando o Brasil: Trabalhos escolhidos no concurso nacional de redações e desenhos**. São Paulo: Peres, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária**. São Paulo: Labur Edições, 2007, 184 p.

OLIVEIRA, Ueber José de. **Configuração político-partidária do estado do Espírito Santo no contexto do regime militar: um estudo regional acerca das trajetórias de ARENA e MDB (1964-1982)**. São Carlos: UFSCar, 2013.

P. E. V. Assunção. Relações de preços na comercialização de alface em Goiânia. *Scientia Plena*, v. 9, n. 7, 2013. Disponível em: <www.scientiaplenu.org.br>. Acesso em: 19 jun. 2015.

- PEREIRA, João Márcio Mendes. O Banco Mundial e a construção político-intelectual do “combate à pobreza”. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.
- PEREIRA, Maria Aliene de Jesus. **Educação Popular: Experiência e vivência de Militância do Assentamento Nova Conquista**. Monografia. São Mateus: UFES, 2003.
- PIZETTA, Adelar João **A proposta pedagógica do MST e as escolas de assentamentos: o caso do Espírito Santo**. Projeto qualificado para a dissertação de Mestrado, no Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1998.
- _____. **Formação e práxis dos professores das escolas de assentamentos: a experiência do MST no Espírito Santo**. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 1999.
- PONTES, Beatriz Maria Soares. “A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx”. **Revista Nera**, ano 8, n. 7, julho/dezembro 2005 – ISSN 1806-6755.
- PONTES, Walace Tarcisio. **Conflito agrário e esvaziamento populacional: A disputa do Contestado pelo Espírito Santo e Minas Gerais (1930-1970)** Dissertação (mestrado). Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2007.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. A Reinvenção dos Territórios: A experiência latino-americana e caribenha. In. CECENÇA, Ana Ester (org.). **Os desafios das emancipações em um contexto militarizado**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- RODRIGUES, Marta M. A. **Políticas Públicas**. São Paulo: Publifolha, 2011.
- SABOURIN, Eric. **Acesso aos mercados para a agricultura familiar: Uma leitura pela reciprocidade e economia solidária**. França: Cirad, 2014.
- SANTOS Jr., Brício Alves dos Santos. **Programa de Aquisição de Alimentos – PAA 10 Anos**, 2014.
- SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton; BECKER, Bertha; SILVA, Carlos Alberto Franco et al. **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Fluminense; Associação dos Geógrafos Brasileiros, 2002.
- SILVA, José Graziano da et al. **Fome Zero: A experiência brasileira**. Brasília: MDA, 2010.
- SOUZA, Celina. “Políticas Públicas: Questões Temáticas e de Pesquisa.” **Caderno CRH** 39, 2006.
- SCARIM . Paulo Cesar. **Territorialidades em Conflito na Construção do Espaço Agrário Capixaba: O Desenvolvimento em Questão**. Tese de doutorado. – Universidade Federal do Rio de Janeiro, - UFRJ. 2009

STEDILE, J. P. (coord.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1994.

_____. As armas do MST. **Caros Amigos**, São Paulo, n. 39, p. 31-37, jun., 2000; Casa Amarela, 2000, p. 51.

STEDILE, J. P.; FERNANDES, B. M. **Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Ed. FPA, 1999, p. 168.

STEDILE, João Pedro e GÖRGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Scritta, 1993.

THOMPSON, Paul. **A Voz do Passado. História Oral**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.